CARLOS EDUARDO REINALDO GIMENES

... estou preocupado com o antes e o durante e o depois: narrativas e experiências de atingidos por Belo Monte

Versão corrigida

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. John Cowart Dawsey

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

G491. Gimenes, Carlos Eduardo Reinaldo
 ... estou preocupado com o antes e o durante e o
depois: narrativas e experiências de atingidos por
Belo Monte / Carlos Eduardo Reinaldo Gimenes ;
orientador John Cowart Dawsey. - São Paulo, 2018.
 156 f.

 Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Antropologia. Área de
concentração: Antropologia Social.

 1. Antropologia. 2. Patrimônio cultural. 3.
Licenciamento ambiental. 4. Experiência. 5. Memória.
I. Dawsey, John Cowart, orient. II. Título.

GIMENES, C. E. R. ... *estou preocupado com o antes e o durante e o depois: narrativas e experiências de atingidos por Belo Monte*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedico esta dissertação aos moradores da Transxingu atingidos pela usina de Belo Monte. Que sua sabedoria e memória perdurem no tempo.

Agradecimentos

A todos as pessoas entrevistadas, meu primeiro e maior agradecimento, pelo interesse em deixar marcada sua história de vida em vídeo e na memória deste aprendiz.

Ao Prof. Dr. John Cowart Dawsey, orientador desta pesquisa, supervisor de estágio no PAE, professor de tantas disciplinas, pela generosidade, atenção, dedicação e interesse em aceitar esta empreitada comigo; por ser o guardião da porta que me fez entrar na Antropologia Social e pela incrível obra que vem produzindo.

A Profa. Dra. Jeanne Marie Gagnebin, por me aceitar em suas aulas na PUC em 2016 e pela generosidade dentro e fora da sala.

A Profa. Dra. Heloísa Buarque de Holanda, como coordenadora do PPGAS-USP e como professora, pela preocupação em difundir entre os estudantes a importância de atuarmos enquanto grupo, mais do que pesquisadores isolados.

As demais professoras e professores do PPGAS-USP, bem como aos funcionários, que em algum momento de minha formação me brindaram com momentos importantes de aprendizado e apoio.

Às criaturas do Napedra - Núcleo de Antropologia, Performance e Drama, por me acolherem como um dos seus.

A todos os colegas discentes do PPGAS-USP, pela camaradagem e interesse pelo debate sobre a minha pesquisa e tantos outros temas, pelos momentos de rir e pelo ombro solidário nos momentos de chorar.

A Natalia Guerrero, amiga de tantos movimentos e colega do PPGAS-USP, por compartilhar informações e reflexões acerca de meu campo.

A Fernanda Lucchesi, pela instigante tese de doutorado e pelo incentivo e sugestões após a leitura de parte deste texto, ainda embrionário.

Aos colegas da Comissão Editorial da Revista Cadernos de Campo n. 25, pelo aprendizado coletivo e pela companhia. Foram momentos inesquecíveis para mim.

Ao PAE - Programa de Aperfeiçoamento de Ensino, pelo aprendizado proporcionado como parte de uma possível carreira docente e pela bolsa.

Aos estudantes da disciplina "Introdução à Antropologia" do segundo semestre de 2017, especialmente os graduandos de Psicologia da turma 017. Muito obrigado pelo privilégio de aprender com vocês a cada aula, durante meu estágio em sala para o PAE.

Aos amigos que especialmente contribuíram, cada um a seu modo, nesta dissertação, Ana Letícia de Fiori, André Simões, Daniela Bonamigo, Isadora Santos, Priscila Almeida e Paulo Gonçalves.

A todas as pessoas que trabalham nas bibliotecas da Universidade de São Paulo e outras por onde passei, especialmente na fase final de escrita da dissertação.

A Carlos Eduardo Caldarelli, por ter incentivado minha entrada neste mestrado e pela confiança ao me inserir no PBA de Belo Monte.

A Scientia Consultoria Científica, empresa que me abrigou por oito anos e meio e pela qual tive a oportunidade de trabalhar pelos múltiplos limiares do Brasil, especialmente pelo apoio e cessão de materiais para esta pesquisa.

A toda equipe da Scientia Consultoria e da Panamerica Filmes, em especial aos que trabalharam em alguma das etapas de campo e gabinete do PBA de Belo Monte.

A UFPA - Universidade Federal do Pará, especialmente na figura da Profa. Dra. Ivonete Coutinho da Silva.

A Idanise Hamoy, pela parceria, aprendizado e amizade.

A Erika Novais, companheira de jornada, da seleção do mestrado até agora.

Há alguns anos, um trio se reúne quando um dos seus necessita de ajuda para não sair do prumo ao escrever, opinando em conteúdo e colaborando na formatação. Sinto-me muito feliz por fazer parte desse trio e agradeço muito às minhas irmãs Carla Cristina R. Gimenes de Sena e Luci Mara Reinaldo Gimenes.

A meus pais, João Carlos Gimenes Gonzales e Neusa Reinaldo Gimenes, pela oportunidade que me deram de estar aqui, na esperança de sempre poder surpreendê-los mais com motivos de orgulho e alegria.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

A tradição dos oprimidos nos ensina que o "estado de exceção" em que vivemos é na verdade a regra geral.

Walter Benjamin

A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais.

Mikhail Bakhtin

RESUMO

GIMENES, C. E. R. ... *estou preocupado com o antes e o durante e o depois: narrativas e experiências de atingidos por Belo Monte*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018.

Esta dissertação objetiva estudar, em um momento de crise, a experiência das populações atingidas pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte diante dos impactos dessa usina, especialmente em seu modo de vida, na tradição e na transmissão de sua cultura. Para tanto, através das narrativas dos entrevistados, é possível analisar elementos de sua experiência – ou de reação ao desaparecimento desta – e como o passado se articula ao presente nesse momento de transformação radical, de perigo, tal o qual estão experienciando. As narrativas vêm de entrevistas de história de vida, registradas como parte de um projeto de pesquisa do Plano Básico Ambiental executado durante a instalação de Belo Monte. São mobilizados autores da antropologia da experiência e o arcabouço teórico-metodológico de Walter Benjamin, entre outros.

Palavras-chave: Antropologia da Experiência. Belo Monte. Patrimônio Cultural. Memória. Licenciamento Ambiental.

ABSTRACT

GIMENES, C. E. R. ... *I am worried with the before, the during and the after: narratives and experiences of those affected by Belo Monte*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018.

This dissertation aims to study, at a time of crisis, the experience of the populations affected by the Belo Monte Hydroelectric Power Plant in the face of the impacts of this power plant, especially in its way of life, tradition and the transmission of its culture. In order to do so, through the narratives of the interviewees, it is possible to analyze elements of their experience - or reaction to the disappearance of this - and how the past is articulated to the present in this moment of radical transformation, of danger, as they are experiencing. The narratives come from life history interviews, recorded as part of a research project of the Basic Environmental Plan executed during the installation of Belo Monte. Authors of the Anthropology of Experience and the theoretical-methodological framework of Walter Benjamin, among others, are mobilized. With this tool, in addition to the Environmental Impact Assessment, it is also possible to reflect on the environmental licensing process in question and the preservation of cultural heritage in that region.

Keywords: Anthropology of Experience. Belo Monte. Cultural heritage. Memory. Environmental licensing.

Sumário

Chegadas	13
Introdução	15
1. <i>A minha nação vai desbandalhar</i>: histórias de atingidos em um momento de perigo	37
2 ... e a gente caiu na realidade da Transamazônica: Migrantes da Transxingu	59
3. ... é uma tradição cultural que não acaba nunca: patrimônio cultural e oleiras do igarapé Panelas	89
3.1. Plano de Valorização do Patrimônio:	
os projetos 9.1.1 e 9.1.2	93
3.2. <i>Deixa eu te falar um pouco daquele processo ali, desse trabalho do barro</i>	99
3.3. Jogo montado	110
4. Rito de passagem ou de barbárie? O licenciamento ambiental de Belo Monte	115
4.1. Olhando para o licenciamento ambiental	117
4.2. Tensionando a descrição	122
4.2.1. ...têm que fazer as condicionantes, nem que ninguém use	123
4.3. O <i>continuum</i> do licenciamento ambiental	126
4.4. Quadrados em círculos: Retomando a pergunta inicial deste capítulo	134
5. Apontando arestas	137
5.1.	137

5.2.	138
5.3.	139
5.4.	140
5.5.	140
5.6.	141
5.7.	142
5.8.	142
5.9.	143
5.10.	146
Referências bibliográficas	149

Chegadas

Muitas foram as chegadas a este trabalho.

Em setembro de 2010, após quase três anos de trabalho ininterrupto, regressava de férias e me sentava em uma mesa de reuniões na consultoria onde trabalhava, com o diretor de meu setor, responsável por pesquisas socioeconômicas com grande ênfase ao chamado patrimônio cultural em licenciamentos ambientais. Soube ali que enfim havia sido aprovado o contrato para atuarmos nas áreas influenciadas pela ainda em projeto usina de Belo Monte. Foi nessa reunião que solicitei minha incorporação na equipe, convicto de que queria acompanhar de perto o mais polêmico dos projetos hidrelétricos de então.

Meu primeiro sobrevoo, ainda distante da realidade, foi pelos textos do licenciamento da usina, bibliografias tantas, mapas e fotos de satélite. Um olhar panorâmico em dados secundários diversos, afastado do que de concreto haveria de encontrar, que me fazia enxergar a região como limites municipais, delimitações coloridas de áreas de influência, manchas de canteiros de obra e hachuras com nomes de terras indígenas.

Em Belém do Pará, pude acompanhar debates do 3º Congresso de Ciências Sociais e Barragens, com presença majoritariamente contrária à obra. Os mapas e fotografias ganharam vídeos, depoimentos e movimento, oscilando entre o discurso panfletário e o argumento científico, todos politicamente engajados.

De lá, um bimotor barulhento me levou para o primeiro sobrevoo real, bem abaixo do que o percurso feito por outros aviões de turbina e, mesmo assim, longe do chão. Das margens do rio Guamá, deslocado para ver, de cima, a floresta amazônica como um vasto tapete verde desenhado por outros rios. No final do trajeto, o rio Xingu cortou meu olhar e permaneci contemplativo, até aterrissar no modesto aeroporto de Altamira. Essa chegada, ao que chamamos de “Campo Zero”, para reconhecimento inicial da região e começarmos alguns contatos, aconteceu em dezembro de 2010.

No início de 2011, nossa equipe realizou nova etapa campo, em que começaram os registros em vídeo. Depois de contribuir na abertura desses trabalhos, fui convocado para outros projetos. Da mineração em meio à Floresta Nacional de Carajás, ainda no Pará, ao inverno esfumaçado por termoeletricas em Candiota, no Rio Grande do Sul, acreditei que não

retornaria mais a Belo Monte.

Porém, aconteceu. Em meados de 2012, piso novamente na região, agora não apenas como pesquisador, mas também para organizar e realizar a articulação de partes interessadas nas condicionantes voltadas para o patrimônio cultural. A equipe incorporou outras especialidades e percorremos o território um sem número de vezes, intercalando entrevistas e registros com reuniões de toda espécie.

Foi nessa mescla de campos de articulação e pesquisa que, em 4 de outubro de 2012 tive a oportunidade de sentar embaixo de uma árvore em São Francisco das Chagas, no município de Vitória do Xingu, e ali entrevistar Abimael Palhano Muniz, o Seu Maranhão. Da experiência daquele dia, brotou a semente desta dissertação. Um silêncio chorado, os fragmentos da história de vida daquele líder local, a fragmentação de sua comunidade e as incoerências de um “espantoso cotidiano” me remeteram a Walter Benjamin e desse estopim veio o projeto de mestrado.

Projeto lapidado por algum tempo – generosamente aceito por meu orientador – e oficializado com a aprovação em 2015 para a pós-graduação em Antropologia Social na FFLCH-USP, em um retorno para a casa onde tive tantos outros começos e chegadas que poderiam estar incluídos aqui textualmente, mas que estão nas entrelinhas do escrito.

Dos mapas ao barro na calça, dos lanches de avião às tantas refeições na beira do rio, da contemplação romântica na janela do bimotor à caminhada reflexiva durante a oitava Romaria da Floresta em Anapu, do convite de última hora para uma fala na Câmara dos Vereadores de Vitória do Xingu – em uma das muitas tentativas frustradas de garantir o cumprimento pleno de uma das compensações ambientais – às tantas conversas informais nas casas das pessoas, das mesas de negociação aos grandes encontros participativos, foram muitas chegadas.

Que este texto seja apenas uma – espero que boa – das chegadas de quem o lê à Transxingu, região de onde trago algumas histórias para continuar a contar.

Introdução

Nos domínios de que tratamos aqui, o conhecimento existe apenas em lampejos. O texto é o trovão que segue ressoando por muito tempo.

*Walter Benjamin*¹

Há um breve relato a ser trazido do sul do Brasil.

Hoje, eu não tenho histórias para contar. Talvez um dia eu volte a ter (2009)².

Anos antes do surgimento desta dissertação, um senhor cordialmente se negava a dar uma entrevista. Sua comunidade desaparecia aos poucos, enquanto era construída uma usina hidrelétrica no Rio Uruguai, divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a UHE Foz do Chapecó.

Interessado no registro a partir de memórias naquela e em outras comunidades em situação similar, o pesquisador se viu em xeque. Como pesquisar a memória de quem emudece com o presente?

Anos mais tarde, o mesmo pesquisador está na região norte do país. Outro rio, outra usina, dezenas de entrevistados. Na 81ª entrevista, um narrador estanca sua fala, aos 19 minutos de gravação e depois de horas de conversa antes dessa. A mudez, neste caso, não chega a um minuto cronometrado, mas houve a sensação de que sua duração foi bem maior.

Ah...

O pesquisador recorda uma cena de seu passado, de uma fala não realizada. Junto a ela, um autor, como se entre aquela e esta entrevista, levantasse os escombros das ruínas de um progresso que começa muito antes e altera não só os modos de vida, mas também as formas narrativas:

Com a guerra mundial tornou-se manifesto um processo que continua até

¹ Passagens [N 1, 1] (BENJAMIN, 2009, p. 499)

² Não há registro de data precisa para esta frase ter sido dita. Uma vez que a entrevista foi negada, não houve registro para além de um lampejo do passado do pesquisador.

hoje. No final da guerra, observou-se que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha, não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável. (...) Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela guerra de material e a experiência ética pelos governantes (BENJAMIN, 1985a, p. 198).

Indagado sobre o presente e sem enxergar o futuro como antes, o entrevistado no norte emudece. No entanto, perguntado se quer parar, ele retoma a fala. De certo modo, o exemplo se aproxima do caso trazido do sul. Em 2009, diante de alguém interessado, o senhor que disse não ter histórias para contar indicou um vizinho que concedeu horas valiosas de entrevista sobre sua vida e aquela comunidade.

Se o estopim é o silêncio, ele leva a pensar no que há em comum nas duas situações. Por enquanto, sabe-se que ambas são entrevistas e que acontecem ao mesmo tempo em que uma grande obra. Em 4 de outubro de 2012, entrevistado e entrevistadores estão na comunidade São Francisco das Chagas, município de Vitória do Xingu (PA), em uma área considerada pelo Estado brasileiro como diretamente afetada pela usina hidrelétrica de Belo Monte.

Desde o início de 2011, Belo Monte era construída para ser a terceira maior usina hidrelétrica do mundo, atrás de Três Gargantas na China e Itaipu, binacional na fronteira brasileira com o Paraguai. Conforme dados oficiais, divulgados no Blog da Belo Monte³, a área total de inundação da usina é de 516 km², sendo que 134 km² serão do “Reservatório dos Canais” e 382 km² do “Reservatório do Rio Xingu”.

Os dois reservatórios compõem uma das características distintas desse empreendimento, grande alteração do projeto original, elaborado no período ditatorial civil-militar, conhecido como Kararaô. A proposta atual, além da mudança de nome, reduziu drasticamente sua área alagada – que seria de quase 20 mil km², e atingiria 12 terras indígenas, além de outros grupos isolados, desalojando mais de uma centena de milhar de pessoas. Apesar da redução, os atingidos de hoje são dezenas de milhares e se avolumam os impactos ambientais negativos dessa obra.

Durante a construção, a usina teve três sítios, ou canteiros de obras: Belo Monte, Bela Vista e Pimental. Foram elaborados canais de derivação, que desviam parte da água do rio para uma casa de força em outro local, separando vertedouros e casas de força. A casa

³ Um dos meios oficiais de divulgação de Belo Monte durante sua instalação, atualmente fora do ar.

principal fica em Belo Monte, junto com um dos barramentos de rio e, em Pimental, há outra, complementar. Exceto neste parágrafo, ou quando apresentado explicitamente em outro sentido, todas as demais utilizações do nome “Belo Monte” nesta dissertação referem-se à usina hidrelétrica.

A capacidade de geração de energia total instalada na usina será de 11.233 Megawatts (MW), em picos sazonais, conforme as cheias do rio Xingu, mas sua geração média prevista é de 4.571 MW. Apesar de ser a terceira maior do mundo e a maior nacional, Belo Monte será, na relação entre área alagada e capacidade de geração, a terceira brasileira, menor que as usinas de Xingó e Paulo Afonso IV.

Localizada no estado do Pará e instalada no Rio Xingu, abarca cinco municípios, Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu, no que se convencionou chamar em um licenciamento ambiental de área de influência direta (AID), ou seja, área “geográfica na qual são detectáveis os impactos de um projeto” (SANCHEZ, 2008, p. 461) – por isso, influenciadas por ele – neste caso de maneira direta, contendo em seu território a área diretamente afetada (ADA) pelo empreendimento, ou seja, área em que ele está instalado, o que em uma hidrelétrica inclui também seus reservatórios de água e entorno.

Consultados ao longo da pesquisa – de 2010 a 2014 – muitos dos moradores que atuam nas áreas de educação e cultura preferem chamar a região que engloba esses municípios, e vai além deles, de “Transxingu”, por ser fortemente influenciada pela rodovia Transamazônica (BR-230) e pelo rio Xingu, duas grandes vias de circulação, de construção histórica e presença cotidiana para suas comunidades.

Figura 2 – Localidades e instalações da usina hidrelétrica de Belo Monte (sem escala). Fonte: ELETROBRAS, RIMA-AHE Belo Monte, 2011.

Em “O Processo Ritual”, Victor Turner parte da definição de ritos de passagem elaborada por Arnold van Gennep (2013), para quem tais ritos são os que “acompanham toda mudança de lugar, estado, posição social de idade” e que contêm de maneira geral três fases: ritos preliminares (separação), liminares (margem) e pós-liminares (agregação)⁴ (TURNER, 2013, p. 96). O autor se interessa especialmente pela fase liminar (ou ritos de margem) dos ritos de passagem.

Também interessado em momentos liminares, Walter Benjamin escreveu um

⁴ Utilizo neste ponto os termos extraídos de VAN GENNEP, 2013, pg. 30.

fragmento sobre ritos de passagem⁵:

Ritos de passagem - assim se denominam no folclore⁶ as cerimônias ligadas à morte, ao nascimento, ao casamento, à puberdade etc. Na vida moderna, estas transições tornaram-se cada vez mais irreconhecíveis e difíceis de vivenciar. Tornamo-nos muito pobres em experiências liminares. O adormecer talvez seja a única delas que nos restou. (E, com isso, também o despertar). (...) O limiar [Schwelle] deve ser rigorosamente diferenciado da fronteira [Grenze]. O limiar é uma zona. Mudança, transição, fluxo estão contidos na palavra *schwollen* (inchar, entumecer), e a etimologia não deve negligenciar esses significados. Por outro lado, é necessário determinar o contexto tectônico e cerimonial imediato que deu à palavra o seu significado [O2a,1]⁷ (BENJAMIN, 2009, P. 535).

Nesse trecho selecionado do fragmento há frutíferos elementos para a discussão sobre liminaridade. A distinção entre limiar e fronteira é um deles.

Na leitura de Jeanne Marie Gagnebin, o limiar “não faz só separar dois territórios (como a fronteira), mas permite a transição, de duração variável, entre esses dois territórios. Ele pertence à ordem do espaço, mas também, essencialmente, à do tempo. (...) sua duração temporal é flexível”, uma vez que não depende somente do tamanho espacial do limiar, mas também de quem o atravessa “de sua velocidade, agilidade, interesse, desinteresse” (GAGNEBIN, 2014, p.36).

Outro importante intérprete da obra de Benjamin, João Barrento, entende que o limiar é “uma linha (ampla) de passagens múltiplas” enquanto que a fronteira “é uma linha única de **barragem**” (BARRENTO, 2012, p. 47, grifo nosso).

Pode-se dizer então que a região estudada apresenta seus limiares e fronteiras. Enquanto Transxingu, não se limita às divisas municipais, mas se espalha no entorno de duas linhas que a cruzam. Longe de ter um limite de extremidades, é em si um grande limiar do entorno percorrido pela rodovia Transamazônica e pelo Rio Xingu.

O Xingu também pode ser ele próprio uma zona limiar. O viajante que segue pela Transamazônica, por exemplo, tem que atravessar o rio para seguir viagem entre Vitória do Xingu e Anapu. De um lado das águas, a comunidade que a usina carrega o nome, Belo Monte, e do outro, Belo Monte do Pontal, ambas criadas no entorno dos atracadouros das

⁵ Jeanne Marie Gagnebin bem notou que Benjamin se remete a Van Gennep ao tratar dos ritos de passagem.

⁶ Uma curiosidade para outros estudos: João Barrento, ao trazer o fragmento sobre ritos de passagem em sua discussão sobre “Limiar, fronteira e método” (2012), substitui a tradução do termo “folclore” por “etnologia”.

⁷ Os fragmentos reunidos na publicação das Passagens (BENJAMIN, 2009) contêm códigos, como as letras e números entre colchetes, uma ordenação própria que permite relacioná-los ao modo como foram organizados nos arquivos do autor.

balsas utilizadas na travessia.

Travessia essa que não tem horário certo para acontecer, tampouco duração definida. Um caminhão atolado em sua margem ou a quebra não incomum de uma das balsas retarda o embarque e o início da viagem indefinidamente – de horas a dias – ao mesmo tempo em que, ao iniciar a navegação, lida com as variáveis da correnteza do rio, peso dos veículos e cargas transportadas, além da dificuldade dos mesmos motores tantas vezes consertados.

Tal como as características do limiar, a travessia do Xingu nesse ponto é um misto de “espera” e “paciência” (GAGNEBIN, 2014, p. 42), lugar “intermediário”, “indeterminado”, de “extensão variável, mesmo indefinida” (idem, p. 37).

Se tanto lugar – Transxingu e seus meandros – quanto momento – de instalação da usina e mudança radical para os atingidos – apresentam características de limiar, porém não necessariamente compõem um rito de passagem, torna-se importante a consideração de mais uma camada desse contexto. Turner alerta para o desaparecimento de experiências liminares em sociedades por ele definidas como pós-revolução industrial (TURNER, 2005).

Em consonância, Gagnebin entende que se superficializa o que antes era profundo em experiências liminares.

(...) **as experiências liminares também tendem a ser substituídas por um achatamento da superfície sensorial e psíquica que vai apagando as diferenças, outrora estruturantes da existência humana**, entre profano e sagrado, vida e morte, público e privado. A lei do capital instaura um nivelamento universal que ameaça transformar a experiência mais sublime numa nova mercadoria lucrativa (GAGNEBIN, 2014, p.43, grifo nosso).

Haveria então diferentes tipos de experiência. Lendo Dilthey, Turner faz a distinção entre mera “experiência” e “uma experiência”, sendo que a **mera experiência** seria, simplesmente, “a passiva resignação e aceitação de eventos. ‘**Uma experiência**’, como uma pedra num jardim de areia Zen, destaca-se da uniformidade da passagem das horas e dos anos (...)”. (TURNER, 2005, p.178, grifo nosso)

Benjamin também distingue dois tipos de experiência. Uma experiência forte, comunicável, relacionada com sabedoria, passada de “boca a boca”⁸, influenciada por relações coletivas, comunais, e “a fonte a que recorrem todos os narradores” (BENJAMIN, 1985a, p.198) é a *Erfahrung*, que “vem do radical *fahr* – usado ainda no antigo alemão no seu

⁸ Na tradução de Sérgio Paulo Rouanet, aqui referenciada, a expressão utilizada é “de pessoa a pessoa”. Adoto, porém, a tradução feita pela professora Jeanne Marie Gagnebin, “boca a boca”, compartilhada generosamente em aula ministrada na PUC-SP em 20/09/2016.

sentido literal de percorrer, de atravessar uma região durante uma viagem”. (GAGNEBIN, 1994, p.66)

Erfahrung poderia também ser relacionada com a força de uma viagem a pé⁹.

A força da estrada do campo é uma se alguém anda por ela, outra se a sobrevoa de aeroplano. (...) Quem voa vê apenas como a estrada se insinua através da paisagem, e, para ele, ela se desenrola segundo as mesmas leis que o terreno em torno. Somente quem anda pela estrada experimenta algo de seu domínio e de como, daquela mesma região que, para o que voa, é apenas a planície desenrolada, ela faz sair, a seu comando, a cada uma de suas voltas, distâncias, belvederes, clareiras, perspectivas (...) (BENJAMIN, 1987, p. 16)

Outro tipo de experiência, comum nos dias de hoje, está mais relacionada a uma vivência individual, tão particular que é pouco ou nada comunicável, vinda de uma palavra forjada no século XIX, *Erlebnis*¹⁰.

Enquanto a *Erfahrung*, uma experiência forte, incita a expressão e a comunicação com os outros (TURNER, 2005, p.180), outras vivências seriam passivas. É da experiência forte que se originaria o narrar de uma história.

Tanto Gagnebin (informação verbal)¹¹ quanto Turner também notam que “Experiência” carrega em sua raiz significados próximos à ideia de “uma experiência” ou de “*Erfahrung*”. Tal palavra, em suas origens no grego e no latim, “associa-se a perigo”, mas também a “passar através” (TURNER, 2005, p. 178).

Conforme Walter Benjamin explica em sua Tese VI sobre o conceito de história, “articular o passado historicamente não significa conhecê-lo ‘tal como ele propriamente foi’, mas significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela lampeja num instante de perigo” (BENJAMIN, 1985b, p. 224)¹².

Michael Löwi, ao analisar a tese de Benjamin defende que o

(...) momento de perigo para o sujeito histórico – ou seja, para as classes oprimidas (e para o historiador que optou por este campo) – é aquele em que surge a imagem autêntica do passado. Por quê? Provavelmente

⁹ Para aguçar a curiosidade de quem lê esta introdução, no capítulo 2, um narrador contemporâneo da Transxingu poderá nos levar de volta a esta passagem benjaminiana.

¹⁰ (informação verbal). Aula sobre “Experiência e Pobreza”, de Walter Benjamin, também proferida por Jeanne Marie Gagnebin, em 16/08/2016.

¹¹ Gagnebin, na mesma aula de 16/08/2016.

¹² Esta citação também faz parte da coletânea de “Obras Escolhidas” traduzida por Sergio Paulo Rouanet. Especialmente o texto “Sobre o conceito de história” tem outra boa tradução, preferida por alguns pesquisadores, utilizada em Löwi (2005) e pontualmente aproveitada por aqui.

porque nesse momento se dissolve a visão confortável e preguiçosa da história como progresso (LÖWI, 2005, p.65).

O que Löwi diz acontecer com o historiador é possível também para os demais pesquisadores sociais, inclusive o antropólogo.

Benjamin continua, afirmando que “(...) O perigo ameaça tanto o conteúdo dado da tradição quanto aos seus destinatários. Para ambos, o perigo é o mesmo: deixar-se transformar em instrumento da classe dominante” (BENJAMIN, 1985b, p. 224).

Analisando o que ele chama de a “investigação de Benjamin sobre o fim da base tradicional ou comunitária da experiência”, Richard Wolin destaca que ele estaria

(...) perturbado pelo fato de o abismo que separa o mundo moderno da vida histórica passada ter se expandido até o ponto em que uma série inteira de significados ligados à tradição se tornou irreconhecível (...). Ele não apenas teme a perda de experiências passadas, mas também o grave prejuízo da capacidade atual de assimilar a experiência em geral”. (WOLIN, 1994, p. 217, tradução nossa)

Momentos e lugares de limiar, de perigo, podem possibilitar experiências fortes. Lendo Turner – e também leitor de Benjamin – John Dawsey¹³ destaca que experiências “que irrompem em tempos e espaços liminares podem ser fundantes” (DAWSEY, 2005, p. 165). Podem ainda ser “formativas e transformativas, isto é, sequências distinguíveis de eventos externos e de reações internas a eles tais como iniciações em novos modos de vida” sejam elas de caráter individual ou coletivo (TURNER, 2005, p.179). Isso é retomado em um ensaio “em antropologia da experiência” (TURNER, 2005).

Essas experiências que interrompem o comportamento rotinizado e repetitivo – do qual elas irrompem –, iniciam-se com choques de dor ou prazer. Tais choques são evocativos: eles invocam precedentes e semelhanças de um passado consciente ou inconsciente – porque o incomum tem suas tradições, assim como o comum. Então, as emoções de experiências passadas dão cor às imagens e esboços revividos pelo choque no presente. Em seguida ocorre uma necessidade ansiosa de encontrar significado naquilo que se apresentou de modo desconcertante, seja através da dor ou do prazer, e que converteu a mera experiência em uma experiência. Tudo isso acontece quando tentamos juntar o passado e o presente (idem, p. 179).

Assim, juntar o passado e o presente como a “fricção entre madeiras duras e brandas” (ibidem, p. 163), em um movimento no qual a relevância não está nesse passado ser real ou não, mas “se diretrizes significativas emergem (...) daquilo que derivamos de estruturas ou

¹³ As articulações entre conceitos de Walter Benjamin, Victor Turner e Clifford Geertz nesta dissertação foram muito estimuladas pelas análises de John C. Dawsey, especialmente em DAWSEY, 2005, 2009, 2013a e 2013b.

unidades de experiência prévias numa relação vital com a nova experiência” (ibidem, p.179).

A memória pode ser entendida “não como um instrumento para explorar o passado, mas sim um meio. É o meio do que é experimentado, assim como a terra é o meio no qual cidades antigas estão enterradas”¹⁴ (BENJAMIN, 1999, p.576, tradução nossa). Esse passado não estaria acabado total e indefinidamente, ao entender-se a história não apenas como “uma ciência, mas igualmente uma forma de rememoração”, que pode “transformar o inacabado” em acabado e vice-versa (BENJAMIN, 2009, p. 513¹⁵).

Com os conceitos trazidos até aqui, é possível apontar que a memória também é mediada pelo presente. Essa articulação pode ser reforçada por Veena Das, quando a autora traz a história de Asha, como ela viveu e as violências que sofreu como jovem viúva no contexto da Partição da Índia em 1949, que levou à criação do Paquistão, e o que se desenrolou a partir desse evento. Segundo Das, “a memória da Partição não pode ser entendida, na vida de Asha, como uma posse direta do passado. Ela é constantemente mediada pela maneira em que o mundo está sendo habitado no presente” (DAS, 2011, p. 35). Caberia tentar compreender não “como os acontecimentos estavam presentes nas consciências como acontecimentos passados, mas como vieram a ser incorporados na estrutura temporal das relações” (Idem, p. 9).

Dawsey inclui outro autor nesta constelação, Clifford Geertz, uma vez que este “procura focar justamente os detalhes e os fragmentos mais estranhos e refratários ao entendimento”, atento inclusive ao que é estranho para os “de dentro”. (DAWSEY, 2009, p. 355). Digno de nota também como Geertz defende que, se “a etnografia é uma descrição densa e os etnógrafos são aqueles que fazem a descrição”, o que é determinante é se essa etnografia distingue o que descreve ou, em seu exemplo, se “separa as piscadelas dos tiques nervosos e as piscadelas verdadeiras das imitadas” (GEERTZ, 1978, p. 12).

O autor critica os usos que Victor Turner dá à noção de drama social, como “uma fórmula para todas as estações” (GEERTZ, 2000, p. 46). No entanto, aponta, além de críticas, as possibilidades da analogia dramática da teoria ritual e se aproxima de Turner no interesse

¹⁴ No original e desde o início da frase, com destaque para o trecho aqui utilizado: “Language has unmistakably made plan that **memory is not an instrument for exploring the past, but rather a medium. It is the medium of that which is experienced, just the earth is the medium in which ancient cities lie buried**”.

¹⁵ Debate com Horkheimer, apontado no fragmento [N 8,1] das Passagens (BENJAMIN, 2009).

pelo momento de crise, pelo que está à margem, bem como na abordagem da experiência¹⁶.

Essa facilidade em abrir suas portas para abrigar qualquer tipo de caso é um dos pontos fortes da versão de analogia dramática proposta pela teoria ritual; é, também, sua maior fragilidade. Capaz de expor alguns dos elementos mais profundos do processo social, ela o faz tornando insipidamente homogêneos assuntos obviamente diferentes. (idem)

Por uma “antropologia benjaminiana”, Dawsey reforça que Walter Benjamin também compartilha com Turner desse interesse “pelos momentos extraordinários da vida social. O olhar de Benjamin, porém, é mais tenso e dialético” (DAWSEY, 2009, p. 366). Dando um passo a partir de Geertz, propõe uma “descrição *tensa*”, carregada de tensões, “capaz de produzir nos leitores um fechar e reabrir dos olhos, uma espécie de assombro diante de um espantoso cotidiano” (DAWSEY, 2013, p. 291).

Ao pesquisar o que aparenta estranheza, pode-se reconhecer o autêntico. “A descoberta pode encontrar o autêntico nos fenômenos mais estranhos e excêntricos, nas tentativas mais frágeis e toscas, assim como nas manifestações mais sofisticadas de um período de decadência” (BENJAMIN, 1984, p.68).

Em consonância com a atenção para as dissonâncias, Giorgio Agamben retoma a obra de Kierkegaard para afirmar que a “exceção explica o geral e a si mesma. Quando se quer estudar corretamente o geral, importa ocupar-se de uma exceção real”. (AGAMBEN, 2008, p. 56).

Não à toa, Agamben dedicou estudo ao campo de concentração nazista de Auschwitz, um local e contexto em que é possível acostumar-se com o extremo, com a exceção. “Auschwitz é exatamente o lugar em que o estado de exceção coincide, de maneira perfeita, com a regra, e a situação extrema converte-se no próprio paradigma do cotidiano” (idem, p.57).

É precisamente tal incrível tendência da situação-limite em transformar-se em habito o que todas as testemunhas, mesmo as que, submetidas às condições mais extremas (...), o atestam unanimemente (“Quando se faz este trabalho, ou a gente fica louco, ou a gente se acostuma”). (idem)

Guardadas as devidas proporções, o mesmo tornou-se possível de se fazer na comunidade São Francisco das Chagas, durante a instalação da usina de Belo Monte. Nesse limiar, Seu Maranhão conta dos vizinhos que não estão mais ali, em conjunto com relatos do

¹⁶ Não à toa, foi convidado para escrever o posfácio do livro sobre antropologia da experiência, organizado por Bruner e Turner (GEERTZ, 1986)

que é estar imediatamente ao lado do canteiro de obras da usina, quase como uma extensão deste, o que implica na forte presença de máquinas de construção circulando e estacionadas onde antes era, e parte ainda é a comunidade, além da presença incômoda dos trabalhadores da obra, em parte do tempo alcoolizados.

Interessante considerar que, o mesmo momento que está inserido em um processo de desarticulação de sua comunidade e repleto de choques que silenciam, também é um momento liminar, de perigo, portanto, que dá a possibilidade de ocorrer o lampejo em um momento de perigo, tal como diz Benjamin, articulando passado e presente.

Se no processo ritual descrito e analisado por Turner, as potentes lembranças do passado trazidas ao presente ajudam a dar significado e a manter a estrutura, na fragmentada São Francisco das Chagas, a fala de seu Maranhão faz pensar em rupturas e dissonâncias. Tal como alerta Benjamin, a “tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade a regra geral” (BENJAMIN, 1985b, p.226).

Mais do que uma nostalgia em relação ao que passou, Seu Maranhão e outros atingidos entrevistados parecem resgatar elementos do passado que se chocam com a realidade atual, demonstrando o extraordinário do cotidiano que vivem e apontando criticamente e a seu modo para os pesquisadores que há algo de errado com o que acontece, não só por não verem como reais as promessas de progresso da usina, mas porque essa não era a realidade em que viviam anos antes, tampouco o que projetavam para este presente.

As rupturas quebram a linearidade do tempo oficial, de um suposto *continuum* da história que avançaria interminável e inevitável, “irresistível” (idem, p.229). Nos primeiros minutos de entrevista, Seu Maranhão é estimulado pelos entrevistadores a contar sua história de vida com certa linearidade, desde sua migração até a fundação da comunidade, para então falar da comunidade na atualidade. No entanto, nota-se que os próprios pesquisadores esgarçam essa linha ao deterem-se mais em um assunto, como o detalhamento do seu trabalho em garimpo, ou as perguntas sobre o modo de organização e solidariedade comunal. Enquanto um deles pergunta sobre o barracão de festas que não mais está ali, o outro retoma as histórias das festas de anos anteriores e estranha o motivo da ausência de festas deste ano. A entrevista que começa com relatos do passado, oscila entre passado e presente, até que Seu Maranhão a catapulta para o futuro:

(...) *estou preocupado com o antes e o durante e o depois. Será que daqui dez anos (...)*¹⁷

Esta fala foi feita pouco antes do momento de silêncio citado no começo deste texto introdutório. Em um canteiro de obras expandido para seu interior, São Francisco das Chagas é o cenário da entrevista de Seu Maranhão, em que o *continuum* da história é suspenso. Passado tal como lampeja neste momento de perigo, no presente, se choca com futuros, no plural, ou um singular futuro, incerto e certo ao mesmo tempo. Outra linha que parece avançar como uma cadeia inevitável de acontecimentos, a do licenciamento ambiental, é estranhada por ter aquilo que condicionaria seu avanço questionado em sua eficácia e propósito, descolado da realidade a que deveria atender.

A usina de Belo Monte é uma instalação propagandeada como necessária para o “desenvolvimento do país”¹⁸, que pode ser atrelado ao conceito de “progresso” a que Benjamin se refere e critica. O que é visto ao passar do progresso como uma “cadeia de acontecimentos”, pode ser visto também como “uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína”, empilhada “até o céu” (BENJAMIN, 1985b, p. 226).

Se a usina se apresenta como parte de uma marcha rumo a um futuro desenvolvido, o que contam os atingidos permite que se enxerguem ruínas nesse caminho e incertezas nesse futuro. Benjamin alerta para a existência de um dogmatismo na crença no progresso, descolada da realidade, que confunde o progresso de capacidades e conhecimentos com um “progresso da humanidade em si”. “A ideia de um progresso da humanidade na história é inseparável da ideia de sua marcha no interior de um tempo vazio e homogêneo”. Para o autor, criticar esse progresso inclui criticar a “ideia dessa marcha” (idem, p.229).

Em uma Transxingu atingida por Belo Monte, experiências podem silenciar ou ser fundantes e levar à comunicação, trazendo consigo lampejos do passado. Há uma espécie de potência nesse limiar. E é nessa região que habitam pessoas de diversas origens, outrora viajantes, depois sedentárias, ao menos até a chegada da usina.

Esses dois grupos, o dos viajantes e o dos sedentários, somam características em um ideal de narrador, que para Benjamin estaria em extinção já na primeira metade do século 20. Para o autor, a figura do narrador só se torna plenamente tangível se temos presentes esses dois grupos, o de quem viaja e “tem muito que contar” e o de quem “ganhou honestamente

¹⁷ Abimael Palhano Muniz, o Seu Maranhão. Entrevista concedida em 4 de outubro de 2012.

¹⁸ “Por que Belo Monte? O Brasil precisa de energia para continuar a crescer. Entenda porque Belo Monte vai contribuir para o desenvolvimento do país”, é o que anuncia chamada extraída de NESA. Disponível em <http://norteenergiasa.com.br/site>. Acesso em: 9 dez. 2016.

sua vida sem sair de seu país e que conhece suas histórias e tradições” (BENJAMIN, 1985a, p. 198).

Saindo de um contexto europeu de pequenos países, se comparados à dimensão territorial brasileira, quem percorre da capital ao interior de um grande estado como o Pará, ou quem migra de um estado para outro, realidade dos muitos seringueiros e garimpeiros da Transxingu, tem sua marca de viajante. Ao mesmo tempo, esses viajantes podem ter sido sedentários agricultores, nas terras de algum grande fazendeiro ou em sua própria e voltaram a ser sedentários assim que houve oportunidade, como no sonho de colonização da Amazônia de décadas atrás. Para eles, a chegada da usina de Belo Monte pode significar o fim de uma etapa sedentária e o recomeço das viagens.

Narradores contemporâneos, esses moradores da Transxingu não são os que Benjamin se refere em seu tipo ideal, mas carregam elementos dele em seu modo de narrar, contando histórias não apenas de gerais e seringalistas, mas de todos, inclusos seus vizinhos, companheiros de viagem ou de trabalho, trazendo muitas vezes nessas narrativas conselhos, como se continuassem uma história¹⁹.

E é sobre essas narrativas – não contadas espontaneamente em uma oficina de artesanato, mas em um gênero narrativo outro, que é a entrevista – que este trabalho se debruça. Como defende Geertz, “não podemos viver as vidas de outras pessoas, e tentar isso é um tanto de má fé. Porém, nós podemos ouvir o que, em palavras, em imagens, em ações, eles dizem sobre suas vidas”²⁰. (GEERTZ, 1986, p. 373, tradução nossa)

Para tanto, a antropologia da experiência e a mirada benjaminiana, tal como são trazidas nestas páginas, podem ser ferramentas úteis para se trabalhar.

Toda narrativa é uma imposição arbitrária de significado no fluxo da memória, na medida em que destacamos algumas causas e desprezamos outras; isto é, toda narrativa é interpretativa. O conceito de experiência, então, tem uma dimensão temporal explícita na medida em que passamos ou vivenciamos uma experiência, que então se torna auto-referencial no ato de contar²¹. (BRUNER, 1986, p.7, tradução nossa)

¹⁹ O “narrador é um homem que sabe dar conselhos” e “aconselhar é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada” (BENJAMIN, 1985a, p. 200).

²⁰ No original: “We cannot live other people’s lives, and it is a piece of bad faith to try. We can but listen to what, in words, in images, in actions, they say about their lives”.

²¹ No original: “Every telling is an arbitrary imposition of meaning on the flow of memory, in that we highlight some causes and discount others; that is, every telling is interpretive. The concept of an experience, then, has an explicit temporal dimension in that we go through or live through an experience, which then becomes self-referential in the telling”.

Tal trabalho, esta dissertação de mestrado, objetiva estudar, em um momento de crise, a experiência das populações atingidas pela instalação de Belo Monte diante dos impactos dessa usina, especialmente em seu modo de vida, na tradição e na transmissão de sua cultura. Para tanto, através das narrativas dos entrevistados, acredita-se ser possível analisar elementos de sua experiência – ou de reação ao desaparecimento desta – e como o passado se articula ao presente nesse momento de transformação radical, de perigo, tal o qual estão experienciando.

Focando nesse momento de perigo, são consideradas como etapas de campo as idas do pesquisador em uma equipe para a região influenciada por Belo Monte entre 2010 e 2014, bem como o material principal de estudo são os vídeos das entrevistas de história de vida, que foram gravadas durante a instalação da usina e totalizam 156 gravações, com 158 pessoas. Longe de querer abordar todo esse material, optou-se por reduzir o universo de análise para as 44 gravações em que se esteve presente.

Destas, um grupo consideravelmente menor foi selecionado e aparece no resultado final. Durante os estudos destas e a construção da dissertação, avaliou-se útil alterar o critério de presença do pesquisador, de exclusivo para prioritário. Assim, acrescentou-se na análise o material recolhido na entrevista com o Sr. Isaías Pereira Alves e sua esposa, Maria da Penha Pereira Alves. De todas as entrevistas aqui citadas, esta é a única em que apenas outros pesquisadores participaram.

As 156 entrevistas de história de vida são parte de um acervo maior, ainda não publicizado, que deverá estar disponível em uma Casa Regional de Memória, espaço museal em montagem na cidade de Altamira, Pará, atualmente sob gestão da Universidade Federal do Pará, uma vez que seu conselho gestor mais amplo não foi ativado, ao menos até o final da escrita desta dissertação.

O “Mapa de Entrevistados - História de Vida” (Figura 3) aponta a localização das entrevistas de História de Vida realizadas durante o trabalho de campo, no período de instalação da usina, entre os anos de 2010 e 2014 e foi elaborado pela equipe de pesquisas do Programa 9.1.1²².

Tanto a casa quanto a pesquisa que originou seu acervo – que inclui dezenas de milhares de fotografias e centenas de horas de vídeos, ambos em formato digital, de

²² “Mapa de Entrevistados - História de Vida” contém duas entrevistas a mais. Na catalogação do acervo, elas foram remanejadas para a categoria Ofícios. São elas: Dalvino Pinheiro e Raimundo Matias da Silva (Seu Dico). Optou-se por manter este mapa tal qual a última atualização disponível, de Dezembro de 2014, inclusive com incompletudes, como a falta de alguns sobrenomes de entrevistados.

referências culturais da região, inclusas as histórias de vida de seus habitantes – são resultado de um trabalho realizado como parte das exigências de compensação ambiental para o licenciamento da instalação da usina hidrelétrica de Belo Monte. Estas condicionantes se devem ao impacto negativo irreversível que a usina provocou no que o Estado brasileiro considera oficialmente como patrimônio cultural.

Durante sua composição, este acervo esteve sob a tutela da Scientia Consultoria Científica, empresa responsável por pesquisas na área, como também pela elaboração da proposta de casas regionais de memória. Foi como contratado dessa empresa que este pesquisador participou da execução do Plano Básico Ambiental da UHE Belo Monte, tanto nos estudos do programa 9.1.1, quanto como responsável pela articulação de partes interessadas do programa 9.1.2, ambos os programas apresentados no capítulo 3.

Dado o ineditismo do acervo, esta dissertação de mestrado tem a tarefa de ser a primeira a fazer uma reflexão crítica não só sobre seu conteúdo, mas sobre como foi constituído, usufruindo de informações e vivências desde sua construção até a conclusão da versão entregue à casa de memória²³.

Este acervo está organizado em grandes categorias inspiradas nas referências culturais determinadas pelo IPHAN, ou seja, celebrações, formas de expressão, edificações, lugares, ofícios e modos de fazer, acrescentando, ainda, a de história de vida. Cada parte deste acervo, seja fotografia ou vídeo, contém um número de catalogação próprio. Para as entrevistas aqui utilizadas, constam nos rodapés tais códigos, para que interessados possam buscá-las posteriormente.

Como exemplo, o número de catalogação do vídeo da entrevista do Seu Maranhão é VID.81.VX-SF.2012.06, sendo que:

- VID equivale a categoria do objeto, no caso, um vídeo;
- 81 é um número que indica a ordem de catalogação desse objeto;
- VX identifica o município em que foi coletado esse objeto, no caso, Vitória do Xingu;
- SF identifica a localidade do município em que foi coletado esse objeto, no caso, São Francisco das Chagas;

²³ Na expectativa que muitas outras pesquisas dele aproveitem. Vale ressaltar que relatórios e artigos foram desenvolvidos pela equipe ao longo da pesquisa de campo. Parte deles está citada aqui.

- 2012 equivale ao ano de registro do vídeo;
- 06 é o código da categoria de referência, no caso, Histórias de Vida.

Há também no acervo as fitas em formato MiniDV utilizadas nos registros de história de vida. Outros registros, inclusive de uma segunda câmera nessas entrevistas, foram realizados diretamente em arquivos digitais. Constatam também documentos que embasaram a pesquisa, tais como os relatórios, materiais diversos, documentos e fotografias digitalizadas. Para a casa de memória em montagem, foram elaborados Plano Museológico, Projeto Expográfico e Manual de Aquisição e Documentação.

Todas as pessoas atingidas aqui citadas autorizaram a gravação de sua entrevista em vídeo e a disponibilização para o público como parte do acervo das Casas Regionais de Memória previstas no PBA, o que inclui novas pesquisas a partir dele. Além disso, os nomes reais das pessoas foram mantidos, uma vez que o material de suas entrevistas utilizado não as prejudica ou lesa de alguma forma, mas sim são trechos daquilo que elas decidiram perpetuar como parte de suas histórias de vida.

Para transportar o discurso de entrevistados e entrevistadores de sua versão oral para a escrita, optou-se por manter-se o mais fiel permitido pelos limites da audição do pesquisador ao conteúdo, mas não necessariamente em todos seus aspectos formais. As falas foram transcritas de acordo com a norma oficial da língua portuguesa, de modo a se ter um só critério para todos os áudios utilizados. Todavia, termos destoantes da norma, mas com significado próprio, não foram modificados. É o caso do neologismo “desbandalhar”, utilizado por um entrevistado para dizer que seu grupo familiar, que morava na mesma comunidade, seria desmontado, já que seus membros se espalhariam por outros territórios.

As falas transcritas poderão aparecer de forma direta por duas maneiras. A primeira será em *itálico*, na mesma formatação de parágrafo e tamanho de fonte de restante do texto, sendo que a referência a estes se dará sempre em parágrafos anteriores. A segunda, com aspas devidamente referenciadas a seus autores, dentro de parágrafos de escrita sobre algum tema ou que comentam alguma parte das entrevistas.

Além da decisão por tipos de transcrição, a atuação do pesquisador tem outros meandros a serem considerados. Este mestrado está baseado e se desdobra autonomamente a partir de uma pesquisa realizada para outro fim, o do licenciamento ambiental. Longe de ignorar esse fato, é necessário olhá-lo criticamente, o que é feito tanto ao longo da

dissertação, especialmente na discussão sobre licenciamento ambiental no capítulo 4, quanto aqui.

Para Zhouri e Oliveira, em publicação da Associação Brasileira de Antropologia – ABA, o antropólogo que atua como consultor tem limitações preocupantes.

(...) há que considerar que os objetivos que movem as tarefas de investigação e a atividade cognitiva do pesquisador passam a integrar o horizonte de atuação dado pelo setor elétrico, de modo que a prática de pesquisa estará condicionada ao calendário, ao orçamento e às finalidades precípuas que compõem a lógica operacional desse setor (ZHOURI e OLIVEIRA, 2013, p. 81)

Pensando especificamente no pesquisador contratado para a execução de medidas compensatórias, este cumpre seu trabalho com base em documentos (estudos prévios, pareceres, termos de referência, etc.), aprovados pelo órgão licenciador estatal. Tais documentos podem ser tanto um limitante quanto um respaldo para o trabalho. No entanto, a metodologia aplicada e a qualidade dos resultados da pesquisa dependem tanto da diligência do pesquisador quanto da pressão oriunda do contratante, que pode se interessar mais pela eficácia no preenchimento de uma lista de checagens do que na efetividade da compensação ou mitigação de impactos.

Em 2015, a ABA publicou o Protocolo de Brasília acerca do trabalho do antropólogo, em especial na elaboração de laudos.

A ideia de impacto ambiental – noção, em si, limitada e alheia à antropologia – tem sido definida não pelas lógicas das comunidades atingidas, mas pela forma de ocupação do espaço determinada pelos interesses do empreendimento, o que tem impossibilitado uma identificação antropológica dos danos socioambientais realmente causados às comunidades atingidas”. (ABA, 2015, p.19)

Fica patente que as pesquisas antropológicas desenvolvidas nesse âmbito esbarram “sempre em constrangimentos de natureza epistemológica e política” (idem, p.24). Como medida para enfrentar essa situação,

(...) é necessário assegurar a participação das comunidades atingidas em todas as etapas do processo, desde a elaboração dos Termos de Referência; deve-se incorporar os conhecimentos das comunidades locais na caracterização e no dimensionamento do universo socioambiental no âmbito de cada licenciamento (...). (idem)

Figura 3 – Mapa de Entrevistados - História de Vida. Fonte: Renato Gonzalez/Scientia Consultoria, 2014

De imediato, independente do antropólogo em campo estar a serviço de uma empresa em licenciamento, de um órgão licenciador, fiscalizador ou dos atingidos, é impossível que esteja descolado de seu objeto de pesquisa e de um posicionamento em relação a ele. “A ideia de que nós, de algum modo, ficamos fora do nosso objeto de estudo é absurda.” (HERZFELD, 2014, 80).

Michael Herzfeld provoca a reflexão sobre o compromisso antropológico “com as múltiplas histórias que se encontram num simples contexto social, frequentemente enunciado pelas mesmas pessoas, no momento em que elas respondem às exigências conflitantes dos impasses sociais, políticos e culturais” (HERZFELD, 2014, p. 81).

Seria preciso ainda buscar “reconhecer a cotemporalidade como a condição para o confronto verdadeiramente dialético entre pessoas, bem como sociedades” (FABIAN, 2013, p. 171).

A antropologia enquanto ciência está baseada na etnografia. Essa etnografia ocorre em um trabalho de campo, pesquisa empírica em que o pesquisador contata o grupo pesquisado, “não somente em observação e coleta de dados, mas em interação comunicativa, e esta última só é possível com base no compartilhamento do tempo”. Essa atividade implica não só em sincronia, mas também no que Johannes Fabian chama de coetaneidade (FABIAN, 2006).

A coetaneidade englobaria tanto o sincrônico, “eventos que ocorrem no mesmo tempo físico”, quanto o contemporâneo, “coocorrência” no que ele chama de “tempo tipológico”. Seria ainda uma “‘ocupação’ do tempo, comum e ativa, ou um compartilhamento do tempo” (FABIAN, 2013, p. 67).

Para Fabian, a negação da coetaneidade acontece sistematicamente na antropologia, quando o pesquisador registra por escrito seus estudos, “usando categorias que envolvem distanciamento temporal, colocando o autor do discurso num tempo diferente daqueles sobre os quais escreve”, negando assim esse compartilhamento do tempo e realizando uma localização hierarquizada das pessoas em estudo. Desse modo, há uma contradição entre as condições temporais do trabalho de campo, coetâneas, e as experimentadas na escrita, que distancia os pesquisados (FABIAN, 2006).

No contexto de Belo Monte, a negação da coetaneidade e a localização hierarquizada poderia ocorrer também a partir dos “vencedores de turno” – utilizando livremente essa expressão – equivalentes aos responsáveis e interessados pela construção de uma hidrelétrica

no rio Xingu, impondo seu modo de vida e sua lógica de trabalho e de tempo a outros grupos. Há um alerta aqui para a necessidade de se “escovar a história a contrapelo”, uma vez que a história oficial geralmente é contada a partir da visão dos vencedores de turno e não dos vencidos (BENJAMIN, 1985b, p. 225).

Retomando o conceito de perigo, fica possível de se entender como ele se espraia do atingido para o pesquisador, ao se dissolver a “visão confortável e preguiçosa da história como progresso” (LÖWI, 2005, p.65), simultaneamente ao avanço da instalação e operação da usina, bem como do *desbandalhar* de atingidos.

Partindo desse momento de perigo, esta dissertação foi organizada começando por uma **apresentação** em primeira pessoa, subjetiva e de várias chegadas a este trabalho. Segue a ela esta **introdução**, que carrega consigo não só a esperada função de introduzir o assunto, como também objetivos e boa parte do referencial teórico-metodológico utilizado, por mais que outros autores e publicações sejam trazidos ao longo do texto.

Os capítulos ganharam sequência inspirados em elementos benjaminianos, especialmente de “O Narrador” (BENJAMIN, 1985a), passando por personagens sedentários, viajantes, artesãs, a passagem do licenciamento tal como uma viagem insólita e fragmentos.

No **Capítulo 1**, quem lê toma contato com algumas das comunidades atingidas pela usina de Belo Monte, desde quando foram fundadas até seu atual desmembramento. Para isso, chegará junto com uma equipe de pesquisas e terá como fonte principal as entrevistas de história de vida de alguns moradores, que trazem em suas narrativas a autoridade de quem sabe por estar naquele lugar há muito tempo.

O **Capítulo 2** aborda outra parte das histórias contadas por esses narradores contemporâneos, hoje sedentários, mas antes viajantes, experienciando como tais as diferentes entradas na região amazônica, repleta de perigos e desafios. Traz elementos das origens de alguns desses narradores e mais sobre as empreitadas e constituição de cidades e comunidades. Conclui com um desenrolar perverso da colonização ocorrido em Anapu e as ações de uma freira e seu grupo diante da chegada constante de migrantes na porta de sua casa.

Com os pés e mãos cheios de argila, o **Capítulo 3** vem com oleiras do igarapé Pannels contando de seu ofício artesanal e as disputas para sua manutenção após a instalação da usina. Como pano de fundo, discute como o Estado e a pesquisa na qual esta dissertação se baseia

lidaram com o chamado “patrimônio cultural” da região atingida, além de apresentar a metodologia e o plano de trabalho seguido pelos pesquisadores. É o momento também de se fazer uma crítica às noções e ações de patrimonialização, que implicam no risco de se ter uma história “feita de documentos de cultura que se revelam documentos de barbárie”, surgindo com isso uma forte imagem de limiar: “a cultura como antecâmara da sua própria desvirtuação e instrumentalização” (BARRENTO, 2012, p.48).

O **Capítulo 4** levanta a discussão sobre a teoria, a lei e a prática desse licenciamento ambiental que envolveu os moradores da Transxingu, em um exercício de análise sobre como o que foi previsto em diferentes documentos aconteceu na realidade. O que começa com a comparação do licenciamento de Belo Monte com um rito de passagem, termina com o questionamento dessa aparente semelhança.

Por fim, o **Capítulo 5** é chamado de capítulo por se destacar dos demais, ao mesmo tempo em que está vinculado a todos os anteriores. Com a função de conter as considerações finais para esta dissertação, realiza um exercício de escrita em fragmentos e textos que foram extraídos, reescritos, rearranjados e complementados em uma nova combinação de conteúdos das páginas anteriores. Propõe uma montagem, “aglomeração aparentemente caótica” (BARRENTO, 2012, p.43). Ao invés de aparar arestas, as aponta. Apesar de finais, estas considerações pretendem abrir novas entradas para a pesquisa.

1. *A minha nação vai desbandalhar: histórias de atingidos em um momento de perigo*

Tudo que é sólido e estável se volatiliza, tudo o que é sagrado é profanado

*Karl Marx e Friederich Engels*²⁴

Hoje, já está esfarelado.

Adão Pereira de Souza

Santa Luzia, Deus É Amor, região do Arroz Cru e da Baixada. Em cada localidade dessa área que estava sendo esvaziada por causa da instalação da usina de Belo Monte, os moradores remanescentes contavam suas histórias e se referiam não só à sua comunidade, mas a uma maior, conhecida por todos. Isso estimulou a equipe de pesquisa a incluir na programação do dia 4 de outubro de 2012 a Comunidade São Francisco das Chagas.

Naquele dia, a equipe era composta por cinco pesquisadores. Dois responsáveis pelas câmeras de vídeo e de fotografia e três outros, sendo dois cientistas sociais e uma geógrafa, que assumiram a função de entrevistadores. O tamanho da equipe dependia do contexto. Houve entrevistas com dois pesquisadores cumprindo todas as funções, assim como houve outras com mais, conforme a necessidade, a equipe disponível, a oportunidade de formação de novos membros, etc.

Partindo da base em Altamira em direção à Vitória do Xingu, o caminho pela rodovia Transamazônica desviou para o Travessão 27. Travessões são estradas vicinais, que saem de ambos os lados da rodovia. O acesso a este travessão em especial não estava igual ao que havia sido por muitos anos. Uma guarita instalada pelos construtores da usina fiscalizava a entrada e delimitava ali que aquele território se transformara em passagem para as máquinas e pessoas que trabalhavam no canteiro de obras, pelo qual era preciso atravessar para chegar à comunidade. Logo após o canteiro, havia a Boate Xingu, um prostíbulo, inaugurado durante a instalação da obra, com faixas convidativas, especialmente aos trabalhadores da construção da barragem, chamados de “barrageiros”.

²⁴ O Manifesto do Partido Comunista (MARX e ENGELS, 2003).

A presença do prostíbulo é polêmica. Em área considerada de utilidade pública, o terreno em que ele está foi arrendado de um dos moradores da região que, ao contrário da maioria dos vizinhos, ainda não tinha sido indenizado e removido pelos funcionários da usina. Assim, desde o final de 2012, a vizinhança lidava com o local que, segundo uma das mulheres que lá trabalhava, servia exclusivamente para os trabalhadores de Belo Monte. No início de 2013, a polícia realizou ali o resgate de mulheres, dentre elas uma menina de 16 anos, aliciadas e em condições análogas à escravidão sexual²⁵.

Pouco depois, na mesma estrada – de terra, mas reformada e ampliada há alguns meses, tornando-se muito melhor do que a que havia até então –, uma placa anuncia a construção de um posto de saúde. Na sequência, avista-se uma escola municipal também nova, uma igreja, um campo de futebol e uma quadra: este era o núcleo da comunidade São Francisco das Chagas.

Figura 4: Foto de placa de construção do posto de saúde. Durante a instalação da usina, estas placas de construção tornaram-se comuns na região. 4/10/12. Fonte: Acervo Scientia Consultoria.

²⁵ Fonte: Repórter Brasil, disponível em <http://reporterbrasil.org.br/2013/02/prostibulo-estava-em-area-declarada-de-interesse-publico-para-belo-monte/>, acesso em 16/02/2018. Para saber mais, recomenda-se a pesquisa “Trabalhadores e Trabalhadoras de Belo Monte: percepções sobre exploração sexual e prostituição”, realizada em 2016 por uma equipe mista entre sociedade civil e poder público, coordenada pela UFPA (OLIVEIRA, 2016).

Figura 5: Foto da escola recém construída e da igreja da comunidade São Francisco das Chagas. 4/10/12. Fonte: Acervo Scientia Consultoria

Perguntando para os moradores, encontramos Seu Maranhão, uma das lideranças locais. Um senhor negro de cabelos grisalhos bem esbranquiçados e barba branca, usando óculos, calça social e camisa. Como todas as entrevistas desse projeto, esta começou bem antes de se ligar a câmera. A comunidade foi apresentada aos recém-chegados, enquanto na conversa se garimpavam informações sobre o local e sobre a história de nosso então possível entrevistado. Disposto a contar mais, ele escolheu o banco de madeira embaixo da árvore em frente de onde morava para sentar e assim registrarmos a conversa em vídeo²⁶, protegidos do sol forte, mas sem desperdiçar a boa luminosidade disponível, bem como a imagem de sua casa ao fundo.

Abimael Palhano Muniz nasceu em 1966 e o apelido pelo qual é conhecido, como era de se imaginar, vem da sua origem maranhense, mais especificamente o município de São Luiz Gonzaga, que “fica na beira do Rio Mearim”, “entre Pedreiras e Bacabal”, aspas dele.

²⁶ No acervo entregue ao final da pesquisa, o vídeo pode ser localizado pelo número de catalogação VID.81.VX-SF.2012.06.

Figura 6: Abimael Palhano Muniz, o Seu Maranhão. Frame de vídeo da entrevista. 4/10/12. Fonte: Acervo Scientia Consultoria

Figura 7: A casa onde Seu Maranhão vivia com sua família em São Francisco das Chagas. 4/10/12. Fonte: Acervo Scientia Consultoria

A migração ao Pará, devido a “humilhação por causa de terra dos outros” – essa e outras histórias começadas aqui retornam nos próximos capítulos – rumo para a tentativa de ser um colono do INCRA, seguida de trabalhos diversos, incluindo a mineração e o garimpo, para enfim assentar-se definitivamente em seu lote.

Não morava ninguém aqui (...). Ninguém, ninguém. Não tinha um pé de cristão aqui em 76. Em 86, quando eu vim (para negociar a compra do lote), já tinha algum gato pingado, com dez anos de diferença. Aí, em 90, já tinha bastante. (...) E não tinha estrada, andava por uma picadinha.

Seu Maranhão afirma ter sido o primeiro a “botar uma roça” nas terras do Travessão 27, em uma área mais próxima da rodovia, em 1976, para um patrão por ele referido como “dono da CELPA²⁷”, de uma das famílias “mais ricas de Altamira”.

Em 1990, quando ele muda para o lote, a comunidade São Francisco das Chagas, enquanto conjunto de moradores que se auto identificavam como parte dela, existia e estava em crescimento, mas as instalações tais como a igreja, o campo de futebol e o galpão, que são as referências edificadas desta centralidade comunal – por aglutinarem atividades comuns e motes para o encontro dos moradores – seriam construídas nos anos seguintes. Os moradores dali chamam de comunidade tanto o agrupamento de vizinhos quanto a área onde está a sede comunal.

Até então, essa região ainda não tinha o nome de seu padroeiro e era conhecida de outras maneiras, como o “27 da Baixada”. Foi assim que José Victorio Moscon²⁸ a conheceu quando adquiriu seu lote, em 1992, logo que chegou do Espírito Santo. De acordo com os entrevistados, é da soma de partes de lotes doados pelo senhor Moscon e por um antigo colono conhecido como João “Paraguai” que se obteve a área comunal. Aos poucos, os moradores construíram a primeira igreja católica, batizada de São Francisco das Chagas por um padre. Não longe dali, ao longo dos anos, ergueu-se também uma igreja adventista e outra pentecostal, a Assembleia de Deus.

Foi com esforço coletivo também que surgiu a primeira escola, feita de madeira, o barracão de reuniões e festas e o campo de futebol. Com o tempo, as pequenas edificações

²⁷ Centrais Elétricas do Pará, “única empresa de distribuição de energia elétrica autorizada pela ANEEL para atuar em toda a área de concessão do estado do Pará”. CELPA, Disponível em www.celpe.com.br/conheca-a-celpe. Acesso em 16/02/18.

²⁸ No acervo entregue ao final da pesquisa, o vídeo pode ser localizado pelo número de catalogação VID.90.VX-SF.2012.06.

mais simples foram sendo substituídas por outras maiores e de alvenaria. Seriam construídos ainda, estes pelo poder público, o posto de saúde, uma quadra e uma escola nova, a última como parte da compensação ambiental de Belo Monte.

O trabalho coletivo se estendia para além do interesse comum de erguerem a sede. Apesar de cada colono ter seu lote, eles se ajudavam conforme os outros moradores solicitavam, seja no empréstimo de algum bem a ser repostado depois, seja no mutirão e na troca de diárias. Em regime de mutirão, os dias de quem trabalhasse nas terras de alguém, eram devolvidos com trabalho em suas terras, seja na mesma atividade ou em habilidades distintas. Em um dos exemplos escutados, o colono que sabia manejar a motosserra para derrubada de troncos largos foi chamado por um vizinho para ajudá-lo nessa tarefa e, em troca, esse vizinho ofereceu o serviço de “brocar”, ou seja, de retirada de galhos, folhas e arbustos menores com foice e facão.

A disposição para o trabalho conjunto contribuiu para que se adaptassem às dificuldades. Adão Pereira de Souza²⁹ foi um dos que, no início dos anos 1970, brocou e derrubou árvores nesse sistema, em seu primeiro lote, próximo à agrovila criada no km 18 da Transamazônica.

Financiado por um banco estatal, ele conseguiu dois sacos de milho, dois sacos de arroz e um saco de feijão, cada saco com 40 quilos, e com isso começou sua plantação, que incluía também mandioca.

Como eu não tinha motor para quebrar a mandioca, para ralar, o que eu fazia... isso já vem de muito tempo (...) de trabalhador de roça que tem essas estratégias (...).

Após o preâmbulo acima, Seu Adão ensina os entrevistadores como improvisou um ralador, uma prensa e um sistema para a torração da farinha para o consumo de sua família. Dada a qualidade do solo, apenas o arroz produzia o suficiente para a venda em larga escala. A plantação começava em outubro para ser colhida entre os meses de março e maio.

Trabalhei 10 anos com o Banco do Brasil, só com arroz (...). Não tinha outra renda (...). Trabalhei financiado. (na primeira colheita) Colhi 80 sacos de arroz de 60 quilos, mas devia ao banco.

(...)

²⁹ No acervo, o vídeo da entrevista do casal Adão e Luzia de Souza pode ser localizado pelo número de catalogação VID.67.VX-SL.2012.06.

Ali onde hoje é o Armazém Paraíba? Era tudo da Cibrazem (...). Cabiam 50 mil sacos de arroz ali dentro.

A Cibrazem (Companhia Brasileira de Armazenamento) tinha galpões como este na sede de Altamira, mas também nas agrovilas. Era ali que os produtores levavam e vendiam o resultado da produção. Para o transporte, caminhões eram alugados e cobravam por diária. Às vezes, mesmo os enormes galpões da Cibrazem não eram suficientes e lotavam de produtos. Com isso, a fila de dias de espera dos caminhões carregados na porta dos galpões aumentava os custos dos agricultores. Somado a isso, havia o risco de o arroz virar “marcha-a-ré”.

Chegando lá, eles passavam meu arroz em uma máquina. Naquele tempo, chovia demais, chovia muito. Às vezes o camarada colhia muito arroz, mas era um arroz fraco.

Segundo Seu Adão, as chuvas prejudicavam a qualidade do arroz que, quando era batido em pilão ou passava nas máquinas da Cibrazem, quebrava.

(...) o arroz quebrava, ficava fraco, virava “marcha-a-ré”. Um caroço de arroz quebrado em três pedaços.

O arroz quebrado tinha um preço inferior aos grãos inteiros. Com o recibo do valor do arroz fraco em mãos, era hora de saldar o financiamento do banco.

Quando ia pagar o banco, não me sobrava dinheiro para comprar uma botina ou para trazer alguma coisa para a roça. Acabou o dinheiro. O que é que eu fazia? (...). O jeito que tinha era ir no banco de novo. A Cibrazem me dava a nota do meu arroz, eu ia no banco, mostrava para o gerente, descia para o caixa, pagava a minha conta (...).

E voltava a emprestar dinheiro do banco para conseguir viabilizar sua próxima safra. Com o pouco de dinheiro que sobrava no bolso, quando sobrava, Seu Adão aproveitava a viagem para ir até a Cobal (Companhia Brasileira de Alimentos).

Todas as coisas lá (na Cobal) eram baratas, porque era do governo. Preço de custo. Eu fazia aquela feira e levava para casa.

Por 10 anos, os sacos de arroz colhidos no lote de Adão, que chegaram a 500 na última colheita que fez, serviam tão somente para quitar as dívidas e repetir o ciclo de empréstimo. Essa lógica de financiamento movimentou boa parte do trabalho dos colonos da região.

Se a sustentabilidade da produção era custosa, havia também outras dificuldades, impostas pelo processo de colonização. Dentre elas, algo chama atenção. Os lotes dos colonos

não estão nas proximidades da rodovia Transamazônica. Seu Maranhão apresenta os motivos.

Então consideraram isso. Em 70, quando foi considerada a colonização da Transamazônica, primeiro os fazendeiros..., segundo os colonos. ...

Conforme ensinam os colonos entrevistados, a partilha de terras realizada pelo INCRA foi ali organizada em lotes que, dependendo do contexto, poderiam ser adquiridos isoladamente ou em gleba, porção maior de terra, equivalente à soma de cinco lotes. Cada lote na região foi demarcado contendo 100 hectares de extensão. Para os que não são habituados a essa unidade de medida, um hectare equivale a 10 mil m². A título de comparação, o campo gramado do estádio Arena Corinthians, onde ocorreu a abertura da Copa do Mundo de Futebol de 2014, tem 7.140m², ou 105 metros de comprimento por 68 metros de largura. No Baixo Xingu, houve fazendeiros que assumiram propriedades com mais de uma gleba e estas, prioritariamente, estavam junto à Transamazônica.

Com a prioridade para os proprietários das grandes fazendas, também não havia estrada para os colonos cujos lotes não alcançavam a rodovia. A melhor maneira de se chegar a Altamira começava por uma picada na mata aberta por eles, de 5 km de extensão até o Rio Xingu, por onde se seguia de barco até a sede.

Na década de 1970, Seu Maranhão foi um dos produtores de arroz da região, vinculado a projetos do governo federal que incentivavam e adquiriam sua produção. Na década de 1990, ampliou a produção e colheu 200 sacos de milho e 200 sacos de arroz, carregados “em costas de cavalos” pela picada até o Xingu e de lá, um barqueiro com uma rabeta – barco com motor de baixa potência, em que a hélice está na ponta de uma vara, lembrando um rabo – carregava os sacos dos colonos, em uma infinidade de viagens, dias a fio. Chegando em Altamira, a produção enfim poderia ser vendida.

O Travessão 27 foi fundado por essa colonização que entrou aqui, primeiramente pelo INCRA e aí...

Os travessões eram criados ao longo da rodovia. No entanto, não foram abertos como estradas com qualidade de acesso para carros ou carroças, mas picadas na mata. Para os colonos, cujos lotes estavam distantes, o acesso à rodovia não era viável, pois equivalia a uma caminhada de 40 km. Por isso, a preferência pelo Xingu como caminho.

Segundo Seu Maranhão, o INCRA abriu uma estrada – com trabalho e ferramentas manuais, sem o maquinário de grande porte que se costuma ver em obras rodoviárias – na

década de 1980, porém apenas até a comunidade Deus É Amor, distante dali. O restante dependia do esforço local, a partir de uma picada na mata, uma abertura de caminho suficiente para o trajeto a pé em meio à floresta.

... tudo foi feito por conta dos colonos depois que moraram. O INCRA só fazia a picada e pronto. Nunca ajudou ninguém em nada aqui pra construção de estrada. Nunca botou uma máquina, nada, nada nessa região aqui.

No entanto, a picada do INCRA perdeu seu efeito uma vez que a demarcação de terras já estava feita e sobrepunha a localização da estrada prevista.

... ficou de um jeito que não dava mais como... quando começou a sair das divisas. Porque nas áreas dos fazendeiros foi feita por onde deu certo. (...) começou a dar problema, porque chegava na divisa da sua terra e você não deixa passar. Foi combinando, combinando e conseguimos fazer esse trabalho, mas nós mesmos, os colonos. Sem maquinário, sem nada.

Em outras localidades, entrevistados remontam a mesma situação, de trabalharem por conta na abertura e manutenção de estradas de terra, ou na construção de pontes para melhorarem o acesso aos seus lotes. Às vezes, com suporte de governos municipais e federais. Apenas por volta de 1995, a estrada de fato alcançou São Francisco das Chagas, por iniciativa da prefeitura de Altamira, apesar de ser território do município de Vitória do Xingu.

A iniciativa da prefeitura pode fazer sentido por alguns motivos. Toda essa região fazia parte de Altamira até a emancipação de Vitória do Xingu, em 13 de dezembro de 1991. Recém-emancipada, a cidade não tinha toda a estrutura de suporte à população que sua antiga sede já oferecia. As pessoas entrevistadas em São Francisco, por exemplo, não se remetem à Vitória do Xingu como referência, mas sim Altamira.

Para muitos, a sede de Vitória é utilizada apenas em eventos isolados, como os dias de votar em eleições, a cada dois anos. Para as demais atividades de “rua” – termo localmente utilizado para se referir à zona urbana, fora de sua comunidade – Altamira é o destino principal, oferecendo de agências de diferentes bancos a comércio mais variado e abundante, seja de víveres, ferramentas, insumos e maquinário de trabalho, materiais de construção, gado, etc., além de ser um ponto importante de escoamento das produções locais, seja no mercado, para atravessadores, ou especialmente os vinculados a projetos federais relacionados com antigas empresas estatais como a Cobal e a Cibrazem já citadas.

Com estrada nova, São Francisco das Chagas continuou crescendo e, em seu ápice, Seu Maranhão estima a existência de mais de 500 famílias. O cálculo baseia-se não apenas nos seus vizinhos de lote, moradores do entorno imediato à sede da comunidade, mas inclui outros mais distantes e que tinham essa sede como referência.

(Para indicar a dimensão antiga da comunidade, ele vira para um lado e diz) *Daqui, ela emendava com a beira do rio.* (e, depois, vira para o outro lado) *Daqui até o fim dela, talvez tenha uns 12 km. Tudo era ela.*

Conforme os interesses dos moradores divergiam, surgia uma demanda por nova escola, ou de outras igrejas, houve a fragmentação e o surgimento de novos agrupamentos em torno de novos centros comunitários, tais como Santa Terezinha, Jacarezinho e outros. No entanto, as informações obtidas com os moradores da região indicam a continuidade da referência dessa sede em relação às demais, como local de encontro e de grandes festas. Até a chegada da usina.

A proximidade do canteiro de obras interferia em seu viver das mais diversas maneiras. Muito do que era corriqueiro, assim como os eventos pelos quais a população da região se reunia, deixaram de acontecer. Incluindo as festas descritas por Seu Maranhão.

Festa. Nós fazíamos festa aqui nessa comunidade, trazia conjunto de Altamira. (...) dava para muito mais de mil pessoas. Nós matávamos três, quatro bois para comer, vender churrasco. Era uma coisa linda. Acabou tudo.

(...)

Muita festa dançante. Das nove horas até as sete da manhã. Dançando, comendo churrasco e bebendo. Dançando mesmo, igual nas serestas. Era de noite. Torneio de bola no correr do dia, até 20 times juntavam, vinha time da aldeia Juruna, que é aqui perto, (...). E os moradores de outras comunidades passavam a noite todinha na festa e, quando era de manhã, partiam.

Revelou-se então que aquele dia da entrevista era especial e deveria ser festejado pelos moradores dali.

São Francisco é o nosso padroeiro. Hoje é o dia dele. Tanto é que faz uns três meses que não vinha um padre, hoje veio e celebrou (...). Hoje é 4, dia de São Francisco.

Pastores das outras religiões com igrejas no local também deixaram de vir ou

diminuíram muito a sua presença. Perguntado sobre o porquê de não estarem celebrando o padroeiro naquele dia, para além da realização da missa, Seu Maranhão explica.

Não, é que agora mudou muito. A gente ficou com medo, não fizemos mais. Por causa da invasão de companheiro (funcionários da obra da usina). Ali, em dia de domingo, tem tanto peão, com a licença da palavra, que você não conta. E bebendo... daquele jeito que está ali, cheio de carro. (...). Nós paramos, não tem como mexer (...). Domingo, nós fomos para o culto, eu a mulher e os meninos e tinha, francamente, uns cento e tantos homens embaixo dali onde sentamos (referindo-se ao local onde parou para conversar com os pesquisadores antes da entrevista, mais próximo da sede), cada um com um litro de bebida na mão, que vem lá do canal (canteiro de obras dos canais de derivação da usina) e vem daqui do canteiro (outro canteiro de obras do sítio Pimental, ao lado da comunidade).

Além da festa de São Francisco, outras eram organizadas sem motivo especial. Para estas, combinava-se o final de semana em que ocorreria, conseguia-se uma banda para tocar e “tudo dava boa”. O que mais reunia as comunidades do entorno era o futebol, já que, “como diz o padre (e Seu Maranhão), ‘a bola é o Deus redondo’”.

Se o evento acontecesse nas proximidades, como Deus é Amor e Santa Luzia, eles se organizavam para ir até lá. Em Santa Luzia, comunidade para onde Seu Adão mudou ao sair de seu antigo lote no km 18, ele conta que, dentre as festividades, havia muitas de “fogueira de São João”, realizadas no mês de junho. Para Santo Antonio, outra festa junina, a referência era a comunidade que levava o nome do santo e que, na época dessa entrevista, já havia desaparecido diante do canteiro de obras da usina.

Figura 8: Adão Pereira de Souza. Frame de vídeo da entrevista. 2/7/12. Fonte: Acervo Scientia Consultoria

Santa Luzia ficava em uma área conhecida também como CNEC. Essa sigla é de uma antiga empresa de pesquisas que atuou na região por muito tempo, durante o planejamento da usina hidrelétrica de Kararaô, que anos depois se tornaria Belo Monte. Seu Adão se lembra desse pessoal. Lembra também de mascarados comemorando o dia de Santo Reis, em 6 de janeiro, mas não conta mais detalhes, além de que acabou há muito tempo. Nas demais festas, havia muita dança e música. O toca-fitas à pilha garantia a música quando não aparecia um “tocador de sanfona” ou de pífano. O local principal das festas era a escola. Ele conta que chegaram dois professores pagos pelo governo, mas não havia onde lecionar, o que os fez começarem as aulas na casa que, a princípio, construíram ali para morar. Com o grande e crescente número de crianças, os moradores se organizaram e construíram juntos uma escola.

Quando um não ajudava em uma coisa, ajudava em outra. (...). Uns iam serrar castanheira para tirar tábua, outros iam bater cavaco (telhas de madeira) para cobrir a casa, outros iam puxar a madeira em boi, até que levantamos esse colégio.

O contexto em que a dança e a música aconteciam não era mais o mesmo. A área da escola já havia sido comprada pela Norte Energia. O próprio senhor Adão esperava para as próximas duas semanas receber parte do pagamento por seu lote e sair dali. Na data de sua

entrevista, 2 de outubro de 2012, as festas não existiam mais, bem como os rituais religiosos.

Sem as festas populares e o fim iminente das plantações, o tempo deixou de ser marcado pelo calendário dessas comunidades e passou a ser contabilizado pelo cronograma da usina de Belo Monte. A função agregadora dos feriados santos se perdeu como os “dias da reminiscência” a que se refere Walter Benjamin, datas que retornam todos os anos, previstas em um calendário que atua como monumento “de uma consciência histórica” que o autor diz ter se perdido na Europa de sua época (BENJAMIN, 1985b, p.230). Há perdas como essas sentidas na fala dos entrevistados da Transxingu do início do século 21.

A igreja católica que eles também construíram em Santa Luzia estava em um terreno privado, vendido recentemente para um proprietário de outra religião, que decidiu fechá-la. Uma antiga moradora, que mediava a relação entre os moradores e os padres católicos mudou-se, assim como a maioria de seus vizinhos.

Hoje, já está esfarelado. Antes, tinha muita gente.

A ausência dos vizinhos é sentida nas outras comunidades. Em Deus É Amor, os terços, rezas que aconteciam nas casas dos fiéis, faziam Benedito e Zilda³⁰ incluírem maços de velas na compra de suprimentos quando iam para a rua. Essas rezas eram organizadas tanto para o santo de devoção de algum morador, quanto em novenas, que alternavam de casa em casa, em períodos especiais como o do Natal. Hoje, não há mais rezas ou vizinhos. É de Seu Benedito a observação em relação às casas vazias que ainda permanecem no local.

(...) A gente passa e "aqui morou fulano". Teve um tempo, que a gente vinha na casa deles, no aniversário, ou numa missa e hoje não existe mais. E nem sabe para onde que estão.

Para ele, o apoio entre os vizinhos foi mais importante que o de projetos federais de incentivo. Desde a colaboração no trabalho e as construções da comunidade até em momentos extremos, como no período de chuvas, em que as estradas de terra eram prejudicadas. Em emergências, a solução era improvisar, como carregar uma pessoa doente em uma rede.

A gente amarra uma rede num pau e carrega no ombro, em duas pessoas. E vai levando, vai muita gente acompanhando aquilo. De acordo com o cansaço, a outra pega.

(...)

³⁰ O vídeo da entrevista de Zilda e Benedito Francisco Leite pode ser localizado pelo número de catalogação VID.80.VX-DA.2012.06.

Quando cai a água, o primeiro que acaba é a estrada. Se, Deus lhe guarde, dá uma doença, você tem que sair de qualquer jeito (...) quando nós chegamos, até 2000, era assim (...). Se tinha malária, tinha que sair na rede, daqui para a faixa (rodovia Transamazônica). (...). Eu cheguei a participar, não por causa de malária, mas de ferroada de escorpião.

Figura 9: Zilda e Benedito Leite. Frame de vídeo da entrevista. 4/10/12. Fonte: Acervo Scientia Consultoria

Atingidos diretamente pela obra, terão que deixar seus lotes em busca de outro lugar para morar. Benedito conta da facilidade de morar ali e poder pescar no Xingu, acampando em uma ilha, de preferência para a pesca noturna. Ao final, fidalgos, filhotes, pescadas, tucunarés e outras espécies de peixes eram trazidas e alimentavam a família por uma semana. Em meio a essas descrições, um dos entrevistadores o questiona se é possível afirmar que há uma saudade antecipada, antes mesmo de sair. Ele concorda:

Isso. Hoje, aqui está ficando um lugar bom demais, tem de tudo. E as coisas que tem são de qualidade. O sentimento que a gente tem é que está deixando esse lugar tão bom que a gente sofreu para chegar nele e estamos indo para um lugar que a gente nem sabe ainda.

Seu Maranhão também relatou a diversão no rio como parte do hábito local que

acabara especialmente em praias na região do Arroz Cru e ilhas. Com a construção da usina em andamento, os acessos ao rio estavam mais restritos. Além disso, ele informa que, não longe da comunidade, uma das empresas contratadas pela usina libertava animais resgatados de regiões diretamente afetadas. Jacarés e cobras se somam às preocupações dele ao se deslocar com os filhos pela estrada de terra que levava até a sua roça de cacau.

Com as remoções dos atingidos por Belo Monte em andamento, as mais de 500 famílias de antes foram estimadas por Seu Maranhão, em outubro de 2012, em cerca de 300 espalhadas no território, das quais 65 se identificariam ainda como parte de São Francisco das Chagas. Frases dele durante a entrevista indicam como que, aos poucos, a vizinhança diminuiu e foi sendo alterada.

AM³¹- (...) da beira desse toco para lá, já não mora mais ninguém. Aqui tudo morava gente. (...)

CG³²- E saíram por causa de quê?

AM- Norte Energia.

(...)

AM- Pra melhor lhe dizer, gente que a gente era vizinho há vinte anos, dez, quinze anos, não sei onde mora hoje. Não sei onde mora.

Desconsiderada como critério para as remoções, não houve propostas para os vizinhos se mudarem em conjunto e preservarem o agrupamento, que foi sendo desmantelado conforme o consórcio responsável, Norte Energia S.A., adquiria os lotes em negociações individuais e ao longo dos anos de instalação da usina. O mesmo procedimento foi adotado com grande parte dos atingidos que foram obrigados a sair de suas casas.

Nem todos os moradores dali foram retirados. Ao menos até 2012, parte deles foi informada que poderia ficar ou aguardava a confirmação da necessidade de sua saída. Aos 75 anos, senhor Moscon era um deles.

³¹ AM: Abimael Palhano Muniz, o Seu Maranhão.

³² CG: Carlos Gimenes, entrevistador.

Figura 10: José Victório Moscon. Frame de vídeo da entrevista. 7/11/12. Fonte: Acervo Scientia Consultoria

JM³³ - Aqui tinha muitas famílias (...), agora está desanimando. Muitos dos meus vizinhos daqui, amigos, já venderam para a Norte Energia e foram embora. (...). Na nossa comunidade quase que não tem ninguém mais. Saiu tudo.

EC³⁴ – E o que o senhor acha disso?

JM – A gente fica meio sentido dos amigos irem embora e a gente aqui, não sabe o que vai acontecer com a gente.

Rememorando tempos em que havia mais gente morando ali, ele conta orgulhoso que foi o responsável por trazer o jogo de bocha para a região, nos anos 1990, bem como de ensiná-lo aos vizinhos e amigos. Recentemente, incluiu entre seus aprendizes alguns funcionários da usina que, segundo ele, se divertiram com a bocha a ponto de se comprometerem a vir alguns domingos para aprender e jogar mais com ele.

Se, por um lado, o colono capixaba gostaria de permanecer em seu lote, por outro, não se sentia compensado com o que restaria após a conclusão da usina. Temia, por exemplo, o

³³ JM: José Victorio Moscon.

³⁴ EC: Elisangela Cordovil, entrevistadora.

aumento de mosquitos na região com o surgimento do lago da barragem. Um dos problemas que enfrentava no momento da entrevista, porém, era a redução da água disponível em seu lote. Seu poço secou.

Todo mundo está reclamando (...) estão achando que é por causa do canal (a obra, então em andamento, dos canais da usina) que a água está sumindo. Tem muita gente reclamando que secou os poços. Os igarapés estão todos secando.

Seu Maranhão levou a equipe de pesquisa no mesmo mês de sua entrevista, outubro de 2012, para conhecerem alguns dos igarapés do entorno. O igarapé Fortunato já vinha sendo prejudicado há algum tempo pela intervenção de atividades pecuárias. O igarapé Di Maria foi afetado por uma estrada construída para as obras da usina, cujo canteiro atinge também o igarapé Gaioso, dentre outros da malha hidrográfica da região.

Figura 11: Seu Maranhão aponta a localização de igarapés utilizados pelos moradores de São Francisco das Chagas. Fonte: Acervo Scientia Consultoria

Um dos casais vizinhos, Maria e Isaías, confirma que conversou com os funcionários de Belo Monte, explicando a eles que as escolhas de localização de estrada e de outras

intervenções feitas pela empresa prejudicaria a água da região.

MA³⁵ - Acabou com as águas, criatura. As águas ali, ó. Nós não temos mais água.

CC³⁶ - A água vem lá de cima?

IA³⁷ - A água vem lá de cima. No que eles fizeram a estrada, fizeram um aterro dentro do baixão, sendo que, onde eu queria, pegava um aterrozinho (...)

MA - Não prejudicava as outras águas de cá de jeito nenhum.

IA - Aí, o que eles fizeram: jogaram por lá, (...), atravessou o baixão todinho (...). Secaram a minha água.

Cunhado do senhor Moscon, Isaías Caldeira Alves³⁸, de 66 anos, foi quem o convidou para migrar ao Pará. Vizinho, ele acredita que não será removido, diferente de parte de seus filhos, que moram em outros lotes. O listar de membros da comunidade que já saíram termina com uma afirmação.

Todos faziam parte da comunidade. Os ribeirinhos saíram. Então, foi fracassando. Foi fracassando a comunidade, foi ficando devagar. A igreja católica já fechou, praticamente.

(...)

Vai ficar difícil até para nós aqui, para os que vão ficar aqui. Nós tínhamos três carros de linha (o transporte da comunidade para outras localidades), agora estamos com dois carros de linha e já vão sair os dois, porque o pessoal saiu e não tem mais como manter. (...) E corre o risco de nós ficarmos isolados.

O isolamento de que Seu Isaías trata vai além dos vizinhos que estavam de partida, ou da infraestrutura prejudicada. Sua filha mais velha, atingida pela usina, deveria mudar-se em breve, sem destino certo até aquele momento.

Quando eu entrei por aqui, eu fui muito feliz com os meus filhos. Todos casaram aqui, eu tenho uma felicidade grande porque eu vi meus netos nascerem aqui. Dos meus netos, não tem um que esteja fora daqui (...). O que está me entristecendo é porque agora eu estou vendo

³⁵ MA: Maria da Penha Pereira Alves.

³⁶ Carlos Eduardo Caldarelli, entrevistador.

³⁷ IA: Isaías Pereira Alves.

³⁸ O vídeo pode ser localizado pelo número de catalogação VID.85.VX-SF.2012.06. A entrevista do senhor Isaías foi realizada em conjunto com a de sua esposa, senhora Maria da Penha Pereira Alves, de 64 anos.

que vai desbandalhar minha família. A minha nação vai desbandalhar.

Figura 12: Maria da Penha Alves e Isaias Caldeira Alves. Frame de vídeo da entrevista. 4/11/12. Fonte: Acervo Scientia Consultoria

A entrevista de Seu Maranhão se encaminha pelo processo de saída dos moradores. Sobre as dificuldades que muitos dali teriam de mensurar o valor das terras que possuíam, de saber o que fazer com o dinheiro recebido e como investi-lo em uma nova propriedade. Vizinhos dele que ainda não foram indenizados lamentavam a impossibilidade de se conseguir um lote na mesma região, uma vez que os preços dos terrenos subiram muito por conta da especulação imobiliária gerada nos últimos anos, devido à chegada de Belo Monte.

Essas considerações levam Seu Maranhão a contar o que disse aos funcionários da usina, em uma das reuniões em que esteve e para as quais já havia sido chamado algumas vezes.

18'48''³⁹ AM- ...estou preocupado com o antes e o durante e o depois. Será que daqui 10 anos você tem como dizer para mim onde é que essas crianças que estavam aqui sossegadas estarão? A preocupação é essa.

18'59'' EC- Qual teu sentimento em relação a isso, ao desmembramento da comunidade?

Na vírgula da pergunta, Seu Maranhão faz um meneio com a cabeça. Após o término da pergunta, a resposta dele tem uma pausa mais longa que as anteriores.

19'04'' AM- Ah...

A cabeça balança novamente, para o outro lado. Na sequência, balança algumas vezes, de um lado para o outro, como se fizesse o movimento de um “não” seguido do outro, enquanto ele a abaixa até alcançar a mão esquerda. O entrevistado chora, em silêncio. Esfrega e aperta a testa, antes de abaixar a mão sobre a perna. A cabeça continua pendente. Silêncio. Neste instante, a comoção está além do entrevistado. Atrás da câmera, a entrevistadora que fez a pergunta, o cinegrafista e a fotógrafa choravam. Na gravação, a imagem do entrevistado é aproximada. Até então, ele aparecia do joelho para cima, mas agora está enquadrado do dorso para cima. Porém, percebe-se no vídeo que a câmera fica nessa posição mesmo depois que o entrevistado se mexe e levanta a cabeça novamente. Desenquadrado por alguns segundos, o que se vê é a cabeça cortada na altura do nariz, mas a boca que fala não desaparece.

19'21'' CG- O senhor quer parar um minutinho?

19'25'' AM- Um pouquinho só.

19'27'' AM- É... (levanta a cabeça) é muito difícil. Muito difícil porque, quem chegou aqui há 20 anos que nem nós (agora a câmera o acompanha e seu rosto volta ao enquadramento, não mais centralizado, mas com Seu Maranhão ocupando os dois terços à esquerda da imagem), a companheirada que a gente tinha e não sabe onde está, e a tendência é perder o resto, aí você sabe que doeu muito.

Este é um dos momentos que inspiraram o início desta pesquisa de mestrado, apesar de não ter sido o primeiro e nem o último entrevistado a se emocionar enquanto contava de sua vida. Muito pode ser aproveitado desse trecho. A começar, a minutagem da gravação foi

³⁹ Esse é o registro de tempo que aparece no arquivo digital da gravação aqui transcrita.

inserida aqui com um propósito. Essa sequência acontece dentro de um minuto de duração, e optou-se por mostrar esse dado especialmente porque, para este pesquisador, a sensação foi de que tudo se passou em muitos minutos, não em poucos segundos. Como apontado nesta dissertação, situações liminares podem estender ou encurtar o tempo⁴⁰, mesmo que apenas sensorialmente. Foi o que aconteceu.

Importante ressaltar que inserir aqui esse trecho da entrevista de Seu Maranhão não resvala em intenções de espetacularizar de maneira sensacionalista o seu momento de choro. Analisar isto requer um exercício mais largo.

Assim como pode-se considerar perversamente que a “guerra é bela, porque cria novas arquiteturas, como a dos grandes tanques...”, pode-se considerar uma barragem de usina hidrelétrica bela como grande obra da técnica humana, ignorando o entorno e as consequências dessa construção. Ao mesmo tempo, a “auto alienação atingiu o ponto que” permite uma pessoa “viver sua própria destruição como um prazer estético de primeira ordem” (BENJAMIN, 1985d, p.169). Seu Maranhão chorando em uma tela de televisão ou cinema pode emocionar, ser considerado belo como o paredão de Belo Monte, um belo horror que emociona e, em seu poder catártico, faz a imagem gravada servir como uma “explosão terapêutica” (p.190), que anestesia ou dilui a gravidade do que se vê. O alerta a esse uso perigoso do vídeo se faz necessário.

Longe de almejar um fim catártico, busca-se ressaltar e trazer uma descrição do que aconteceu nessa quebra da entrevista e da continuidade do tempo, nesse breve momento de mudez, bem como seu contexto, o que o antecede e o que ocorre em seguida. Com isso, trazer mais elementos para a reflexão à cerca da experiência desse atingido por Belo Monte em um momento liminar.

A entrevista continua por mais 25 minutos, além dos 19 já transcorridos. Entrevistado e entrevistadores continuam a responder e perguntar. O silêncio momentâneo suspende a possibilidade de Seu Maranhão contar sua história de vida, mas não o impede por definitivo. Há vontade de continuar e contar mais.

⁴⁰ Entre outros, em GAGNEBIN (2014).

2. ... e a gente caiu na realidade da Transamazônica: Migrantes da Transxingu

A historiografia que mostrou “como as coisas efetivamente aconteceram” foi o narcótico mais poderoso do século.

*Walter Benjamin*⁴¹

Se eu te contar a história, você vai dizer “eu acredito, porque é aquele velho que está contando”.

Adão Pereira de Souza

⁴¹ Extraído do fragmento [N3, 4], arquivo N das “Passagens”. BENJAMIN, 2009, p. 505.

Conforme se sabe, a marcha de ocupação da Amazônia vem se processando nos seguintes sentidos:

a – Do Centro Sul (...) contingentes populacionais bastante qualificados, egressos das lavouras e pastagens do Centro-Sul.

(...)

b – Ainda do Centro-Sul em direção ao Norte, pela Rodovia Belém-Brasília, onde a terminação de obras libera mão de obra, gerando desemprego ou sub-emprego para a parcela menos qualificada da população.

(...)

A partir do Nordeste, as migrações para a Amazônia seguem três cursos:

(...)

d – O segundo, por sinal hoje numeroso, penetra diretamente na Amazônia, via Maranhão, seguindo mais ou menos o traçado da Transamazônica.

(...)

(Diretrizes básicas para a ação do Ministério da Agricultura, INCRA, 1971, p.3-4)

No capítulo anterior, foi possível tomar contato com elementos sobre a constituição de comunidades, os desafios e o cotidiano de pessoas que habitam a Transxingu, especialmente em um momento que o que construíram para seu futuro está em radical transformação. Porém, antes de se instalarem na região, viajaram de suas terras natais, onde também eram agricultores ou criadores de gado, em muitos casos deixando familiares para trás e sem retorno previsto. As mesmas pessoas que poderiam ser identificadas como sedentárias, aparecem também como viajantes, em diferentes momentos da sua história de vida. Este capítulo apresenta algumas dessas histórias. Começa com a saga de um colono e termina com o desdobramento recente das migrações que continuaram a acontecer, independente de se haver interesse local ou federal em igualmente recebê-las.

Brasil Novo foi o projeto federal de agrovila, elevada posteriormente à categoria de Agrópolis e que se transformou em sede do município de mesmo nome em 1991. As Agrópolis deveriam servir de centro de serviços e estrutura urbana no meio rural, seja na parte institucional pública como para o comércio, local de compra e venda de produtos para e dos colonos das agrovilas e lotes rurais de seu entorno, onde respectivamente eles viveriam e trabalhariam. Por esse motivo, foi construída às margens da rodovia Transamazônica, a BR-

230 por onde, cerca de 40 quilômetros depois, chega-se à sede de Altamira⁴².

Durante a pesquisa de campo, algumas figuras emblemáticas nos foram indicadas para entrevista porque, sendo ou não atingidas diretamente pela barragem, eram reconhecidas como detentoras de sabedoria e narradoras da história regional a partir de sua própria história de vida. Em Brasil Novo, uma delas foi o senhor Aurindo de Sousa.

Para chegarmos ao seu lote, partindo da sede do município, foi preciso, em 26 de março de 2013, dirigir pela estrada vicinal conhecida como Travessão 14, para dela acessar o Ramal 12 Louca. Cabe explicar o nome do ramal, a partir das informações coletadas em campo.

As vicinais que partem da BR-230 foram planejadas para permitir acesso aos lotes mais distantes. Os ramais foram construídos para interligar essas vicinais ao longo de sua extensão, evitando que os colonos necessitassem se deslocar até a rodovia para ir de uma vicinal a outra.

No entanto, o planejado para os lotes acabou sendo adaptado à realidade e à conjuntura local – como bem ensina Seu Maranhão no Capítulo 1. Durante a demarcação dos lotes naquela região, notou-se que um dos ramais entre a vicinal 12 e a 14 não poderia ser concluído, já que seu traçado esbarra inevitavelmente em um lote, que viria a ser do senhor Aurindo. Por não conectar devidamente as duas vicinais, o ramal passou a ser chamado de “12 Louca”, em referência à vicinal que nunca foi alcançada por ele.

⁴² Mais sobre o projeto de colonização na região pode ser encontrado em diversas publicações, dentre elas a de um idealizador do chamado Urbanismo Rural, José Geraldo da Cunha Camargo (CAMARGO, 1973). Renato Leão Rego reuniu algumas delas em artigo sobre as comunidades planejadas na Amazônia e elementos sobre o que não deu certo (REGO, 2016). O Relatório em formato de Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC (CALDARELLI et al, 2015) elaborado pela equipe de pesquisadores do projeto 9.1.1 aqui citado aborda esses conceitos e questões, enquanto apresenta o cenário dessa região nos anos de instalação da usina de Belo Monte. Esse relatório foi entregue ao IBAMA e ao IPHAN. Há uma cópia no acervo das Casas Regionais de Memória.

Figura 13: Aurindo de Sousa. Frame de vídeo da entrevista. 26/3/13. Fonte: Acervo Scientia Consultoria

A saga de Aurindo, “o primeiro habitante de Brasil Novo”, segundo ele próprio, começa antes e muito longe dali. E é a partir dela que, aos 75 anos, ele rememora e narra sua história de vida diante da câmera gravadora, sentado na sala de sua casa, no mesmo lote que ocupou ao chegar⁴³.

(...) cheguei aqui em 71 (...). Estou ainda com a cabeça no lugar por Deus, senão eu tinha perdido até a mente. (...) eu estava no Paraná administrando uma fazenda e saí quando o presidente Garrastazu Médici pegou um livro, jogou em cima da mesa e falou “brasileiros, eu quero que vocês me ajudem numa guerra, não sendo uma guerra de sangue, mas na mesma hora sendo. Eu sou a arma e vocês são as balas. É a colonização na Amazônia, para nós vermos se nós ganhamos o que é nosso. Nós não vamos entregar nossa terra brasileira para o estrangeiro, não. E confio nos brasileiros”. Aí eu falei para a mulher “olha, Leona, vamos para a Amazônia”?

Com a esposa de acordo, Aurindo vendeu “tudo o que tinha”, o que incluía uma propriedade em Presidente Prudente, no interior do estado de São Paulo.

⁴³No acervo entregue ao final da pesquisa, o vídeo pode ser localizado pelo número de catalogação VID.108.BN-RL.2013.06.

Esta é uma cidade vizinha à que Aurindo nasceu, Martinópolis, “entre Regente, Indiana e Rancharia”, onde trabalhou e morou por cerca de 30 anos, nas terras de um fazendeiro, Vitório Biasi, de quem recebeu a proposta de migrar para outra fazenda, Perobal, na cidade de Tapira, estado do Paraná. Trabalhou ali para o mesmo patrão por mais três anos, quando ouviu a propaganda federal de colonização na Amazônia, descrita por ele de tal modo que pareceu, a quem o entrevistou em 2013, que tudo ocorreu ao vivo, como se Médici o tivesse convocado pessoalmente, jogando um livro “em riba da mesa”.

Apurei naquela época 20 contos de réis, fora a passagem para vir para cá. E ela (sua esposa) pegou esse dinheiro, colocou num plástico e colocou no seio, porque naquele tempo a gente não colocava dinheiro no banco, que a gente não tinha confiança nem no banco. E aí, viemos.

Vimos até Belém (...) um colega meu lá de Tapira, no Paraná, pegou dois caminhões e lotou de gente e passou por Brasília, porque não tinha condições financeiras. Eu tinha e vim por lá com a família, tranquilo. (...) deu muito trabalho, porque eu trazia cinco sacos de roupa nova amarrado em arame na boca, trazia dois encerados de locomotiva e armamento, que aqui a gente ia enfrentar as feras mesmo.

Com esse trajeto, Aurindo desviou dos principais fluxos de migração, conforme o governo federal da época, indo direto para Belém, onde esperaria os demais paranaenses para irem juntos a Altamira. Em seus planos, essa cidade cresceria com a chegada de grandes empresas e a construção de novas estradas. Nem tudo saiu como previsto.

Estava lá no hotel Canto do Rio, em Belém e esperei três dias. Em três dias eu já estava pegando outro barco, o barco Santo Onofre, para poder vir embora, porque eu pensei que eles não vinham mais, não.

Porém, o barco atolou na lama do rio e isso tardou sua saída.

AS⁴⁴- *No outro dia de tarde, um passou e falou “ói, vai um barco do INCRA pra Vitória...”*

CG- *Vitória do Xingu?*

AS- *É, Vitória do Xingu. Eu falei “vou lá. Fica aí mulher que eu vou lá ver”. Eu tinha passado a noite sem dormir, cerquei assim (desenha com as mãos o arranjo circular que fez*

⁴⁴ Aurindo de Souza.

com as coisas que tinha à sua volta), botei a mulher no meio, que o dinheiro estava com ela e fiquei igual o touro perto da onça por causa do meu bezerro. Estava com um sono!

Ceguei lá no INCRA, o doutor falou para mim “rapaz e você? Você quer ir lá para Altamira”? Eu falei “Eu quero, se alguém me levar, eu quero”. Ele falou “rapaz, lá é para pôr homem que trabalha, agora você.... Você não é paraense, não? Porque paraense não trabalha, nós não queremos vagabundo lá não”. Eu falei “doutor, me desculpa (...), o que é que a pessoa precisa para saber se o caboclo é um cidadão honesto”? Ele ficou assim... Eu falei “O senhor pediu os documentos para mim”? Ele falou “É..., cadê teus documentos”? Eu estava com tudo assim, peguei o pacote e entreguei para ele. “Não machuca um brasileiro assim não, doutor”.

O preconceito em relação a trabalhadores rurais relacionando sua qualificação para o trabalho a partir de sua origem desaparece do discurso do funcionário do INCRA quando Aurindo apresenta documentos comprovando sua vinda do “sul-sudeste”, reforçando tanto outros relatos quanto as diretrizes do Ministério da Agricultura citadas no começo deste capítulo.

Este episódio não foi exclusivo dele, nem daquela época. Em campo, durante a instalação de Belo Monte, a equipe de pesquisas presenciou inúmeras conversas informais em que pessoas que não se dispunham ou não eram consideradas por terceiros aptas a trabalhar eram chamadas pejorativamente de “maranhenses”. Em outras entrevistas, “paraense” carrega a mesma carga de significado usada pelo doutor do INCRA com Aurindo, para se referir aos ribeirinhos que nasceram na região da Transxingu, filhos de seringueiros que hoje mantêm-se habitando a margem do rio, trabalhando com agricultura e pesca. Partindo dos feitos narrados pelos entrevistados, os documentos oficiais não condizem com a realidade.

Segundo Aurindo, o doutor do INCRA ficou constrangido e ordenou ao comandante Palheta, do navio Anamã, para incluir Aurindo, a esposa e os três filhos, entre seus passageiros.

Acomodado na embarcação, recebeu uma proposta de um dos tripulantes.

“Tem um velhinho aqui para cozinhar para 86 pessoas. Ele não dá conta. Você não quer topar não”? Eu falei “qualquer coisa para mim dá”. Aí peitei, eu mais esse velho na cozinha, colocava a panela do café e tirava do café, colocava a do almoço e tirava a do almoço, colocava a da janta e aquele trabalho fechado. Ali era muito trabalho. Aí viajamos.

A mulher lá perto do camarote com as crianças. Aquela luta fechada e vai, vai, vai. Quando chegamos para cá de Breves, 35 quilômetros...

Aurindo relata que a esposa veio falar com ele a respeito da jornada incessante de trabalho que estava.

(...) falou assim “ói, já deu a janta e você está aí numa vida dessa, rapaz”. Eu falei “você não está confortável lá”? Ela falou “eu estou, mas você não está, numa vida dessa, nem tomar banho não toma”. “Ói, não se preocupe que vou pedir uma muda de roupa, eu mando um tripulante pegar, vou dar de comer para o povo todo, lavar as vasilhas e depois vou caçar um jeito de dormir, que eu não aguento mais”. Aí ela saiu, dei janta para ela e os filhos.

O plano de descanso, porém, foi adiado.

Ela foi para lá e eu fiquei ali. Aí, vi o tripulante e ele falou “ó, vamos parar e amarrar o barco, que vai dar uma grande tempestade e é melhor viajar sossegado”. Aí deu uma grande tempestade, nós amarramos um encerado ao redor do barco assim. Encheu d’água dentro. Depois que acabou, nós tiramos a água e todo mundo foi dormir. (...) Aí eu falei com o Valdemar, um tripulante, “Valdemar, toma uma chave duma mala, desce lá no porão e tira uma muda de roupa para mim”. Ele desceu lá, tirou uma muda de roupa, eu tomei um banho, troquei de roupa. Tirei a bota, usava bota gaúcha, deixei. Achei em riba para armar a rede, achei um prego, passei a rede. A rede fez um colo, eu cheguei e só sentei dentro da rede. Eu sentei e já estava dormindo, porque a canseira que eu estava....

Estava dormindo. Quando eu acordei, estava jogado no meio do Amazonas, duas horas da madrugada. Eu acredito que era duas horas, porque o relógio bom antigamente é o Lanko, modelo 11, de corda. (...), mas ele não podia ver água. Visse água, ele parava. E aí ele parou, duas horas. Por isso que eu registro que foi duas horas, o acidente. E eu fui nadar. Pensei “caí do barco. Será que sonhando caí de riba dessa rede e não pulei dentro d’água”? E comecei a nadar, que eu sabia mexer na água. Fui nadando e olhando onde eles jogaram o barco. O fogo, jogaram o barco numa ilha, e eu acompanhei o barco. Foi indo, foi indo, foi indo. Quando chegou num certo ponto eu vi que o barco foi lá, bateu em uns paus, abaixou e o barco vem, sem ligação, sozinho, no meio do rio, de fasto.

Como perseguia o barco, Aurindo teve que nadar para outro lado, encontrando toras serradas na margem do rio e assim desviando do risco de ser atropelado pela embarcação

desgovernada e em chamas.

(...) eram os americanos, tinham serraria na beira do Amazonas. Era tudo americano, isso aqui não era nosso, não. Era dos americanos. Nós somos soldados que brigamos na guerra para salvar isso aqui. Aí, estava aquele tanto de tora para amarrar para ir para a serraria. Quando eu saí de riba da tora, teve uma pessoa que gritou “me acode”! Eu olhei para cá, olhei para lá, com o claro do fogo vi Antônio Novais com um garotinho de um ano de idade, no fundo d’água. Eu pulei, desenganchei e joguei ele, ele pegou num galho de pau, o galho de pau rachou. Eu só passei o olho assim e vi que ele voltou para o fundo d’água. Aí outro gritou de lá “me acode”! Era o Adolfo, com a garotinha, com um ano de idade também, tudo criancinha, estava enganchado embaixo. (...) puxei, tirei e joguei ele por cima dessas toras e ele foi embora. Quando eu vi, vem o Antônio Novais, boiou de novo. Ele avançou n’eu, eu peguei nele pelo fundo da calça, tinha força naquele tempo, mandei ele por cima das toras com a criança, só vi que ele saiu para lá. Aí eu virei, sabia que tudo meu estava lá (no barco). Olhei o fogo muito grande, o barco voltou para lá e o vento tocou ele para o lado. Uma chama de fogo, mas uma coisa horrível!

Decidiu se arriscar uma vez mais nadando em direção ao Anamã.

Eu na água de novo, estava salvo e voltei. Antes de chegar perto foi que eu ouvi, BLAM! Horrível! Ficou a ferragem fazendo assim, do barco. Quando esquentou, saiu dezessete tambores de gasolina, explodindo. O senhor calcula, aí o senhor já está sabendo como que foi a situação. Explodiu e quando saía assim, espocava. Aí, virou a cidade mais clara que tinha, a água com a gasolina correndo por riba d’água e o fogão igual a derrubada. Acabou de queimar. Quando acabou de queimar tudo, a ferragem fez PARANRANRANRAN! Foi para o fundo d’água. Acabou. Aí, escureceu tudo. Do jeito que estava claro tudo, escureceu tudo. E eu fiquei lá, solto.

E aí, o que tem que fazer? Nadar. E nadar para onde? Para o meio do Amazonas, que não é um pinga d’água, não. Nadando, mas não parei de gritar. Fui nadando, indo e gritando. Quando foi mais tarde, vi um olho de uma cobra me perseguindo. Para onde que eu ia, a cobra estava lá, só o olhinho da cobra. “Escapei de tudo, mas desse daqui. Aí ela engole mesmo, não tem jeito” (pensou). Num lugar daquele, só esperava uma desvantagem dessa. Mas sempre com fé em Deus. (...). Aí, eu fui nadando, nadando, nadando e a cobra perseguindo. Quando eu cansei, eu acho que eu cansei, eu penso assim, (...) subiu a água para cima d’eu assim. Quando eu olhei para cima, era um velhinho, um pirangueiro,

remando um botezinho, e um menino com a lamparina na proa do bote. A cobra que era para mim, (...) era bem um fogo de uma lamparina (...).

Seu Aurindo narra quase sem parar e com a propriedade de quem deve ter contado sua viagem inúmeras vezes. Como um artesão, adquiriu a prática de narrar com o tempo e o exercício, capaz de capturar a atenção dos ouvintes interessados em sua história⁴⁵. Em meio aos acontecimentos, dá detalhes sobre elementos que compõem essa história, como o som do ferro retorcido do barco em chamas, sua opinião sobre as serrarias norte-americanas e informações de “senso prático”⁴⁶, como a qualidade do relógio que o fez ter certeza da hora do naufrágio e a confecção da lamparina: “esse era bem de abelha, que eles tiraram a cera e fizeram para pescar”.

Aí que eu vi aquele foguinho e vi que era gente. Ele (o velho que pilotava o bote) gritou “É, se você não morreu até agora, está difícil de você morrer. Sobe aqui”. Eu levei a mão no botezinho, quase que ele emborcou, mas ele segurou com o remo, me botou dentro e me levou bem aqui no 40, naquele mundão, e sumiu comigo.

O homem do bote o deixou na margem do rio, próximo à uma casa, sobre folhas de açai.

AS- Eu sentei no barranco. Ele vinha, despejava o botezinho e voltava de novo.

CG- Despejava o que do bote?

AS- Ele virava o bote e despejava os sobreviventes que ele pegava. Foi indo, foi indo, até que ele buscou o derradeiro. Eu fiquei lá nesse lugar, eu e os que ele pôde dar assistência, até que o dia amanheceu. Quando o dia amanheceu, tinha lá um barco alugado pelo INCRA para trazer tábua para fazer a primeira agrovila, que é a agrovila de Brasil Novo, que nós fizemos no meio da mata. (...), foi, despejou a madeira lá, pegou os sobreviventes e levou para essa serraria de um americano, um monte de gente. E tinha um barco no meio do rio, assim no canto do rio parado, todo mundo sumiu dali e eu fiquei ali olhando o barco. Olhava embaixo e só via os corpos enganchados naquele barco.

(...)

De lá, eu fui enterrar no outro dia cedo, tinha um bocado de gente. Um pescador

⁴⁵ “A narrativa (...), é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação”, explica Benjamin em “O Narrador” (BENJAMIN, 1985a, p. 205).

⁴⁶ “O senso prático é uma das características de muitos narradores natos” (BENJAMIN, 1985a, p.201).

embaixo, pegou uma corda, um rolo de corda, porque não tinha salva-vidas, jogou um rolo de corda e agarraram 17 crianças naquele rolo de corda. (...). Pegou essas crianças todas agarradas.... Pessoa está para morrer, não solta, ela agarra e fica seguro. Ele foi tirando (as crianças presas na corda) e o bote dele quase pegou água porque era muita gente. (...). Ele salvou..., deixa eu ver isso. Ele diz que salvou oito crianças, que ele deu conta de chupar o nariz. Aí umas ele não deu conta de chupar, ele pegou umas e foi colocando outras em cima, aí não deu conta de chupar o nariz de todas. Aí, morreu uma porção.

No dia seguinte, a serraria fez caixões para as crianças e Aurindo se voluntariou a ir com um policial até a sede de Breves, para levá-las e enterrá-las. Adultos, segundo ele, foram enterrados na beira do rio.

Ajudaria ainda a resgatar uma menina, Ivete, que havia sido levada à força por um delegado para outra cidade. Ao retornar para a serraria, localiza a mãe da menina, Rita Maria Batista, para quem a devolve.

Só depois de todos esses acontecimentos virem à tona na narração, senhor Aurindo começa a falar de sua família que estava embarcada no Anamã.

Quando eu estava chegando, um falou assim “vem uma mulher boiando ali. Pela informação da roupa, é a sua mulher”. (...) quando cheguei lá, era a mulher de Antenor Novais, morreu agarrada no guri. (...) Aí veio outro dizendo que vinha ali “um puxando uma mulher e é a sua mulher, a roupa” (...). Fomos tocando a canoa. Quando eu cheguei a uma distância perto assim (...) eu vi o cara de lá dando sinal para não me levar lá.

Quem pilotava a canoa deu meia volta, contra a insistência de Aurindo, e o devolveu para o local onde estavam os demais sobreviventes.

Quando foi no outro dia, me entregaram a aliança e a informação todinha.

O dinheiro não foi entregue. Tempos depois ele concluiria: “Não deixaram eu ir lá ver o corpo por causa do dinheiro que estava no seio dela”. Sozinho, sem recursos e com a roupa do corpo, Aurindo permaneceu no local do naufrágio.

Ficamos ali por três dias depois do acidente. (...). Esse mesmo barco que fez essa corrida, que estava para trazer madeira, nos trouxe até Vitória.

Já escurecia quando chegaram no porto onde hoje é o município de Vitória do Xingu. Lá, um carro do INCRA os esperava para levá-los pela estrada local até Altamira e então pela

Transamazônica até o aeroporto – hoje desativado – da futura sede de Brasil Novo. Ficaram sentados no local onde, 25 anos depois, seria construída a EMEF Irmã Terezinha Back.

No dia seguinte cedo, (...) uma doutora foi chegando, enfiando um aparelho em nossa boca, abrindo e colocando remédio... eu passei três dias sem comer, não tinha fome.

Após a vistoria médica, os viajantes limparam o entorno com facão e ali, “com três pedras”, cozinham “a primeira bóia”.

CG- E o que foi essa bóia, o senhor lembra?

AS- Rapaz, era feijão..., arroz... e peixe, pirarucu.

CG- Uma bóia boa então...

AS- É, mas eu não tinha fome não. Foi a pior bóia da minha vida. (...). Depois que o pessoal passa uma situação dessa, parece que tranca, amarga (...). E dali nós começamos Brasil Novo.

Passados os primeiros dias, funcionários do INCRA usaram um trator para abrir um primeiro trecho da agrovila em construção.

(...) onde hoje é a casa do idoso, delegacia, aquela parte ali todinha. Entraram fazendo só o trilho e nós começamos a construir casa atrás. Bater prego, dia e noite. (rindo) Só que era tanto prego que a gente batia errado que, no outro dia, eu catava dois maços de prego do chão.

Sob uma cobertura de palha de babaçu por eles erguida, foi instalada uma serra de grande porte, para cortar as tábuas usadas nas casas.

AS- E aí começamos e fizemos 48 casas. (...). Quando foi com 30 dias, já começou, veio um navio com 600 famílias. Essa (aponta para a esposa atual) veio nesse barco. (...). Já tinha essas 48 casas feitas, morava três, quatro famílias dentro de uma casa.

CG- E eram grandes as casas?

AS- Grandes. Eram umas casas de madeira deitada, do jeito que a gente faz o paiol de milho lá em São Paulo...

CG- E quem dizia como construir as casas?

AS- João Pezinho, que era o chefe geral do INCRA, mostrava como devia ser feito.

O modelo das casas de Brasil Novo, assim como de outras agrovilas na região, seguiu um projeto pré-elaborado pelo INCRA. As casas que senhor Aurindo conta ter ajudado a construir faziam parte desse conjunto de habitações para colonos. Quem tivesse um lote, teria direito a uma casa na agrovila, que teria ainda um setor administrativo e um motel para receber os funcionários do Estado que vinham de fora da região. A equipe de pesquisa do projeto 9.1.1 assim descreveu essas habitações em seu relatório:

Habitações planejadas: Projeto INCRA

Este conjunto está situado na sede do município de Brasil Novo/PA, à margem direita da BR-230, Transamazônica, no sentido Altamira-Itaituba. A nomenclatura foi criada a partir da identificação das edificações de uso habitacional que compuseram o núcleo urbano-rural de Brasil Novo/PA na década de 1970, período em que foi criado como Agrovila e depois elevado a Agrópolis. As habitações identificadas são marcos representativos do planejamento urbano-rural implantado e desenvolvido pelo INCRA na referida década, cujo objetivo era “criar condições no meio rural para fixação de homens úteis e capazes (...), os artífices do desenvolvimento” (CAMARGO, 1973). São, vulgarmente, conhecidas pelos munícipes como “Casa de Colono”, “Casa de Executor”, “Casa de Burocrata”, “Casa de Operário”, “Alojamento”. O projeto de colonização deixou na paisagem edificações construídas com madeiras regionais, mas em um sistema de construção “estrangeiro” ao dos caboclos amazônicos que habitavam pela região. As casas construídas pelo INCRA foram implantadas com justaposição de tábuas de madeira na horizontal, em detrimento aos nativos que, nas construções, geralmente, usavam (e ainda usam) sistemas tradicionais de taipa, palha ou peças de madeira rústicas com mata-juta. As casas foram construídas segundo hierarquia determinada pelo projeto: casas econômicas para os colonos que vieram ocupar definitivamente as terras, casas mais elaboradas para os responsáveis pela execução do projeto, casas para técnicos de nível médio, casas para os operários e alojamentos visando os solteiros, homens e mulheres, do projeto. Essa hierarquização diferenciava as casas quanto ao número de ambientes e acabamento, sendo a mais popular a “Casa de Colono” e a mais sofisticada a “Casa de Executor”. (CALDARELLI et al, 2015)

Figura 14: Levantamento planimétrico e localização de habitações planejadas, INRC Baixo Xingu, Localidade 1. Edivans Viana e Greyce Guerra /Acervo Scientia Consultoria. Brasil Novo/PA. 10/9/2014.

Figura 15: Casa de Executor, INRC Baixo Xingu, Localidade 1. Acervo Scientia: Guerra, Greyce. Brasil Novo/PA. 7/11/2013.

Figura 16: Casa de Burocrata, INRC Baixo Xingu, Localidade 1. Acervo Scientia: Guerra, Greyce. Brasil Novo/PA. 9/11/2013.

Figura 17: Casa de Operário, INRC Baixo Xingu, Localidade 1. Acervo Scientia: Guerra, Greyce. Brasil Novo/PA. 11/4/2014.

Figura 18: Casa de Colono, INRC Baixo Xingu, Localidade 1. Acervo Scientia: Guerra, Greyce. Brasil Novo/PA. 7/11/2013.

Figura 19: Alojamento, INRC Baixo Xingu, Localidade 1. Acervo Scientia: Guerra, Greyce. Brasil Novo / PA. 7/11/2013.

Pelo serviço de brocar 30 tarefas⁴⁷ de terreno para o INCRA, Aurindo recebeu 1200 cruzeiros de pagamento e usou quase todo esse dinheiro para fazer uma viagem.

Com quatro meses, eu fui a São Paulo, buscar documentos e consolar a família. (...). Peguei o avião ali em Altamira. O campo de aviões era onde hoje é o Hospital Regional.

Ao retornar, muito mais gente havia chegado na agrovila. Foi quando começou a cuidar do próprio terreno. Por ser o começo do período de distribuição dos lotes, pôde escolher qual gostaria de ficar.

Entrei para brocar e derrubar o meu (lote), mas o meu eu derrubei no machado (sem a ajuda de motosserras ou tratores na derrubada das árvores maiores, como os que foram

⁴⁷ Segundo senhor Aurindo, um alqueire paulista equivaleria a oito tarefas, enquanto que um alqueire paraense, equivaleria a 16 tarefas. Para o governo federal, 1 alqueire paulista equivale a 2,42 hectares, ou 24.200m². Fonte: http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/TABELA_MEDIDA_AGRARIA_NAO_DECIMAL.pdf. Acessado em 10/05/2018.

usados para erguer a agrovila). *Comecei lá em cima, na 12 Louca.*

O ramal 12 Louca ainda não tinha sido aberto. O acesso aos lotes, portanto, era apenas até onde alcançava o Travessão 14.

Vim mais João Pezinho e um funcionário do INCRA, com uma corda, cortando um pau aqui, outro lá, e tiramos para eu escolher qual lote queria. Medimos de lá para cá (...). “Futuramente, isso vai ser uma cidade e eu não quero morar nem longe e nem perto”.

Com essa preocupação, escolheu o lote no ramal 12 Louca, isolado em sua localização, porém perto em distância da sede da cidade.

A narrativa do senhor Aurindo inclui mais assuntos, como o processo de emancipação do município, concluído apenas 20 anos depois de sua chegada, a construção de um restaurante para receber o general Médici, “doutores” vindo de outros estados, estrangeiros, e muito sobre como foi ocupar e cuidar de seu lote ao longo dos anos, bem como de seus dez filhos oriundos do segundo casamento, um deles já falecido.

Apesar de paulista, seu registro de nascimento consta como natural de São João do Paraíso, em Minas Gerais. Ele nos conta que essa é a cidade natal de seus pais e para onde gostariam de voltar um dia, motivo que os fez registrar o filho dessa forma.

Quando eu nasci, ele (o pai) pegou e me registrou como mineiro, lá da terra dele. E acabou que meu pai morreu no Paraná e nunca mais voltou em Minas. E eu fiquei paulista-mineiro.

Se o pai pensava em retornar para sua cidade natal, o filho não seguiria pelo mesmo caminho.

Saí para ver a Amazônia. Todo tipo de gente tem em São Paulo. Mas eu nunca vi um paraense e nunca tinha visto um maranhense. Eu pensei “Esses lugares ainda estão sarados, devem ser bons”. Eu vou lá dar uma experimentada.

(...)

(Em São Paulo) a gente tinha para fazer de tudo, mas lá, para comprar uma propriedade, eram cinco alqueirinhos. Eu tinha vontade de uma área maior.

Em comparação, o seu lote em Brasil Novo mede atualmente 48,5 alqueires paulistas.

TP⁴⁸ - *Se fosse para o senhor voltar no tempo, o senhor faria a mesma coisa? Sairia de São Paulo e viria para cá?*

AS- *Faria! Aqui, eu gostei. Sou paulista, quero ir lá passear, daqui a pouco a turma está cobrando de voltar, mas passear. Morar, não dá mais. Porque aqui é sossegado, vivo uma vida tranquila.*

Ao final da entrevista, como em todas desse projeto, a câmera foi “aberta”, oferecendo a oportunidade da pessoa entrevistada dizer algo mais que gostaria que ficasse registrado. Alguns somente agradecem. Outros, como o senhor Aurindo, contam mais algumas histórias. Em meio a elas, uma consideração sobre o ato de viajar.

*O prazer meu, que eu amo, porque a gente chega na terra da gente, a gente está aqui e a gente vai para lá. Chega o coração, quando a gente vai chegando, certo? (...). De avião, a gente nem sabe, mas quando vai chegando de ônibus, vai chegando ali em Minas Gerais, vai abrindo o coração da gente. Quando a gente chega lá na terra da gente, o coração abre tudo. Mas que eu estou feliz aqui, estou.*⁴⁹

“A força da estrada do campo é uma se alguém anda por ela, outra se a sobrevoa de aeroplano”, considera Benjamin (1987, p.16). A entrevista de seu Aurindo, um narrador contemporâneo da Transxingu, está repleta de detalhes e ensinamentos de experiências vividas com a força de uma viagem a pé.

CG- *E qual foi o motivo que trouxe o senhor para cá?*

AM- (breve pausa) *Humilhação por causa de terra dos outros.*

CG- *O senhor pode contar um pouquinho para a gente?*

AM- *Posso...*

⁴⁸ Tiago Peixoto de Oliveira, entrevistador.

⁴⁹ Luiz Gonzaga, viajante e rei do baião, concorda: “Artomóve lá nem sabe/se é home ou se é muié/Quem é rico anda em burrico/Quem é pobre anda a pé/Mas o pobre vê nas estrada/O orvaio beijando as flor/Vê de perto o galo campina/Que quando canta muda de cor/Vai moiando os pés no riacho/Que água fresca, nosso Senhor/Vai oiando coisa a grané/Coisas qui, pra mó de vê/O cristão tem que andar a pé” (GONZAGA, 1950).

Assim o Seu Maranhão, nos conta:

Nosso pai criou a nós em fazenda dos outros. Em fazenda dos outros. Chegou à conclusão que a gente criou, acostumou (...). Aí, depois aconteceu um problema comigo que eu não consegui mais contemplar aquilo.

Seu Maranhão lembra que plantou e cuidou de uma roça nas terras do fazendeiro, mas que “apareceu um fogo e queimou essa roça em pé”. Ao apresentar o caso ao proprietário das terras, este o teria obrigado a “pagar a renda” com roça ou sem, trabalhando para ele. Seu Maranhão faz um meneio com a cabeça e continua.

E com aquilo eu falei “Minha mãe, eu vou tratar essa roça e vou embora”. Aí meti a cara. Derrubei a roça toda de machado, nesse tempo não existia motosserra, derrubei tudo em machado, queimei, coivarei, plantei e colhemos cento e poucos sacos de arroz (...) quando foi dia 11 de maio de 73 eu saí do Maranhão (Aqui ele realiza uma pausa, de menos de um segundo. As frases sobre a roça são ditas em um ritmo mais acelerado, que a partir daqui desacelera, abaixa e engrossa a voz). *Deixei pai, mãe, família e não voltei lá mais nunca.*

Com a decisão tomada, partiu sozinho para onde hoje é o município de Medicilândia, na Amazônia paraense, na época da construção da usina sucroalcooleira Abraham Lincoln.

O conjunto que compõe a Usina Abraham Lincoln está localizado no Km 92 da Transamazônica, no município de Medicilândia/PA. É mais conhecida como Usina do PACAL (Projeto Agroindustrial Canavieiro Abraham Lincoln) e foi uma usina de beneficiamento de cana-de-açúcar para a produção de açúcar e de álcool, inaugurada pelo Governo Federal em 10 de Março de 1974, com objetivo de incentivar os agricultores ao plantio da cana-de-açúcar, visando o abastecimento da usina. Desde então, o projeto passou por diversas crises até a sua interrupção por completo em 2000, devido a problemas administrativos e limitações produtivas que geraram conflitos pela falta de apoio aos canavieiros e de investimentos para absorção da cana-de-açúcar produzida. Dentro da área da usina há placas indicando a inauguração pelo Presidente Médici e outra sobre encorajamento pelo Ministro Moura Cavalcante, além de uma imagem de Nossa Senhora dos Impossíveis, que os moradores dizem ser barroca, mas há controvérsias quanto a sua origem. A usina foi construída predominantemente com estrutura metálica, com partes cobertas com fibrocimento e alguns blocos de uso específico como laboratório e depósito feitos com tijolos pré-moldados. (CALDARELLI et al, 2015, F10 p.65)⁵⁰

⁵⁰ Esta citação foi extraída do relatório elaborado pela equipe de pesquisadores do projeto 9.1.1, em trecho referente a “bens culturais”, nomenclatura adotada conforme o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) proposto pelo IPHAN, no qual a metodologia de pesquisa do projeto se inspirou, especialmente para a confecção de seus relatórios finais.

Sua intenção era compor o grupo de colonos que chegavam à região em busca de um lote para começar ali algum tipo de atividade agropecuária, trabalho que ele conhecia muito bem. O que não sabia até a chegada era que aqueles lotes não eram entregues para homens solteiros. Ele ainda permaneceria no local por mais um ano até mudar para as proximidades de Altamira, onde recebeu o convite para “invadir e tirar terra”, em uma área com uma placa grande do INCRA. O desdobramento dessa iniciativa o leva a conquistar seu lote em 1975.

Era aqui, (...) perto do município de Altamira, para o rumo da Serrinha. Entrei nele, aí vim, precisei fazer um financiamento no banco. (...). Colhi cento e cinco sacos de arroz trabalhando sozinho. Aí, de lá, deram outros contratemplos (...) eu deixei o lote e fui trabalhar na Taboca. Mineração Taboca, que tinha aqui na beira do rio. Deixei o lote, vendi não. Deixei lá e fui para a Taboca, isso em 82 já.

Acostumado a trabalhar para si, Seu Maranhão não ficou na Mineração Taboca mais do que uma temporada, retornando ao seu lote. A intenção não concretizada de voltar para sua casa original, na beira do Rio Mearim, é dita nesse momento da entrevista, pela primeira e última vez:

Sempre pensando em voltar em casa, voltar em casa. E nunca fui.

Após um ano de retomada do lote, decide vendê-lo e mudar seu modo de vida.

(...) caiu a ficha que eu teria que ir para garimpo. Aí, deixei, vendi o lote, até pela metade do dinheiro, e fui embora (...)

Foi para o Mato Grosso, onde aprendeu o ofício de garimpeiro mergulhador.

Vinha companheiro direto aqui para Altamira de lá. Vinha e conversava comigo. A gente começou esse diálogo. Disse “rapaz, você vai para o garimpo? É garimpo de mergulho. Você vai aprender a mergulhar? É muito perigoso. Quem mergulha tem um minuto de vida, na outra hora não tem nada. Toda a vez que você veste a roupa de mergulho você tem por obrigação se despedir dos companheiros e ir embora para o fundo d’água, porque você pode não voltar. Volta, mas não é vivo”. Eu disse “mas eu vou”. Aí fui, trabalhei um bocado de tempo. Levei uma imprensada, sai desmaiado do fundo d’água, quase morri, me botaram em um avião, me mandaram para cá e eu disse “não vou mais”. Depois, cheguei aqui, fiquei bom e com vinte dias voltei.

(...). Conforme o mergulho que você fazia, eram seis horas sem boiar em cima. Oito horas sem sair. Aí aquilo... no começo, você estoura, sangra por todo canto, nariz, ouvido,

sai aquela coisa, barbaridade, por causa da fundura (...).

Depois do Mato Grosso, partiu para novos garimpos pelo Brasil e também na Guiana e Venezuela.

Passei quase dez anos em garimpo.

O dinheiro da venda de seu lote foi suficiente para pagar a metade do valor do que ele adquiriu no Travessão 27. O trabalho no garimpo lhe garantiu a outra metade do dinheiro em seis meses. Ainda assim, permaneceu viajando em busca desse trabalho por cerca de uma década.

AM- (...). Isso tudo me aventurei. Aí, depois, a idade foi pesando, eu vou embora para o lote. Em 90, vim embora para cá.

CG- 1990?

AM- 1990. Cheguei aqui dia 19 de janeiro.

Não longe de São Francisco das Chagas, em contagem de dias para a saída obrigatória de seu lote, na comunidade Santa Luzia, outro maranhense conta sobre sua vinda ao Pará. Adão Pereira de Souza chegou em Altamira em 1972. As coincidências entre sua história e a de Abimael Palhano Muniz vão além da origem de sua migração. Ambos tiveram sua decisão de iniciar a viagem impulsionada por dificuldades de permanecer em suas cidades devido a conflitos com fazendeiros, por estarem em “terra dos outros”. Nesse contexto, ambos foram atraídos para a Amazônia paraense, com promessas de conseguirem terras próprias para o seu trabalho. Histórias como as deles são comuns entre os que habitam a região estudada.

Adão nasceu em Loreto, município ao sul do estado e banhado pelo Rio Parnaíba, divisa com o Piauí. No entanto, boa parte de suas lembranças remetem a Araguaína, para onde seus pais migraram quando ele ainda era criança. Em sua história, a profissão e o modo de trabalho em Loreto ainda estão presentes.

Desde que eu me entendi, meu pai trabalhava de roça, agricultor. (...)

Aquele negócio lá no Maranhão era mais difícil... meu pai trabalhava em uma fazenda

lá. Você acredita que ele trabalhava de meia? Entendeu? Pagando porcentagem naquela fazenda para poder botar uma roça. Da roça que ele botava, se ele botasse oito linhas de roça, era cercado de cerca em volta e não era o fazendeiro que cercava, era meu pai. (...)

Depois que cercasse aquela roça, botasse aquela roça, meu pai colhesse vinte sacos de milho, tinha que partir com o dono da roça, se colhesse arroz, tinha que partir. Era de fava, milho, feijão, tudo, aquela porcentagem ia pro dono da terra. Aí meu pai já estava muito desgastado, não aguentou mais. Morou doze anos nessa fazenda. Lá, toda a vida pagava meia, essa meia praça para o dono da propriedade.

Cansado de trabalhar como meeiro em uma terra que não era a sua, o pai de Adão, Sr. Valentim, decidiu mudar com a família de cidade. A decisão veio estimulada pela notícia de que a rodovia Belém-Brasília estava sendo construída e passaria em Araguaína. Na visão do agricultor, seria um lugar próspero para se viver.

O lugar escolhido ficava há “oito léguas” da zona urbana da cidade na época – para a medida que eles utilizavam, naquela época e naquela região, de uma légua equivalendo a seis quilômetros, isso significaria a distância de 48 quilômetros. Antes de se dedicar totalmente ao lote, o pai de Adão também trabalhou no garimpo de cristal que havia na região.

Meu pai quase não trabalhou muito naquilo não, foi trabalhar de roça. Fomos crescendo, eu tomei a ideia de casar..., em 1969, aos 22 anos de idade. Tomei de conta de minha pessoa, morava na propriedade de meu pai.

Meu pai comprou essa propriedade e não tinha nada. Fizemos... ficou um colosso da vida! (Foi) quando surgiu um fazendeiro dizendo que era dono da terra de meu pai, chamado doutor Aluísio, de Uberlândia.

Quando demos fé, chegou em casa um dia um carro, (...) “seu Valentim, o senhor sabia que essa terra é minha”? Meu pai disse “não, sei que ela é minha porque eu comprei, era uma propriedadezinha aí, eu comprei e tenho testemunha como comprei. Só não tenho documento de cartório, porque aqui não tem cartório”. Mas tem documentozinho assim, de pé de pau, com testemunha, que fulano vendeu para fulano. E aqui ninguém tem documento de terra”. Ao que o doutor Aluísio responde, “pois, essa terra é minha. Hoje, a benfeitoria é sua e a terra é minha. Eu vou lhe pagar a benfeitoria e a terra eu vou tomar de conta. E se você quiser ficar morando mais eu, você fica”.

Meu pai mexeu, virou, foi para a cidade e não achou brecha (...). Ele pagou os

direitos de meu pai, que ficou morando na fazenda. Como eu e meu outro irmão éramos casados, era quase um povoado só dos irmãos. Para Adão, a proposta do fazendeiro veio na sequência. “Olha, pois hoje, para você morar dentro dessa propriedade, carece de você assinar uma carta de agregacia”. Aí eu achei aquilo muito ridículo. Dentro do que nós fizemos em nossa propriedade, com nosso suor, e eu assinar uma carta de agregacia sem ter direito naquele serviço que nós fizemos, ficar obrigado pelos outros.

Chamavam ele de doutor Aluísio, mas nessa hora não chamei ele de doutor não. “Aluísio, é o seguinte. Eu não assino uma carta de agregacia para você. Para você, não. Em cima dessa propriedade eu não assino, porque fomos nós que fizemos, eu e meu pai”. A indignação de Adão tinha como fundamento saber que seu pai havia comprado o terreno e que sua família teria trabalhado para a estruturação da propriedade. Como agregado do fazendeiro, passaria novamente à uma condição de dependência e moradia em uma terra que não seria mais sua, submetido por isso à entrega de parte de sua produção.

Retirei. Tinha um povoado mais na frente, que no tempo do garimpo fizeram (...). Aí, fiz uma casinha de palha de babaçu. Botei minha mulher de baixo e disse “vou para Altamira”.

A localidade do povoado era conhecida como Araguaci. Segundo ele nos conta, a casa era toda feita de palha de babaçu, das paredes ao telhado. Na divisão interna, separou dois quartos para ele, a esposa e os filhos e uma cozinha.

CC- E por que o senhor escolheu vir para Altamira?

APS⁵¹- Porque dizem que Altamira..., o Garrastazu Médiçi, que foi ele que fez a Transamazônica. Abriu e inaugurou aquela praça do presidente, para cá dos guardas rodoviários (...).

O local a que Adão se refere mantém até o presente um monumento que marca a inauguração das obras da Transamazônica. A placa metálica pregada em um tronco de castanheira cortada contém os dizeres “NESTAS MARGENS DO XINGU, EM PLENA SELVA AMAZÔNICA, O SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA DÁ INÍCIO À CONSTRUÇÃO DA TRANSAMAZÔNICA, NUMA ARRANCADA HISTÓRICA PARA CONQUISTA E COLONIZAÇÃO DESTE GIGANTESCO MUNDO VERDE. ALTAMIRA, 9 - OUTUBRO - 79”⁵².

⁵¹ Adão Pereira de Souza

⁵² A referência a este monumento é retomada no capítulo 5.

(...). Quando ele inaugurou ali, disse que ia dar uma casa para cada pessoa que viesse morar na beira da Transamazônica. Ia dar uma casa de tábuas, ia dar um poço cavado e ia dar 20 alqueires de terra. Dois mil (metros de comprimento), por 500 (metros) de frente. Ia dar para cada posseiro. E dava um ano de (...) salário, enquanto ele se estabilizava. Eu não tirei aquele dinheiro. Tirei minha carteira de 1974 como colono em Altamira, no INCRA.

A gente ia, na agrovila tinha um prefeito botado, que naquele tempo era militar. Aqui não tinha município, prefeitura, nada. Era o INCRA e o militar.

Segundo Adão, o prefeito da agrovila se encarregava de levar o colono para conhecer e escolher seu lote dentre as terras disponíveis. Feita a escolha, o INCRA fornecia a documentação de identificação do colono, bem como o direito a assentamento no respectivo lote.

Assim aconteceu comigo. Eu disse “eu vou para Altamira, porque lá estão dando terra. Eu vou para lá para criar meus filhos e morar lá”. Assim aconteceu.

Aí eu vim para Altamira. Cheguei aqui no dia 11 de janeiro de 73. Às seis horas da tarde que eu desapeei ali na Praça do Góes. Ali não tinha a praça, tudo era mato. A rodoviária era lá mais embaixo, lá no centro da cidade.

Passei oito dias de Araguaína para aqui. Quebrou o carro ali em Anapu e passamos cinco dias quebrados, comendo carne de catitu – também conhecido como porco-do-mato – de mateiro – veado mateiro, espécie presente na região e também largamente caçada – (...) não tinha nada, tudo era mata virgem.

(...)

No outro dia que eu cheguei de viagem, eu perguntei onde era o INCRA. Adão sabia que órgão deveria procurar pela informação recebida de outros migrantes, quando estes regressavam ao Maranhão para rever familiares. Era ali naquela praça onde hoje é o Banco da Amazônia (...). Era o doutor Antônio a pessoa do INCRA que dava terras para a pessoa.

Interessante destacar como que a titulação de “doutor” depende da aceitação do outro. O mesmo agricultor que conta como se negou a chamar de doutor o fazendeiro que retirava suas terras, não problematiza a titulação do funcionário do INCRA.

Seu Adão conta sucintamente a conversa entre eles, ocorrida no dia seguinte à sua chegada a Altamira.

Ele disse “então você quer uma propriedade”? E eu disse “quero”. “Para você trabalhar”? “É, para trabalhar”. “De onde você veio”?⁵³ Conteí o caso, que vim de Araguaína.... “Pois aqui você vai trabalhar”. Aí, me assentou lá, fez meu cadastro, recebi a terra (...), mas a minha carteira foi de 74, aí não tive direito naquele salário, porque só era até 73. Quem tinha a carteirinha de 74 não pegou aquele salário do governo.

CG- E onde que era a terra que deram para o senhor?

APS- Ali no 18 (...). No quilômetro 18 da Transamazônica.

Senhor Adão ainda mudaria uma vez mais com sua família, em 1985, para a área onde foi fundada a comunidade Santa Luzia. Segundo ele, a nova mudança em que se viam obrigados a fazer, agora em 2012, dias depois de nossa entrevista, já era esperada desde quando presenciou as pesquisas da empresa CNEC naquela região para a então usina de Kararaô. Aos 65 anos de idade, ele se preparava para recomeçar uma vez mais.

Dentre os viajantes que partiram para a Amazônia e narram suas histórias durante a instalação de Belo Monte, apesar de serem diversas as origens, há em comum o sonho de conquista de uma terra própria ou algum outro meio de trabalho que fosse melhor do que o disponível até então em sua terra natal.

Por mais que esse sonho dos demais migrantes influencie diretamente seu cotidiano, não foi esse o motivo de José Amaro Lopes migrar para onde hoje é o município de Anapu.

⁵³ Depois da narrativa do senhor Aurindo de Sousa, tal pergunta remete a reflexões sobre qual o interesse do funcionário do INCRA por trás da pergunta e o preconceito que ela carrega.

Figura 20: Padre José Amaro Lopes, na casa paroquial da igreja de Santa Luzia. Na imagem, alguns dos integrantes da equipe que participaram da gravação. Frame de vídeo da entrevista. 30/7/13. Fonte: Acervo Scientia Consultoria

Maranhense, nascido em Itapecuru-mirim, no ano de 1967, o padre Amaro nos recebeu na casa paroquial, lugar que ele diz ficar pouco, devido às obrigações nas mais de 75 comunidades eclesiais de base (CEBs) que ele visita pelo interior, além de seus compromissos na sede e da comissão pastoral de que faz parte. E quando está em casa, é ele quem recebe constantemente visitas. Ao chegarmos com a equipe de pesquisa, em 30 de julho de 2013, estavam de saída algumas pessoas.

Eu moro só em casa, mas eu não me sinto só.

Ainda menino, aos oito anos, mudou-se com a família para Zé Doca, pequeno povoado que cresceu com a construção da BR-222 e a partir de um projeto de colonização da Sudene, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

Viu o pai trabalhar de funcionário em uma fazenda dos Sarney, enquanto ele e a família trabalhavam na roça, nas mesmas terras.

(...) o que eu sentia era a humilhação que o pessoal passava, os trabalhadores. Tinha

que trazer certa quantia para o fazendeiro que não fazia nada. E tinha que cercar a roça para o gado não comer. E se comia, não tinha para quem se queixar.

Além disso, outro meio de renda era a coleta e quebra de coco babaçu, abundante na região.

Todo coco que as quebradeiras quebravam naquela área, tinham que vender ali, na quitanda e meu pai era o responsável. As pessoas passavam o dia inteiro no mato, traziam um pano enorme e depois tinha um caderno horroroso que a pessoa anotava lá. (...), no final do ano fazia o balanço e a pessoa entrava o ano devendo.

O caderno da quitanda registrava os produtos que as pessoas compravam para sua subsistência e o coco babaçu que elas ali entregavam. O saldo da dívida com o fazendeiro nunca era positivo.

Ainda assim, ao invés de confrontado, o fazendeiro era exaltado pelos agricultores que para ele trabalhavam. Muitos foram os batismos que o colocaram como padrinho dos filhos dos trabalhadores da fazenda.

Tinha a casa grande no meio e as rodas de casa em volta. Quando o fazendeiro chegava no final do ano, era o mesmo que Deus. Chegava um automóvel. (...). Trazia os presentinhos de São Luís (...). Era o Papai Noel.

O pai de Amaro passou a vender frutas para garimpeiros em outra localidade. Ao conseguir um pedaço de terra, começou a plantar arroz. Após a colheita, o menino dormia em cima da pilha de arroz, em vigia, para evitar roubos.

Estava lá, 10 de maio de 1986 (...). Eu tinha um radiozinho assim e eu estava ouvindo a Difusora do Maranhão.

Foi quando o locutor contou do assassinato de Padre Josimo Moraes Tavares e sua história, incluindo o trabalho que ele realizava na Comissão Pastoral da Terra, CPT.

Ele trabalhava na CPT e foi morto (...) quando ele (o locutor) contou, eu comecei a chorar. Ajoelhei em cima da pilha de arroz e disse que eu ia entrar no seminário e ia trabalhar nessa mesma entidade que ele. Não tinha noção do que era a CPT.

Em 1987, um padre buscava por jovens para morar na casa paroquial e Amaro foi escolhido. Com isso, recebeu condições para conseguir estudar. Foi onde ouviu pela primeira vez que teria vocação para ser padre.

Aos 21 anos, mudei para Belém, no Pará, em 1989 (...), para fazer os meus estudos no seminário. Fui morar no bairro do Guamá, no movimento missionário São Cristovão.

Segundo Amaro, o grupo não era exclusivamente para seminaristas. Havia jovens trabalhando fora dali, inclusive. Por esse caráter mais alternativo, acusado de “subversivo” e “revolucionário”, o movimento foi fechado pela igreja católica. Para que não parassem com sua formação, uma “irmã” do Cimi, Conselho Indigenista Missionário, abria uma sala secretamente à noite para manter ativas as reuniões do grupo. Dos mais de 50 jovens envolvidos, 26 se tornariam padres posteriormente. Foi essa irmã que mediou a relação deles com a Prelazia do Xingu, à qual se vinculariam, e de onde veio a proposta de conhecer a região, a convite de uma freira que ali atuava, irmã Dorothy Stang, imigrante missionária norte-americana, no Brasil desde a década de 1960.

Lá onde meus pais moram é colonização. (...) A SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) passava filmes da Transamazônica que eram a coisa mais linda! A Transamazônica toda pavimentada, as mulheres com um vestido, sacudindo um balaio de café na cabeça (...).

A visão que eu tinha era aquela.

Depois, quando eu cheguei, que vi a poeira de Tucuruí para cá, (...) e em janeiro quando a gente voltou e passou dois dias e meio para chegar aqui de Belém empurrando carro... o carro sumia dentro da lama.

E piim. Quando eu cheguei aqui, fui no Travessão da 29, eu sempre gostei de andar de bermuda e os piuns (espécie de inseto comum na região) me pegaram, passei três dias sem poder andar. Incharam os pés, as pernas. Uma senhora pegava raspa de caju, mornava água e de manhã colocava meus pés dentro. Ela dizia assim, “Amaro, esse é o teu batismo na Transamazônica. Se tu resistir, vai permanecer”. Os pés baixaram e a gente caiu na realidade da Transamazônica.

(...)

CG- E você viu o movimento de pessoas vindo com essa mesma imagem (em mente) dos vídeos da SUDENE?

JS⁵⁴- Sim. A propaganda que eles faziam lá fora era de que você ia ter uma casa, ia morar numa vila, ia ter médico, professor e o governo ia te dar assistência em tudo. Lá no Maranhão, você quebrando coco para sobreviver, você vinha com uma promessa dessas. Só que, quando chegavam aqui...

Amaro conta que a situação na agrovila que se tornou sede de Anapu era diferente de Brasil Novo ou Leonardo da Vinci. Os migrantes que foram deixados por ali teriam mais dificuldade e menos recursos para se adaptar.

Muita gente morreu aqui. Malária. Famílias inteiras que voltaram porque não aguentaram.

O que Amaro conta ressoa em outra entrevista, ocorrida durante uma romaria, com outra pessoa que conviveu com a irmã Dorothy. Também em 2013, nove dias antes, em uma celebração religiosa que homenageia a ela e outros mártires, a 8ª Romaria da Floresta, o promotor público federal Felício Pontes comenta que a migração não cessou.

FP⁵⁵-Em 1999, 2000, começa a chegar uma nova leva de migrantes para Anapu, dessa vez atraída pelo anúncio da hidrelétrica de Belo Monte, sem que tivesse ainda projeto, mas as pessoas vieram. Ficavam ali na linha da Transamazônica, na praça de Anapu. (...) Depois de descobrirem que não tinham trabalho, nada, eram orientadas para uma casinha de madeira que tinha do lado da igreja que era onde morava Dorothy, uma casinha verde. Lá ela poderia arrumar comida e um lugar para essas pessoas ficarem. Isso foi acontecendo de uma forma mais intensa naquele período.

Foi diante do aumento de migrantes que apareciam na porta de sua casa que irmã Dorothy Stang fortaleceu a ideia de assentar essas pessoas em área pública que deveria estar destinada para a reforma agrária. No entanto, essa intenção foi contrária ao interesse de grandes fazendeiros em derrubar a floresta daquela região, primeiro para vender a madeira de lei, depois implantar uma produção pecuária.

Foi diante do que viu na região em suas visitas de seminarista que Amaro decidiu escrever sua monografia final em teologia sobre uma década de trabalhos de irmã Dorothy.

(...) naquele tempo não tinha muito material de pesquisa, então foi na base de

⁵⁴ José Amaro Lopes de Souza. O vídeo de sua entrevista pode ser localizado no mesmo acervo das demais histórias de vida aqui citadas, sob o código VID.129.AN-SE.2013.06.

⁵⁵ Felício Pontes. Sua entrevista está no mesmo acervo dos demais vídeos, no entanto não como parte da categoria de Histórias de Vida, mas sim como um dos depoimentos coletados (vídeos brutos 00302 a 00305) na Romaria da Floresta, assim identificada dentro da categoria de Celebrações.

entrevistas, de como esse pessoal veio aqui, (...) com esse projeto de “terras sem homens para homens sem terra” e, a maioria, a gente percebia que era do Nordeste, especialmente do Maranhão.

Além disso, Amaro percebeu algo que o Seu Maranhão reforça em sua narrativa.

A gente vê aqui nesse projeto do governo que a área de pique tem seis quilômetros da Transamazônica. Essas áreas deveriam ser habitadas pelos trabalhadores e depois as fazendas, para trás. A gente viu que muito foi ao contrário.

(...)

Cheguei aqui em 89. Estudava em Belém, ia e voltava. Terminei o curso de teologia em 98. Em 97, fui ordenado diácono (...) em Senador José Porfírio, popular Souzel, ali atrás da Igreja de São Francisco. E em 98, 31 de janeiro de 1998, eu fui ordenado padre, na área pastoral da Transamazônica Leste.

Segundo conta, 14 pessoas compareceram em seu ordenamento, pedindo para que ficasse na região onde hoje é Anapu. Como não havia paróquia, mas uma área pastoral, ele atuava como padre, mas passava as demandas estruturais de seu trabalho para a cúria da igreja católica.

Morei ali na casa da Dorothy, num quartinho ali, ainda não tinha a casa paroquial. A igreja não tinha piso, nem banco, nada.

Quando foi em 13 de dezembro de 98, o bispo, para minha surpresa, elevou (a área pastoral) para a categoria de paróquia, (...) e logo me colocou como pároco. (...) E aí, criando paróquia, você tem que criar uma equipe e gerenciar isso aí.

(...)

E eu fui empossado como primeiro pároco da Paróquia Santa Luzia. Ele disse que eu ficaria cinco anos e depois sairia para estudar. E esses cinco anos... já estão com 15 anos que estou aqui em Anapu.

Nesse meio tempo, cumpria sua promessa de juventude e trabalhava na CPT, primeiro como voluntário, depois assumindo funções na equipe da comissão.

Logo em 2005, 12 de fevereiro, veio o assassinato da Dorothy.

Com o trabalho de Irmã Dorothy, Amaro e outros, além da ajuda do Ministério

Público, as áreas públicas para instalação de PDS (Projetos de Desenvolvimento Sustentável), que permitiam o assentamento das famílias migrantes, começaram a ser aprovadas.

Por isso, botaram a oferta de matar a Dorothy e me matar. A oferta da Dorothy era R\$50 mil e a minha era R\$25 mil. (...). Aí, no dia que a Dorothy foi morta, eu estava em Porto de Moz. (...) Sempre a gente ia junto (pela estrada em que ela foi morta, entre a sede de Anapu e o PDS Esperança) (...). Se tivesse, era para ter pego os dois na estrada. Não foi a vez ainda. E aí mataram ela.

O que para os mandantes do crime poderia significar o fim dos assentamentos, acabou se tornando o fortalecimento dos processos e a ampliação dos PDS na região, ainda em avanço. Para Amaro, o trabalho continuou, mesmo após as ameaças de morte. Tanto na CPT quanto na paróquia que ajudou a estruturar com o tempo. A casinha verde em que morava Dorothy hoje serve de biblioteca comunitária.

Dizer que a gente não tem medo, a gente está mentindo. Mas para enfrentar qualquer coisa que está na minha concepção, eu enfrento.

(...)

Passaram oito anos da morte da Dorothy. A gente continua vivo.

3. ... é uma tradição cultural que não acaba nunca: patrimônio cultural e oleiras do igarapé Panelas

Ficamos pobres. Abandonamos uma depois da outra todas as peças do patrimônio humano, tivemos que empenhá-las muitas vezes a um centésimo do seu valor para recebermos em troca a moeda miúda do “atual”.

Walter Benjamin

Oriundos de diferentes lugares, em diferentes épocas, os moradores da região da Transxingu carregam consigo festas de santo, danças, músicas, ofícios e tantos outros elementos que costumam ser chamados de culturais, transmutados ao longo do tempo, conforme seu território e modo de vida. Migrantes, ou deles descendentes, trazem em seus hábitos cotidianos um pouco de cada parada ou caminho que fizeram como viajantes.

Ainda assim, há um ponto de vista presente em um discurso hegemônico que homogeneíza todas as nuances dos modos de vida de determinados extratos da população, como é o caso dos atingidos pela usina de Belo Monte. A própria definição de “atingidos” esconde a existência de grupos dos mais diversos, indígenas de diferentes etnias e não indígenas; de muitas profissões, como agricultores, caçadores, garimpeiros, pescadores, professores; moradores da beira do rio, da vasta zona rural ou da zona urbana de cinco municípios distintos. O que todos eles têm em comum é o impacto irreversível em seus modos de vida e, mesmo sob este ponto de vista, tal impacto é distinto para cada localidade ou comunidade e único para cada pessoa atingida.

Em síntese, Manuela Carneiro da Cunha apresenta que tal discurso dominante aglutina em “conhecimento tradicional”, no singular, uma miríade de diferentes regimes históricos e sociais de conhecimento tradicional”. Unifica o “conhecimento tradicional à imagem da unificação operada historicamente no conhecimento científico” (CUNHA, 2017, p. 321-322).

Como em toda pesquisa científica, se é equivocado o diagnóstico em relação aos conhecimentos e modos de vida de habitantes de determinada região a ser atingida por um empreendimento, equivoca-se nas medidas propostas a partir dele e, por fim, na tomada de

decisão estatal e na ação prática a respeito das compensações necessárias para os impactos ali ocorridos.

Para apurar as afirmações do parágrafo acima, é necessário trazer à tona informações sobre o processo em que elas se inserem. Sobre o licenciamento ambiental de maneira mais ampla, o capítulo 4 se esforça para cumprir essa função. Neste capítulo 3, o foco está no nomeado patrimônio cultural. Para isso, as entrevistas com atingidos, especialmente aqui com três oleiras do igarapé Panelas, ganham como complemento conceitos e pontos da legislação brasileira voltados a esse patrimônio, além de dados dos programas dessa área, componentes do Plano Básico Ambiental da usina hidrelétrica de Belo Monte e da pesquisa a partir deles realizada.

Para trabalhar conceitos de patrimônio cultural, é importante dar um passo atrás e identificar onde ele se localiza em um espectro maior. Para isso, é proveitoso recorrer mais uma vez a Cunha (2017), que utiliza da definição de Trilling sobre a ideia de cultura:

... um complexo unitário de pressupostos, modos de pensamento, hábitos e estilos que interagem entre si, conectados por caminhos secretos e explícitos com os arranjos práticos de uma sociedade, e que, por não aflorarem à consciência, não encontram resistência à sua influência sobre as mentes dos homens (Trilling apud CUNHA, 2017, p. 352).

A autora inclui como adendo próprio que a “cláusula de inconsciência é questionável, mas não importa” no artigo aqui citado. O mesmo pode valer nesta dissertação (CUNHA, 2017, p. 352).

A partir dessa chave conceitual, propõe-se a coexistência de cultura e “cultura”: uma sem aspas e outra com. Entendendo que não é sempre que se percebe ou se observa o uso das aspas, cultura e “cultura” acabam confundidas. Em diferenciação, podemos dizer que “cultura” seria usada como “recurso e como arma para afirmar identidade, dignidade e poder diante de Estados nacionais ou da comunidade internacional” e cultura uma “rede invisível na qual estamos suspensos” (idem, p. 368).

A intenção então é deixar entre aspas aquilo que se fala da cultura. A cultura dentro de um grupo seria assim diferenciada da “cultura” abordada na relação entre diferentes grupos. Nesta dissertação, entende-se que patrimônio cultural, enquanto política pública e o que se fala da cultura de um ou mais grupos, é parte da “cultura” e não da cultura.

É longa a discussão acerca do patrimônio cultural e são diversos seus significados, desde a legitimação dos Estados-Nação – entre os séculos XVIII e XIX, em que a “cultura” e

seu patrimônio aparecem ligados à identidade e ao fortalecimento dos laços que unificariam os habitantes de certo território⁵⁶ – e a exaltação de suas classes sociais dominantes e do que elas entendem por sua “cultura”.

Desse movimento, surgem os museus de antiguidades com ambições imperialistas e “universalistas” tais como o Louvre na França ou o Museu Britânico na Inglaterra. Já no Brasil, um exemplo de reprodução dessa lógica europeia seria o Museu do Ipiranga ou Paulista, instalado na edificação que foi utilizada como palácio imperial, em reafirmação de uma soberania original, neste caso não só da nação, mas de imponência do Estado de São Paulo (PELEGRINI e FUNARI, 2008)⁵⁷.

Para além desses, há também os usos de grupos desfavorecidos pelas chaves acima e, portanto, reivindicantes do título de patrimônio para o que defendem como seu patrimônio, “cultura”, identidade, memória, valores, etc. (CUNHA, 2017).

Mais importante do que desdobrar todo o estado da arte do patrimônio cultural e ver o tema desta dissertação escapar entre os dedos, foca-se aqui nos conceitos e documentos considerados como mais pertinentes a esta discussão⁵⁸.

No contexto desta pesquisa, em um licenciamento ambiental, é o patrimônio reconhecido oficialmente pela nação que será levado em conta no licenciamento ambiental. Na regulamentação vigente, reforçada pela Portaria Interministerial N° 60/15, apenas os bens oficialmente tombados, valorados ou registrados pelo Estado tem a proteção estatal, ou seja, estão acautelados.

Antes desta portaria, vigorava a 419/11. Se por um lado ela continha a definição de acautelamento tal como a 60/15, tratando dos “bens culturais acautelados”, por outro permitia e exigia que a proteção ao patrimônio cultural em licenciamentos fosse expandida para “bens de interesse cultural”, que não têm definição nessa portaria, mas são apresentados no anexo a ela, que serve como termo de referência, ou seja, que influencia diretamente nos planos de trabalho como uma orientação geral:

⁵⁶ Como bem remonta PELEGRINI e FUNARI (2008).

⁵⁷ A argumentação deste parágrafo, para além da autora citada, foi escrita a partir de trechos de um estudo anterior, sobre patrimônio imaterial em contexto de licenciamento ambiental (GIMENES, 2011).

⁵⁸ Para inteirar-se sobre a ampla discussão acerca do patrimônio cultural recomenda-se, para além dos autores aqui trazidos, a leitura de outros tantos, especialmente os publicados pela ABA – Associação Brasileira de Antropologia de Lima Filho, Beltrão, Eckert (2007) e de Tamaso e Lima Filho (2012), bem como de documentos e publicações do IPHAN, órgão oficial brasileiro.

Anexo III-D

Termo de Referência

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
- IPHAN

COMPONENTE: BENS DE INTERESSE CULTURAL

(...)

Em complementação ao diagnóstico, **independente da especificidade dos bens culturais a serem considerados nestes estudos, sejam eles protegidos ou não, deverá haver menção e avaliação dos impactos resultantes da implantação do empreendimento sobre os mesmos.** Os impactos deverão ser discriminados como: positivos ou negativos; diretos e/ou indiretos; imediatos, a médio e/ou a longo prazo; temporários ou permanentes; o seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas; assim como a distribuição dos ônus e benefícios sociais.

Tendo em vista os eventuais impactos detectados sobre os bens e manifestações culturais localizados na área de influência direta da atividade ou empreendimento, deverão ser indicadas as medidas de mitigação e corretivas a serem adotadas pelos responsáveis pelas atividades ou empreendimentos, bem como, devem ser previstos programas de acompanhamento e monitoramento das mesmas. Deverão ser elaborados programas de proteção, prospecção e de resgate arqueológico, compatíveis com os cronogramas das obras.

(BRASIL, Portaria 419/11, grifo nosso)

Por mais que fosse distinto das leis federais de acautelamento do patrimônio cultural de então, aproximava-se da visão mais abrangente sobre o assunto, presente na Constituição de 1988:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

(...)

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

(...)

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

(...)(BRASIL, 1988)

É esse entendimento legal mais amplo de preservação que envolveu a tomada de decisão sobre o tratamento ao dito patrimônio cultural da região atingida pela usina de Belo Monte, por mais que sua licença de instalação tenha sido liberada meses antes da publicação dessa portaria. Porém, se fosse regida pela regulamentação atual, vigente desde 2015, a pesquisa e o acervo sobre o qual se debruça esta dissertação provavelmente não existiriam, uma vez que, na região da usina, haveria obrigatoriedade apenas de estudos arqueológicos⁵⁹, uma vez que não havia bens tombados⁶⁰, registrados⁶¹ ou valorados⁶² até então.

Mesmo com estes estudos, no entanto, a preservação neste caso, assim como em outros empreendimentos, não foi entendida como possibilidade de usufruto do patrimônio, ou como diz no artigo 215 acima citado, de “pleno exercício dos direitos culturais”, mas apenas de registro e difusão de informações a seu respeito. Desse modo, não se garante a existência de determinado “bem de interesse cultural”, usando a terminologia legal, mas sim o registro audiovisual e em texto científico, estes sim a serem preservados em sua existência em casas de memória.

O licenciamento ambiental brasileiro para megaprojetos⁶³ como este implica na elaboração de um vasto estudo de impacto ambiental (EIA) e seu resumo (Relatório de Impacto ao Meio Ambiente, ou RIMA, com texto escrito de modo mais acessível do que no EIA, para pessoas não especialistas) nas diferentes áreas consultadas sobre os meios antrópico (relacionado aos seres humanos da região), biótico (fauna e flora) e físico (água, ar, terra, etc.). É com base nesse estudo que os órgãos reguladores de meio ambiente (IBAMA), patrimônio histórico e cultural (IPHAN) e de comunidades indígenas (FUNAI) dão o seu parecer sobre a viabilidade do projeto, sendo que é do IBAMA a palavra final sobre o licenciamento.

3.1. Plano de Valorização do Patrimônio: os projetos 9.1.1 e 9.1.2

O que deve ser feito em relação aos impactos ambientais diagnosticados, se aprovada a instalação do empreendimento, está reunido em um Plano Básico Ambiental (PBA), que serve

⁵⁹ Devido à proteção a “monumentos arqueológicos e pré-históricos”, conforme Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961.

⁶⁰ Tombamento conforme Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

⁶¹ Registro de “bens culturais de natureza imaterial”, conforme Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000.

⁶² Valoração dos bens da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, conforme Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007.

⁶³ A definição de megaprojetos aqui adotada é apresentada no capítulo 4, em conjunto com a discussão mais ampla sobre licenciamento ambiental.

de diretriz para que se elaborem e se executem os planos de trabalho de cada programa nele solicitado.

A licença prévia para a construção da UHE Belo Monte foi concedida no dia 1º de fevereiro de 2010 e, em 6 de dezembro desse mesmo ano, foi protocolizado no IPHAN o Plano de Valorização do Patrimônio, composto de dois programas, a saber, o Programa de Arqueologia Preventiva e o Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural, sendo deste último que se trata aqui.

Em 10 de maio de 2011, o IPHAN pronunciou-se acerca do Plano de Valorização do Patrimônio, através do Ofício 093/11 CNA/DEPAM/IPHAN, aprovando-o, mas acrescentando a ele algumas exigências, inclusive ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural.

Porém, a execução do PBA foi autorizada meses antes, ainda em 2010, e, com ela, os programas ligados ao Plano de Valorização do Patrimônio. Deste plano, o programa voltado ao patrimônio cultural da região foi dividido em dois projetos – além da Educação Patrimonial, que priorizou os bens arqueológicos – sendo um de “Estudo, Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico” (9.1.1) e outro de “Valorização do Patrimônio Multicultural” (9.1.2).

Digno de nota que, neste licenciamento ambiental como em muitos, o patrimônio cultural indígena é justificadamente tratado em um componente à parte – dada a sua complexidade e especificidade – mas, lamentavelmente, não há uma intersecção necessária entre este e os “programas 9”, o que culmina na aparição marginal da cultura indígena na pesquisa aqui abordada.

A função geral desses programas, 9.1.1 e 9.1.2, é a de compensar a “perda” de patrimônio sofrida pela população regional. Uma vez que a UHE Belo Monte atinge diretamente locais considerados como referências culturais daquela população, bem como dispersa comunidades que realizavam celebrações, pode interferir significativamente em ofícios e romper condições em que se possibilita a existência e transmissão de determinados saberes, os impactos da usina são considerados irreversíveis, ou seja, alterações com “dificuldade extrema de retornar à condição precedente” e permanentes, por serem alterações definitivas. Nesse sentido, as medidas a serem executadas não podem ser de outra ordem senão compensatórias, entendendo que, no máximo de seu sucesso, compensarão “a perda de um bem” (SANCHEZ, 2008, p.463).

É fundamental para os pesquisadores ter a clareza neste caso de que suas ações não poderão mitigar (reduzir) impactos, mas que há possibilidades de se compensar algo, entendendo que a compensação, no caso ambiental, não significa repor a perda sofrida pela população. Se os programas voltados para a cultura têm essa limitação, vale a pena analisar o que preveem em sua execução para que se avalie em que podem ser úteis.

O primeiro programa, 9.1.1, tem um caráter de estudo e registro⁶⁴ do patrimônio cultural regional. Seus eixos de atividade pré-estabelecidos são:

- 1.1 Execução de registros nas áreas diretamente afetada e de influência direta do empreendimento, incluindo entrevistas, bem como de pesquisa participativa nas áreas diretamente afetada e de influência direta e indireta do empreendimento;
- 1.2 Pesquisas em arquivos, bibliotecas e coleções (textos, objetos e material visual);
- 1.3 Integração dos pesquisados na área de influência direta e diretamente afetada da UHE Belo Monte às atividades de pesquisa;
- 1.4 Análise e organização do material obtido nas pesquisas em arquivos, bibliotecas e coleções e nas pesquisas e registros de campo realizados;
- 1.5 Disponibilização do material analisado e organizado para ações de educação patrimonial e de comunicação social, bem como para a elaboração do estudo etno-histórico acerca “populações ribeirinhas” e “pescadores”;
- 1.6 Disponibilização do material analisado e organizado para a constituição do acervo das duas casas de memória que serão criadas.

(SCIENTIA, 2012, p.2-3)

Um estudo “etnohistórico” foi adicionado ao escopo do Programa após a elaboração e entrega do PBA do empreendimento ao IBAMA, por solicitação do IPHAN, que o entendeu como um texto etnohistórico, a partir dos levantamentos da pesquisa.

O segundo programa, 9.1.2, consiste basicamente na articulação com diferentes setores da sociedade ligados à cultura na região, visando sua integração com os projetos, bem como a elaboração conjunta de casas de memória para abrigar o resultado dos estudos, além de dar encaminhamento a esses estudos. São esses seus eixos de atividade pré-estabelecidos:

- 1.1 Realização de oficinas participativas na área diretamente afetada do empreendimento, com o objetivo principal de integrar as partes interessadas, principalmente os grupos culturais da área de influência direta e diretamente afetada da UHE Belo Monte, aos trabalhos de formulação do projeto das duas casas de memória e à constituição do seu acervo;
- 1.2 Elaboração do projeto das duas casas de memória e organização do seu acervo;

⁶⁴ Registro em fotografias, vídeos e textos científicos. Há um alerta complementar sobre registros na página 100.

1.3 Disponibilização do acervo das duas casas de memória na internet e implementação de ações de inclusão digital na área diretamente afetada pelo empreendimento, incluindo o estabelecimento de parcerias;

1.4 Encaminhamento aos órgãos públicos competentes de propostas de tombamento.

(SCIENTIA, 2012, p.3)

A metodologia de pesquisa não foi pré-determinada pelo IPHAN. No entanto, a equipe de pesquisadores optou por ter como norteadora a metodologia construída pelo instituto em seu Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) – incluso, dentre tantos materiais, seu manual de aplicação (IPHAN, 2000). Com isso, a pesquisa em Belo Monte usufrui de suas diretrizes, ao mesmo tempo em que se afasta de determinados métodos de registro em formulários e roteiros padronizados. Tal opção não excluiu a preocupação em sistematizar a parte central dos dados, ao final dos trabalhos, em fichas padronizadas tais como as do inventário, de modo que possam ser mais facilmente apropriadas em inventários futuros.

O objeto de pesquisa do INRC são as “referências culturais” e é com esse termo que o IPHAN e o licenciamento ambiental passaram a tratar o que eram, até então, bens culturais (sejam de interesse ou acautelados) do patrimônio imaterial.

Referências são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura (IPHAN, 2000, p. 29).

Dessa definição, desdobram-se categorias para tais referências:

- Celebrações: os rituais e as festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
- Formas de Expressão: Formas de comunicação não linguística, associadas a um grupo social ou região e desenvolvidas por atores sociais reconhecidos pela comunidade, abarcando manifestações cênicas, literárias, lúdicas, musicais e plásticas;
- Edificações: Estruturas físicas e associadas a determinados usos e significações históricas ou de memória;
- Lugares: Espaços que possuem sentido cultural diferenciado;

- Ofícios e Modos de Fazer: Saberes e ofícios ditos tradicionais, ligados a conhecimento e modo de fazer enraizados no cotidiano das comunidades⁶⁵.

Além dessas, incorporou-se nesse projeto mais uma categoria, a de “História de Vida”. A abordagem de informantes culminaria tanto nas entrevistas sobre os “bens de interesse cultural”, quanto no registro propriamente dito destes, ou seja, a gravação das celebrações, ofícios, formas de expressão, edificações e lugares, além das entrevistas dessa outra categoria, exótica ao INRC, a da história de vida.

No âmbito dos programas, as histórias de vida equivaleriam ao reconhecimento dos atingidos da região como detentores do conhecimento e de memórias do local, mesmo que isso não tenha implicado em reconhecimento acautelar pelo órgão federal para além da preservação dessas entrevistas em um acervo digital.

Concluído em 2014, o programa 9.1.1 concretizou como produto o registro em dezenas de milhares de fotografias e centenas de vídeos contendo 156 entrevistas de história de vida, 168 edificações e 245 pontos de interesse paisagístico que incorporam lugares de referência cultural, além de celebrações, ofícios e formas de expressão, somados a fichas em padrão INRC adotadas ao final dos trabalhos e o texto etnohistórico, que compõem cerca de 6 Terabytes de dados digitais, fitas em formato MiniDv e documentos impressos, além de um site para acesso via internet de parte desse acervo. Todo esse material foi pensado, elaborado e cedido para constituição do acervo das casas regionais de memória.

É importante fazer a seguinte distinção: o registro realizado no programa 9.1.1 do PBA de Belo Monte trata-se do ato de registrar algo em fotografias, vídeos ou por escrito. Isto não significa que cada “referência cultural” registrada pela pesquisa foi imediatamente considerada pelo IPHAN uma referência cultural acautelada, tampouco como inventariada. Na ambiguidade do uso dos termos, houve registros de referências culturais da região atingida por Belo Monte, mas não houve a sua inclusão nos Livros de Registro do patrimônio cultural imaterial, tal como define o Decreto nº 3551/2000.

O programa 9.1.2, voltado para a articulação com a sociedade, teve como premissa garantir de maneira mais ampla possível a participação local. O plano de trabalho previa a realização de cinco oficinas participativas. Quatro delas foram realizadas entre 2011 e 2013 –

⁶⁵ Baseado em texto de Caldarelli, Gimenes, Mosquera (2012), que escreveram a partir das diretrizes constantes em IPHAN (2000). Adaptação nossa.

reunindo atingidos dos cinco municípios da área de influência direta da barragem – e uma quinta oficina seria executada com a conclusão do projeto e a conclusão de seu fruto mais material, a saber, a construção de duas casas regionais de memória (CRM), em Altamira e Vitória do Xingu.

Para melhorar o alcance do objetivo dessas oficinas, de integrar as partes interessadas, “principalmente os grupos culturais da área de influência direta e diretamente afetada da UHE Belo Monte, aos trabalhos de formulação do projeto das duas casas de memória e à constituição do seu acervo” (SCIENTIA, 2012, p. 3), foram necessários outros momentos de comunicação e interação local, dentro de cada município participante, para assim captar melhor as especificidades de cada localidade, como também para garantir maior presença e interação mais frequente com os atores socioculturais.

Todos esses momentos levantaram informações que influenciaram na tomada de decisão sobre os registros de referências culturais do programa de estudo e construíram as bases e a aprovação dos produtos do programa 9.1.2, a saber, o anteprojeto arquitetônico e o plano museológico, incluso a este o projeto expográfico, de apenas uma das casas, sediada em Altamira.

A conclusão do trabalho apenas de uma das CRM se deveu a desentendimentos da gestão municipal de Vitória do Xingu com o empreendedor, que não permitiram a instalação da segunda casa e fez com que o empreendedor conseguisse junto ao IPHAN a desobrigação de construí-la. A casa em Altamira ainda não foi inaugurada e sua conclusão está prevista para final de 2018.

Até a elaboração de seu anteprojeto, foi garantida a participação de público interessado na elaboração do diagrama de necessidades dos edifícios e em seu formato, dimensão e distribuição⁶⁶. No entanto, uma vez entregue, as equipes responsáveis pela construção fizeram alterações sem a busca pela aprovação das comunidades, o que levou à redução dos espaços.

Ainda assim, além de disponibilizar o acervo, as casas preveem estrutura de registro audiovisual permanente, de modo que a pesquisa em relação às referências culturais e à história regional continue autonomamente para além do PBA. Visando a ampla participação social, o plano museológico foi discutido e aprovado por participantes de todos os municípios

⁶⁶ Sobre o processo participativo de elaboração do anteprojeto arquitetônico das casas, é possível consultar os relatórios entregues e a tese de doutorado do arquiteto responsável, Paulo Gonçalves (GONÇALVES, 2015).

e aponta para uma gestão participativa das casas⁶⁷, por um conselho que abarque representantes da sociedade civil e setor público. Foi em comum acordo também que se instituiu a Universidade Federal do Pará (UFPA) como uma entidade de confiança dos participantes para receber a guarda da casa e participar da gestão junto a esse conselho.

Para que a gestão assim se efetive, é necessário que a UFPA cumpra o especificado no plano museológico e garanta os espaços participativos ali previstos. Até o momento, a única casa erguida permanece em processo de montagem, sem acesso ao público, e sua gestão continua exclusiva à UFPA. Vale acrescentar que o intervalo entre o fim do longo trabalho de articulação de partes interessadas do programa 9.1.2 e a inauguração da casa beira dois anos, devido aos atrasos da obra e o encerramento desta parte do programa, o que dificulta cada vez mais a rearticulação com a população.

Uma vez apresentados os projetos e com eles um pouco mais da abordagem dada na pesquisa destes em relação ao chamado patrimônio cultural atingido por Belo Monte, propõe-se a entrada uma vez mais no acervo coletado, desta vez em alguns de seus registros referentes ao que se enquadraria, no entendimento da equipe de pesquisa e a partir da metodologia do INRC, na categoria de referências culturais nomeada Ofícios.

3.2. Deixa eu te falar um pouco daquele processo ali, desse trabalho do barro

Osmarina explica pacientemente e com muitas risadas como funciona o seu ofício. Os oleiros do igarapé Pannels estavam em disputa para garantir a compensação de sua perda de local de ofício, que seria alagado em definitivo no final da instalação da usina. Foi a partir dessa informação que a equipe de pesquisa do projeto 9.1.1 organizou-se para trabalhar ali. Tanto oleiros quanto pesquisadores sabiam desta situação e que o tom das entrevistas estaria inevitavelmente carregado desta reivindicação junto à Norte Energia de alguma forma.

⁶⁷ Em relação à elaboração do plano museológico e da articulação em torno de uma proposta de gestão participativa das casas regionais de memória, há um artigo escrito em conjunto com a responsável por esse plano, Profa. Dra. Idanise Hamoy. (HAMOY e GIMENES, 2018)

Figura 21: Diante de seu barraco, na olaria do igarapé Panelas, Osmarina e Leopoldina são entrevistadas sobre suas histórias de vida e o ofício de oleira. Atrás do barraco, uma pilha de tijolos pronta para venda. FOT.332.AL-SE.2012.03. 6/12/2012. Fonte: Marcelo Eme / Acervo Scientia Consultoria.

Lembra-se aqui que, pela regulamentação federal atual, o ofício de oleiro acabaria fora da pesquisa, uma vez que não fazia parte – e ainda não faz – do rol inventariado e registrado pelo IPHAN. No contexto legal de Belo Monte, a equipe de pesquisa teve autonomia para incluí-los como mais um dos ofícios da Transxingu e, parte desses atingidos, como entrevistados sobre sua história de vida⁶⁸.

Muito foi contado por duas oleiras, sentadas à porta do barraco que construíram dentro da área da olaria onde trabalhavam, às margens do Panelas. Osmarina de Castro Cordovil e Leopoldina Pereira de Castro, filha e mãe, 52 e 73 anos de idade respectivamente, concederam entrevista no dia 6 de dezembro de 2012, a pesquisadores sentados em tijolos de três furos por elas produzidos⁶⁹.

Leopoldina nasceu em São Felix do Xingu, no sul do estado do Pará, no ano de 1939.

⁶⁸ Além das entrevistas aqui utilizadas, recomenda-se a entrevista de Hirolito da Silveira, com vídeo identificado no acervo como VID.142.AL-SE.2013.06 e de José Bernardo e Telma Palheta da Silva, identificada como VID.103.AL-SE.2013.06. Sobre o uso dos tijolos das olarias, recomenda-se a leitura, entre outros, dos textos elaborados pelos pesquisadores do programa 9.1.1 sobre as edificações de Altamira e região (CALDARELLI et al, 2015).

⁶⁹ O vídeo desta entrevista pode ser localizado no acervo pelo código VID.94.AL-SE.2012.06.

Seu pai trabalhava como seringueiro e coletor de castanhas, segunda ocupação comum nos seringais paraenses, além de trabalhar com a produção de mel.

Aos 11 anos, ela veio com a família para esta região, vivendo na zona rural. Casou-se, alternou sua vida entre a zona rural – de terreno próprio a trabalho para fazendeiros, acompanhando a construção da rodovia Transamazônica – e a urbana, mudando para a sede de Altamira, visando garantir a educação dos filhos. Teve diferentes fontes de sustento junto ao marido, até que este faleceu, em 1986. Foi quando começou seu trabalho como oleira.

A filha Osmarina formou-se técnica de enfermagem e trabalhou em aldeias da região antes de, junto aos irmãos, acompanhar a mãe no ofício. Em 2012, apenas as duas continuam.

Aí já colocava meus menininhos tudo em olaria, na hora em que eles estavam de folga na escola. “Vem embora fazer tijolo”! (...). Eram pequeninhos assim – aponta a altura dos filhos com a palma da mão virada para baixo – e já iam juntando tijolo, já comecei a ensinar eles, já foi educando.

O barraco construído é utilizado para descanso, para escapar do sol forte e guardar os instrumentos de trabalho. Feito com madeira, palha de inajá e de babaçu, a partir do aprendizado que tiveram com o marido de Leopoldina.

A construção transforma-se em uma segunda morada durante o período de “safra” da olaria, que equivale aos meses de menos chuvas, popularmente chamado de “verão”, quando as águas do igarapé retrocedem, expondo as margens de solo argiloso. Segundo Lia Lima da Silveira, a oleira que nos guia no local e uma das lideranças de uma recém-fundada cooperativa, a safra ocorre entre junho e janeiro.

“Se a gente voltasse aqui em março, não teria ninguém trabalhando”, conta Osmarina, que ri ao lembrar como começou o trabalho.

O primeiro tijolo que a gente foi fazer, eu lembro que carreguei bem assim – mostra com a forma de madeira nas mãos – caiu tudinho. Aí fui aprendendo vendo os outros fazer... Hoje é a maior facilidade.

Figura 22: Seleção de imagens do processo de confecção dos tijolos, desde a retirada da argila até a queima em sistema de caieira. Quem conduz pelas olarias é Lia Lima da Silveira. De camiseta vermelha, aparece em alguns quadros Carlos Caldarelli, coordenador geral dos programas 9.1.1 e 9.1.2. Frames do vídeo Oleiros, código VID.312.AL-SE.2012.03. Duração 04:25. Fonte: Acervo Scientia Consultoria.

Na sequência de frames extraída do vídeo Oleiros, elaborado pela equipe de pesquisa para o acervo das casas de memória, Lia conduz os pesquisadores pela olaria às margens do igarapé Panelas. A seleção de imagens aqui exposta começa com o cavar da argila com enxada, amassada com serragem; e a massa pronta sendo colocada em um carrinho de mão para o transporte até a mesa de corte dos tijolos.

Em outro ponto, ao lado da mesa, o oleiro substitui uma forma de tijolos de dentro de bacia com água e soda cáustica pela que acaba de utilizar; coloca o barro dentro da forma limpa; espalha pelos três moldes de tijolo; vira a forma sobre a mesa; preenche o outro lado; realiza o acabamento dos tijolos; faz a “viradinha” – a que Osmarina aprendeu a fazer depois de derrubar os primeiros tijolos – e carrega para o lastro, no chão coberto de serragem, de modo que os tijolos não caiam; coloca a forma cheia em posição no lastro; retira o garfo da forma; retira enfim a forma; retoma com a substituição da forma em uso pela que estava na bacia.

Por fim, é mostrada a caieira, no momento em que Lia explica sobre as “bocas” construídas embaixo da pilha de tijolos para a queima da madeira; seguido da demonstração sobre o fechamento da caieira com tijolos da mesma espécie, mas não assados completamente, que servem para encapar os demais e assim garantir a queima da caieira por completo. Em resumo, uma grande pilha de tijolos, coberta por mais tijolos, todos devidamente posicionados para que o fogo, alimentado com lenha e serragem nas “bocas” embaixo da caieira, possa assá-los totalmente.

Osmarina repassa com os pesquisadores cada momento da operação.

Tem que abrir um buraco lá (no local de extração da argila) (...). Antes, a gente trabalhava com um enxadeco. Hoje não mais porque o enxadeco se tornou leve em nossa mão. Hoje a gente usa chibanca, não sei se tu conheces. Corta aquele bico dela, não é, Lia? – Lia diz: “É que nem a picareta” – (...). Corta a ponta dela. A gente arrocha ela no barro porque ela é mais pesada e arranca o barro com mais firmeza. Traça todo aquele barro, corta ele todinho, joga água, joga pó, revira umas duas ou três vezes e haja jogar ele para cima.

A serragem é um elemento agregado à produção da massa devido à qualidade da argila. Segundo as oleiras, a argila do igarapé Panelas é muito forte e a serragem ajuda a “enfraquecê-la”, evitando que estraguem os tijolos assados.

Aí prepara uma água com soda cáustica (...) a gente usa a soda (...) e prepara ela dentro da água (...) para quando você enfiar a grade dentro da água, ela se torna lisa, para que ela não puxe o garfo.

A grade, ou forma, é mergulhada na solução de água com soda para que o barro do tijolo recém-desenformado não prejudique o manejo do garfo, parte responsável pelos furos do tijolo.

Quando você bota essa na bacia, a outra tem que estar com o barro solto. Você só levanta, escorre, bota na mesa e arrocha barro dentro, vira para o outro lado, barro dentro de novo, passa a mão em cima e traz para o lastro, enquanto a outra está dentro da bacia.

A serragem é aproveitada também para forrar o chão no lastro, onde se enfileiram os tijolos molhados para secagem. Caso contrário, os tijolos podem grudar no chão, por também ser composto de argila. No chão, é a exposição ao sol que define o tempo de secagem. Com sol forte, menos de um dia de espera, mas havendo chuva, pode levar dias para os tijolos secarem.

CG- Se coloca ele lá para secar, por que precisa queimar o tijolo depois?

OC⁷⁰- Aquele tijolo cru, se ele está seco e está cru, na hora que a água bate nele, branco, não tem garantia de nada, é barro, acabou (...), ele está só formado.

CG- E aí, para queimar, vocês fazem como?

OC- Faz toda essa caieira aí, todo esse processo de montagem do tijolo – aponta para a caieira ao lado, já queimada. Encapa, forra em cima com esse tijolo. Aí vai, toca fogo. Se eu colocar fogo às 5 horas da tarde, 5 horas da manhã ela sai..., se eu arrochar fogo. Ela vira só uma brasa. Dependendo do processo da brasa de baixo, ela vai apagando por conta própria. Quando você tirar a capa, ela vai se transformar daquela maneira que está lá, toda assada. Aí ele tem utilidade.

As oleiras dizem esperar cerca de 12 horas pelo resfriamento da caieira, para então começarem a desencapar os tijolos prontos para a venda. Nas olarias do Pannels, a queima sempre é feita por sistema de caieiras, diferente de outros lugares que incorporam o uso de fornos para a mesma função.

⁷⁰ Osmarina de Castro Cordovil

Em 2012, os tijolos de três furos eram feitos geralmente em formas para três tijolos. Antes desse modelo, as formas suportavam apenas dois tijolos.

Todo mundo era dois tijolos. “Ah, mas um homem consegue carregar de três”. Então fizemos um de três tijolos, para homem.

Para mulheres também. No entanto, Osmarina e Leopoldina preferem a forma antiga de dois tijolos, por ser mais leve de carregar. Essas formas são produzidas em par, para fazer o revezamento na bacia de água e soda cáustica, por um artesão conhecido como Mazinho.

Figura 23: Osmarina explica a história e a diferença entre as formas de três e dois tijolos. FOT.333.AL-SE.2012.03. 6/12/2012. Fonte: Marcelo Eme / Acervo Scientia Consultoria.

Porém, o formato do tijolo mudou com o tempo. Lia explica a diferença em relação ao início do ofício em Altamira.

Naquela época, a gente fazia um tijolo diferente do que se faz hoje. A gente trabalhava, quase todos, com o tijolo maciço. Ele prepara a massa e coloca próximo ao lastro. (...) A gente enchia as forminhas no chão mesmo. (...), passados vários anos, descobriu-se que se podia fazer o tijolo com dois furos. Quase no mesmo tamanho do maciço,

*um pouco mais alto. Hoje a gente faz tijolo de três furos, maior.*⁷¹

A oleira argumenta com confiança em relação à concorrência com os produtos das cerâmicas industriais.

Esse nosso tijolo nunca cai de linha, porque ele é muito útil na nossa região para alicerce, baldrame, essas caixarias de gordura, fossas. É o mais resistente. Os tijolos de cerâmica absorvem a umidade muito rápido e esse nosso não.

Percorrendo a cidade, é possível confirmar a informação. Se as paredes das casas mais recentes contêm tijolos das cerâmicas, as bases de boa parte delas mantém os tijolos de olaria. Em outros municípios, ocorre o mesmo. A casa de Seu Maranhão, em Vitória do Xingu, é um dos exemplos (vide Figura 7).

Ainda assim, nem todos concordam com as vantagens do material. Se, por um lado, o arquiteto Paulo Gonçalves, responsável pelo anteprojeto das casas regionais de memória, recomendou o uso desses tijolos nas casas, tanto pela função prática como pela valorização da produção artesanal local, por outro, os técnicos da Norte Energia consideraram que os tijolos não teriam a qualidade necessária para suas obras. Lia contesta.

Posso até lhe garantir que, lá no Ambé, desde a década de 1940, de 1950, tem tijolos desses que a gente faz, que estão no fundo do igarapé e hoje ainda a banda está intacta. Ela não desmancha.

As margens do igarapé Ambé abrigaram o começo do ofício em Altamira, remontando o início da própria cidade. Em área adquirida pela Prelazia do Xingu, entidade da igreja católica, hoje conhecida como Invasão dos Padres, foi incentivado o trabalho desses oleiros, que em troca arrendavam as terras da igreja. Sua produção contribuiu com o aumento de construções de alvenaria, bem como a diversificação de suas técnicas construtivas.

Lia acredita que “70% da construção civil em Altamira é erguida por tijolos fabricados por oleiros”.

Seu pai veio do Ceará na década de 1950, a princípio trabalhando na caça do gato maracajá, para venda de peles, depois como agricultor, até que se tornou oleiro na área dos padres.

⁷¹ A entrevista de Lia Lima da Silveira pode ser localizada no acervo pelo código de identificação VID.93.AL-SE.2012.06, além de sua participação no vídeo “Oleiros”.

Enquanto meu pai trabalhava na olaria, todos os filhos trabalhavam com ele.

Com o esgotamento da matéria prima dali, após décadas de exploração, outras áreas menos longevas foram sendo ocupadas, como a “Área do Milico”, até chegarem ao igarapé Pannels, no final da década de 1990. Se a argila do Ambé era boa, a do Pannels foi considerada forte demais, motivo do uso da serragem na composição dos tijolos.

Apesar da existência de um sindicato e, mais recentemente, de uma cooperativa, as oleiras reforçam que essa é uma atividade pouco colaborativa, diferente da agricultura dos colonos, relatada por outros entrevistados. Eles se unem pela manutenção da área, mas cada oleiro tem seu lote para trabalhar.

Figura 24: Sentada sobre pilha de tijolos, Lia acompanha entrevista de Osmarina e Leopoldina. Fonte: BORTOLOTTI, A. / Acervo Scientia Consultoria.

No presente da entrevista, dezembro de 2012, oleiros e oleiras negociavam com a empresa responsável pela usina de Belo Monte, Norte Energia, meios de manterem-se trabalhando. Em sua entrevista, Osmarina anima-se com a ideia de poder falar de sua história e a desse ofício, disposta a contar mais em um futuro ainda incerto, acreditando na potência de uma casa de memória então inexistente, mas que abrigará suas palavras e estará aberta para

outras gravações.

Eu acredito que a nossa história, nós mesmas vamos ver daqui uns quatro anos, se não tivermos ido. E coisas que a gente lembrar, que a gente não está lembrando agora, como você falou – refere-se ao pesquisador à sua frente - a gente vai recontar novamente, completar a história e ir montando essa história pedaço por pedaço, pedaço, pedaço....

Nessa aposta, aborda o trabalho da olaria como um artesanato tradicional, em defesa de sua “cultura”, com aspas:

E nessa história da gente, trabalhando com esse tipo de artesanato.... Porque isso é um artesanato, isso é uma coisa que nunca vai acabar, é uma tradição cultural que não acaba nunca.

Desse modo, Osmarina e Lia apostam nos elementos que têm à mão, ou seja, aproveitar o interesse de pesquisadores de patrimônio cultural e se defenderem como parte de uma “tradição cultural”, para assim entrarem em uma categoria que acreditam ser disputável com a Norte Energia na luta por seus direitos. Em seu contexto, para atingir seus objetivos

precisam se conformar às expectativas dominantes em vez de contestá-las. Precisam operar com os conhecimentos e com a cultura tais como são entendidos por outros povos, e enfrentar as contradições que isso possa gerar (CUNHA, 2017, p. 324).

Porém, não obtiveram o resultado esperado.

De acordo com pesquisa realizada em 2016, os “oleiros foram totalmente expropriados de seu território, foram indenizados sem direito ao lucro cessante decorrente da paralisação definitiva do seu ofício” (ROCHA, LIMA, SILVA, 2016, p.76).

A Profa. Dra. Carla Rocha, que participou da pesquisa, relata:

Os oleiros foram empurrados pela Norte Energia a terem que aceitar a indenização pela perda da atividade. O que eles – Norte Energia – propuseram de recomposição para outra área não foi aceito pelos oleiros, pois significava trabalhar semi-industrial, com barro estocado das áreas antigas, em sistema de cooperativa, e distante da cidade (...). (ROCHA, 2018)⁷²

A ideia de fundar uma cooperativa que pudesse trabalhar em outra área dividiu a

⁷² A Profa. Dra. Carla Rocha autorizou o uso destes trechos de mensagem eletrônica enviada para o autor.

opinião dos oleiros, desde a forma em que foi criada até os desdobramentos da negociação com a Norte Energia. Com isso, a maioria acabou aceitando, como solução conjunta, indenizações por terem encerrado suas atividades, que não atenderam à necessidade de todos os atingidos.

O jogo montado pela Norte Energia levava à indenização. Os oleiros, desconfiados da viabilidade da cooperativa e do sistema semi-industrial, defenderam a indenização e preferiram seguir em busca de outras atividades (agricultores, autônomos, construção civil, etc.). (idem)

As olarias do igarapé Panelas não existem mais e a área hoje é propriedade da Norte Energia.

3.3. Jogo montado

O PBA de Belo Monte previu a construção de duas Casas de Memória para abrigar o acervo regional, concentrado em dois dos cinco municípios afetados. Por divergências entre a usina e uma das prefeituras, apenas uma casa foi construída, mas ainda não foi implantada, portanto, não consegue iniciar seu funcionamento. Ao longo da pesquisa e da articulação com os diferentes atores socioculturais da região, ficou claro que não basta o registro do patrimônio e seu armazenamento, se não houver modos da população acessar tal acervo. Por esse motivo, os participantes dos demais municípios insistiram para que fosse descentralizada a cópia desse material, de modo que os cinco pudessem tê-lo em seu território.

Mesmo que isso fosse concedido, o que não aconteceu, ainda assim não alcançaria o ápice de seu potencial enquanto registro de memória, uma vez que muitas das comunidades ali pontualmente registradas foram desagregadas sem o cuidado necessário para uma reagregação posterior. Por exemplo, a preparação e realocação comunal que deveriam ser atendidas como parte do licenciamento ambiental da usina não ocorreram.

Pode-se somar, ainda, a dúvida em relação ao acesso a esse acervo de registros do patrimônio regional, já que a população atingida está pulverizada por cinco municípios e há apenas uma casa de memória, detentora do acervo, localizada em Altamira. Mesmo com a possibilidade de disponibilização de material via internet, questiona-se a viabilidade desse acesso virtual, bem como ao acervo em seu todo e ao espaço expositivo dessa casa.

Não há ainda previsão de políticas públicas voltadas para o transporte de estudantes das escolas da região, por exemplo. O mesmo vale para a previsão da casa continuar a expansão do acervo junto da população, com novas pesquisas, permitindo que Osmarina e outros entrevistados continuem a contar os pedaços de suas histórias. Medidas como estas poderiam ser estudadas e decididas conjuntamente pelo conselho gestor da casa, ainda não instituído, tal como foi desenhado no plano museológico.

Assim, todo o “registro de patrimônio cultural da região” corre o risco de se tornar um acervo isolado de seus geradores e, com isso, o mero registro pode servir apenas como uma espécie de despojo de “bens culturais” dos atingidos, vencidos, exibido pelos vencedores em museus, ou casas de memória. Bens culturais atrelados, do ponto de vista do materialismo histórico, a um legado de horror, já que “nunca há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie” (BENJAMIN, 1985b, p. 225).

Poderia se perguntar qual o real valor desse patrimônio cultural registrado “se a experiência não mais o vincula” a seus antigos detentores (BENJAMIN, 1985c, p.115), uma vez que o modo de vida dos habitantes da região que ele exhibe foi em grande parte alterado de maneira irreversível.

Retomando o caso dos oleiros de Altamira, especialmente os entrevistados no igarapé Panelas, com o impedimento de continuação de seu ofício, seus registros por serem bens culturais estão descolados do contexto de sua existência e, nesse cenário,

a sua história não seria mais do que os resíduos depositados na consciência dos homens pelas coisas memoráveis, mas desprovidas de experiência autêntica, isto é, política (BENJAMIN, 2012, p. 137).

Por fim, o que é relevante para registro e preservação e por quem? Os critérios que embasam a lei sob a qual é possível realizar a pesquisa acima, bem como as diretrizes para o registro de referências culturais e até a própria definição do que é patrimônio cultural brasileiro nesse contexto são definidos pelo Estado. Especialistas podem ser consultados, bem como a população local, mas é do Estado a palavra final sobre a possibilidade de se garantir a preservação de algo, e dele também a decisão se preservação implica em mero registro antes que se destrua o bem ou em sua manutenção para dar garantias de continuidade ao seu usufruto.

Nesse caminho, é possível relacionar a pergunta do parágrafo anterior com algumas das questões de Herzfeld em relação ao Estado grego e suas ações de patrimonialização:

“De quem é a herança e quem toma essas decisões? O Estado pode agir como um guardião para o futuro, ou essa imagem paternalista é simplesmente um disfarce para o uso descontrolado da autoridade burocrática? O que, finalmente, é história - e quem a faz?”⁷³ (HERZFELD, 1991, p. xii)

Como apresentado neste capítulo, no licenciamento de Belo Monte, a população foi convidada a participar da pesquisa. Através de reuniões, pesquisadores e parte dos interessados da população local interagiram de modo a refinar quais seriam os registros a serem feitos. No entanto, não estiveram na elaboração do plano de trabalho, anterior ao início das pesquisas de campo, tampouco dos critérios que levaram à decisão de se realizar gravações em vídeo de histórias de vida como forma de se registrar elementos da memória dos atingidos, ou de se fazer fotografias e vídeos de lugares da paisagem, ou o desenho de plantas das edificações, que aliás contaram com um filtro dos pesquisadores que, por mais que estivessem atentos à escuta dos atingidos, acrescentaram as indicações locais ao escopo preestabelecido de construções de valor histórico e arquitetônico.

Os atingidos foram convidados ainda a colaborar no projeto das casas de memória que abrigariam o acervo da pesquisa. Suas demandas eram tantas que o projeto das casas se converteu em dois centros culturais polivalentes, com espaços de ensaio e apresentação para grupos folclóricos de carimbó, para formação e realização de oficinas diversas. Coincidentemente e com triste ironia, as memórias do extinto ofício dos oleiros de Altamira está no acervo de uma casa de memória planejada em área onde antes houve uma grande cerâmica, conhecida popularmente como Olaria da Reicon, às margens do Rio Xingu.

Aprovado em fóruns legitimados pelos participantes, o projeto foi alterado fora dali pelos responsáveis da usina e a partir de outros critérios, não os de demanda e necessidade, mas os de contenção de despesas e tempo de construção, o que reduziu a proposta inicial e adaptou sua estrutura, lembrando uma vez mais que apenas uma das casas foi construída.

Portanto, os critérios se tornaram ainda mais exóticos. Em outro contexto, assim como os Retheminiots estudados por Herzfeld, os moradores da Transxingu que resolveram questionar e atuar para garantir a preservação de sua história e de elementos culturais regionais, seja por fóruns e acordos constantes do licenciamento, seja defendendo em entrevista que seu trabalho é um ofício tradicional, “acabaram jogando um jogo que não

⁷³ Tradução nossa. No original: “Whose heritage is it, and who makes those decisions? Can the state act as a guardian for the future, or is that paternalistic image simply a disguise for the uncontrolled use of bureaucratic authority? What, finally, is history – and who makes it?”

começaram e cujos termos de referência eles não controlam”⁷⁴ (HERZFELD, 1991, p. xiv).

Figura 25: Casa Regional de Memória (CRM) em Altamira. Na imagem (recorte nosso), a disposição das áreas e edifícios do anteprojeto arquitetônico elaborado a partir das oficinas participativas. Fonte: Paulo Gonçalves / Acervo Scientia Consultoria.

Figura 26: CRM em Altamira. Em vermelho, áreas exóticas à casa incluídas na área pela Norte Energia, a saber: Mercado de Peixe (direita); área de tratamento de esgoto (alto); nova sede da colônia de pescadores (esquerda). Fonte: Paulo Gonçalves / Acervo Scientia Consultoria.

⁷⁴ Tradução nossa. No original, o trecho foi retirado desta frase: “In so doing, however, the Retheminiots have ended up playing a game that they did not start and whose terms of reference they do not control”.

Figura 27: CRM em Altamira. Sem consulta aos atingidos, a versão final para a obra, com alteração e redução de espaços em todas as construções propostas e supressão de uma das edificações, identificada na Figura 25 como “Recepção”, em amarelo. Um antigo “Casarão” que seria restaurado e atenderia às funções administrativas da CRM estranhamente cedeu durante as obras e foi proposta outra construção em seu lugar para atender às mesmas funções. Fonte: Acervo Scientia Consultoria.

4. Rito de passagem ou de barbárie? O licenciamento ambiental de Belo Monte

Não, é que agora mudou muito.

Abimael Palhano Muniz (Seu Maranhão)

Este estudo acontece, antes de outros estímulos, devido a uma usina hidrelétrica em instalação. Neste capítulo, a proposta é discutir o licenciamento ambiental propriamente dito que permeia, determina ou, pelo menos, instiga boa parte das ações realizadas nesse período na Transxingu.

Uma vez que há significativas transformações na vida das pessoas atingidas e que estas passam por um processo de transição entre as condições anteriores e as posteriores de se viver com a instalação de uma usina, seria possível considerar o licenciamento ambiental de Belo Monte como um rito de passagem?

Essa pergunta originou-se anos após a pesquisa de campo, durante a releitura de *Liminaridade e Communitas*, terceiro capítulo de “O Processo Ritual”, de Victor W. Turner. É nele que o autor enfoca sua atenção na fase liminar dos ritos de passagem, definidos por Arnold van Gennep, “como ‘ritos que acompanham toda mudança de lugar, estado, posição social de idade’” e que contêm, de maneira geral, três fases: Ritos preliminares (separação), liminares (margem) e pós-liminares (agregação)⁷⁵ (TURNER, 2013, p. 96).

Na visão de Turner, a primeira fase, de separação, “abrange o comportamento simbólico que significa o afastamento do indivíduo ou de um grupo, quer de um ponto fixo anterior na estrutura social, quer de um conjunto de condições culturais (um ‘estado’), ou ainda a ambos”. Já no “período ‘limiar’ intermédio, as características do sujeito ritual (o ‘transitante’) são ambíguas; passa por meio de um domínio cultural que tem poucos, ou quase nenhum, dos atributos do passado ou do estado futuro”. Por fim, na “terceira fase (reagregação ou reincorporação), consuma-se a passagem”. O sujeito retorna a uma situação estável, recupera direitos e reassume compromissos sociais suspensos durante os ritos (TURNER, 2013, p. 97).

Turner se interessa pela fase liminar (ou ritos de margem) dos ritos de passagem.

⁷⁵ Como adiantado na introdução, utiliza-se neste ponto os termos extraídos de GENNEP, 2013, pg. 30.

Curioso que, ao voltarmos para o texto original, vemos que Gennep já dá destaque para “...a existência das margens, que às vezes adquirem certa autonomia” (GENNEP, 2013, p. 162).

O esquema dos ritos de margem encontra-se, portanto, na base não somente dos conjuntos cerimoniais que acompanham, facilitam ou condicionam a passagem de um dos estágios da vida a outro ou de uma situação social a outra, mas também de vários sistemas autônomos utilizados para o bem das sociedades gerais inteiras, das sociedades especiais ou para o bem do indivíduo. (GENNEP, 2013, p. 158)

Nesses momentos de margem, de liminaridade, liminares também são seus participantes. Para Turner, os “atributos de liminaridade” ou de pessoas liminares

são necessariamente ambíguos, uma vez que esta condição e estas pessoas furtam-se ou escapam à rede de classificações que normalmente determinam a localização de estados e posições num espaço cultural. (TURNER, 2013, p. 98)

Os indivíduos que estão na liminaridade são tratados independente de seu status social, como se nada possuíssem, igualados e devendo obedecer aos instrutores responsáveis pelo ritual. Desse modo, as pessoas submetidas a esse processo podem ser “modeladas de novo, dotadas de outros poderes, para se capacitarem a enfrentar sua nova situação de vida” (idem).

Assim, não é estranho que, tal como nos exemplos trazidos pelo autor, para assumir uma função de comando, a pessoa deva passar antes por momentos de submissão àqueles considerados inferiores ou mais fracos, ou haja rituais voltados para a passagem da infância para a vida adulta.

Vale destacar ainda que tais ritos de passagem são apontados por Turner como centrais na vida social dos grupos por ele estudados, que não estão enquadrados no modelo de sociedade classificada por ele de pós-revolução industrial europeia. Para aqueles grupos, “as crises da vida proporcionam os ritos nos quais, ou por meio dos quais, são reestruturadas, às vezes drasticamente, as relações entre posições estruturais e ocupações de tais posições” (TURNER, 2013, p. 162).

Assim, a vida social seria “um tipo de processo dialético”, composta pela alternância, ou “experiência sucessiva” de momentos de estrutura e antiestrutura, de alto e baixo, homogeneidade e diferenciação, igualdade e desigualdade. (TURNER, 2013, p. 123)

4.1. Olhando para o licenciamento ambiental

Usina de Belo Monte causa impactos ambientais e sociais em Altamira (PA)
(Manchete do programa jornalístico televisivo “Profissão Repórter”.
GLOBO, 20/07/16)⁷⁶

Um termo comum utilizado em noticiários sobre Belo Monte e outros grandes empreendimentos é Impacto Ambiental. Este e outros elementos ganharam definição em leis e regulamentações federais, como as resoluções do Conama. O Conama, Conselho Nacional do Meio Ambiente, é um colegiado representativo composto por cinco setores, classificados em órgãos federais, estaduais e municipais, empresarial e sociedade civil. É desse conselho a competência, entre outras, de estabelecer normas e critérios para o licenciamento ambiental.

Para este conselho, em sua Resolução 1/86:

Art. 1º (...) considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II - as atividades sociais e econômicas;

III - a biota;

IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V - a qualidade dos recursos ambientais. (CONAMA, 1986)

À primeira vista, tal definição pode ser confundida com a de poluição. De modo a esclarecer que impactos ambientais não necessariamente são ocasionados por poluição, inclui-se aqui a definição largamente aceita na área ambiental de que impacto ambiental é a “alteração da qualidade ambiental que resulta da modificação de processos naturais ou sociais provocada por ação humana” (SANCHEZ, 2008, p.32).

Essa abordagem abarca a noção de meio ambiente como sendo amplo, multifacetado e maleável.

Amplo porque pode incluir tanto a natureza quanto a sociedade. Multifacetado porque pode ser apreendido sob diferentes perspectivas. Maleável porque, ao ser amplo e multifacetado, pode ser reduzido ou ampliado de acordo com as necessidades do analista ou os interesses dos envolvidos. (SANCHEZ, 2008, p. 18)

⁷⁶ Disponível em <http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2016/07/usina-de-belo-monte-causa-impactos-ambientais-e-sociais-em-altamira-pa.html>. Acesso em 21 de março de 2018.

O Ministério do Meio Ambiente, apresenta resumidamente o licenciamento ambiental como “uma obrigação legal prévia à instalação de qualquer empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente” (BRASIL. <<http://www.mma.gov.br/governanca-ambiental/licenciamento-e-avalia%C3%A7%C3%A3o-ambiental/item8225>>. Acesso em 13 ago. 2018.).

Na prática, existem diferentes procedimentos de licenciamento para diferentes tipos de empreendimento. Para se executar um empreendimento de grande porte, um megaprojeto⁷⁷, é necessário passar por um processo de licenciamento ambiental trifásico, composto por licença prévia, licença de instalação e licença de operação. A resolução Conama 237/97 apresenta assim tais licenças

Art. 8 - O Poder Público, no exercício de sua competência de controle, expedirá as seguintes licenças:

I - Licença Prévia (LP), na fase preliminar do planejamento de atividade, contendo requisitos básicos a serem atendidos nas fases de localização, instalação e operação, observados os planos municipais, estaduais ou federais de uso do solo;

II - Licença de Instalação (LI), autorizando o início da implantação, de acordo com as especificações constantes do Projeto Executivo aprovado; e

III - Licença de Operação (LO), autorizando, após as verificações necessárias, o início da atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle de poluição, de acordo com o previsto nas Licenças Prévia e de Instalação. (CONAMA, 1997)

No licenciamento ambiental brasileiro, dependendo do tipo, porte e localização do empreendimento, pode ser solicitado algum tipo de Estudo Ambiental⁷⁸. De acordo com a resolução Conama nº 237/97.

Inciso III - Estudos Ambientais: são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsídio para a análise da licença requerida, tais como: relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental preliminar, diagnóstico

⁷⁷ “Definimos megaprojetos, grosso modo, como projetos que transformam paisagens rápida, intencional e profundamente, de modos claramente visíveis, e requerem a aplicação coordenada de capital e poder estatal” (GELLERT e LYNCH, 2003: 15/16, tradução própria). No original, em inglês, “We define megaprojects broadly as the projects which transform landscapes rapidly, intentionally, and profoundly in very visible ways, and require coordinated applications of capital and state power”. Os megaprojetos mais comuns são estradas, ferrovias, portos, barragens, empreendimentos minerários, intervenções urbanas de larga escala, plantations, distritos industriais, etc. (CALDARELLI, 2011, p.13)

⁷⁸ Tais como o Relatório Ambiental Preliminar (RAP) e o EIA-RIMA. A vinculação entre os Estudos Ambientais aparece em diversos pontos da legislação brasileira, incluso o inciso IV do artigo 225 da Constituição de 1988, além do Decreto 99.274/90, que regulamenta a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), sem contar as inúmeras resoluções Conama, como a 6/1987 e a 237/1997. Em legislação posterior ao período aqui analisado, destaque para a Portaria Interministerial 60/2015.

ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada e análise preliminar de risco. (CONAMA, 1997)

Especificamente para barragens, a Resolução nº 6 de 1987 explicita:

Art. 4º - Na hipótese dos empreendimentos de aproveitamento hidroelétrico, respeitadas as peculiaridades de cada caso, a Licença Prévia (LP) deverá ser requerida no início do estudo de viabilidade da Usina; a Licença de Instalação (LI) deverá ser obtida antes da realização da Licitação para construção do empreendimento e a Licença de Operação (LO) deverá ser obtida antes do fechamento da barragem. (CONAMA, 1987)

Os tais estudos de impacto ambiental são, de acordo com esta resolução, necessários para que se obtenha a Licença Prévia (LP) e estão organizados em três grandes áreas: meio físico, composto por água, ar, relevo, solo e afins; meio biótico que engloba fauna, flora e ecossistemas; meio antrópico, composto por elementos humanos como a cultura, a economia e a sociedade.

Para cada licença, caso sejam aprovados os requisitos da fase anterior, são solicitados elementos novos. Para a LP, o EIA-RIMA é um deles. Para a Licença de Instalação (LI), um plano básico ambiental (PBA) faz-se necessário. Nos termos da legislação, caso uma das fases não cumpra algum requisito, o licenciamento pode ser interrompido temporariamente ou definitivamente.

É no PBA que constam, a partir dos diagnósticos contidos no EIA-RIMA, as medidas necessárias para compensar ou mitigar (reduzir) os impactos ambientais negativos, bem como medidas para potencializar ou viabilizar os positivos, quando existem. Para exemplificar com a usina de Belo Monte, os programas que iniciaram as pesquisas de campo das quais usufrui esta dissertação de mestrado (programas 9.1.1 e 9.1.2) foram exigidos no PBA como compensação ambiental.

Os EIA-RIMA e o PBA que compõem esse licenciamento são considerados documentos oficiais e públicos, a serem levados em conta na tomada de decisão do Estado em relação à aprovação ou rejeição do empreendimento estudado e aos direitos e deveres dos envolvidos.

Um esquema simplificado possível da sequência de licenciamento trifásica é o representado a seguir:

Figura 28: Esquema simplificado do processo de licenciamento ambiental trifásico no Brasil. Fonte: Carlos Gimenes, 2018.

Uma ressalva é importante. A necessidade de tais procedimentos é aqui considerada tal como a legislação federal⁷⁹ vigente durante o licenciamento da usina de Belo Monte determinava. Esta ressalva tem em vista as alterações a que vêm sendo submetidas tanto as leis quanto as instruções normativas e demais regulamentações referentes ao tema nos anos que sucederam a licença de instalação da usina.

A obrigatoriedade deste tipo de licenciamento em âmbito nacional, aplicada para Belo Monte, é embasada na Lei 6.938/81 (BRASIL, 1981)⁸⁰ e em resoluções do Conama, pontualmente aqui citadas. Em soma, independente das alterações da legislação ambiental brasileira dos últimos anos, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) cita, em diferentes pontos, a garantia pelo Estado de direitos sociais e humanos, de bem-estar e de proteção e preservação do meio ambiente, tal como no artigo 225.

⁷⁹ Lembrando que estados e municípios também têm legislações ambientais próprias, complementares à federal. Sobre legislação posterior, destaque para a Portaria Interministerial 60/2015, já citada, além da Lei Complementar 140/2011, que alteraram aspectos do processo tal como ocorria anteriormente, mas não foi adotada na usina de Belo Monte, aqui em questão. Há uma discussão sobre a regulamentação referente ao patrimônio cultural no capítulo 3.

⁸⁰ Revista e regulamentada pelo Decreto 9.274/1990.

Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

(...)

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; (BRASIL, 1988)

Considerando a usina de Belo Monte, o empreendimento foi submetido ao esquema de licenciamento trifásico para conseguir sua aprovação e atual funcionamento. Neste sentido, a partir do prescrito em documentos oficiais, uma série de acontecimentos deveria ocorrer de forma a garantir a sua viabilidade, com um protocolo executivo a ser seguido.

As pessoas consideradas como atingidas ou influenciadas pela construção e funcionamento da usina deveriam ser escutadas durante os estudos de viabilidade e atendidas pelos diferentes programas do PBA. Como atingidas, todas as pessoas seriam tratadas por procedimentos especiais, levadas em conta suas especificidades. Por exemplo, alguns moradores das ilhas do rio afetado teriam especificidades distintas de moradores de localizações urbanas, ou de habitantes de aldeias indígenas, assim como atingidos que viviam da pesca necessitariam de medidas distintas às de oleiras que coletavam o barro da beira de igarapés afluentes desse rio para a produção de tijolos. Tendo em consideração suas diferenças, todos partilham do princípio da igualdade, merecendo atenção ao longo do licenciamento independentemente de sua classe social, gênero, etnia, etc.

Do ponto de vista oficial, se no presente momento a usina hidrelétrica está em funcionamento, isto significa que o consórcio por ela responsável cumpriu todo o processo de maneira satisfatória e recebeu pareceres favoráveis do Estado para continuar, obtendo todas as licenças (LP, LI e LO⁸¹). As pessoas atingidas pelo empreendimento foram atendidas por outras pessoas – com formação para lidar com os diferentes assuntos vinculados ao PBA – que foram para suas residências ou as convidaram para atividades públicas em locais especialmente preparados para determinada função.

Como em um rito de passagem, pode-se dizer, então, que as pessoas atingidas teriam sido deslocadas de uma condição inicial; passando por um período transitório, liminar, em

⁸¹ Para Belo Monte, especificamente estas licenças – ver também a nota de rodapé 10 – foram emitidas com a seguinte identificação: Licença Prévia nº 342/2010, onde constam 40 condicionantes para sua validação; Licença de Instalação nº 795/2011; Licença de Operação nº 1317/2015.

que teriam sido preparadas e realocadas para condições de vida iguais ou melhores às anteriores, de modo a terem garantidos seus direitos mesmo que não morem ou trabalhem como e onde o faziam até então; e enfim sido reagregadas às condições de moradia e sobrevivência, devidamente instaladas e prontas para assumir essa nova fase de vida social e individual. Esse raciocínio vem em consonância com o PBA da usina que, por exemplo, em seu Projeto de Reassentamento Urbano, se propõe a “garantir aos atingidos condições de moradia e produção minimamente iguais e, preferencialmente melhores, das que dispunham antes da implantação do empreendimento” (NORTE ENERGIA S. A., 2010, p. 83 apud SILVA, et al, 2016)⁸².

Poderia haver uma analogia ideal entre as fases dos ritos de passagem descritas por Gennep (2013) e o licenciamento ambiental brasileiro, tal como o esquema a seguir.

Figura 29: Comparação entre os modelos trifásicos de um licenciamento ambiental brasileiro segundo a legislação vigente e os ritos de passagem segundo Arnold van Gennep. Fonte: Carlos Gimenes, 2018.

4.2. Tensionando a descrição

Se Clifford Geertz, um dos antropólogos que fazem a virada performativa, nos anos 1970, se propõe a fazer uma “descrição densa” em que seja possível diferenciar um piscar de olhos de uma piscadela marota, Walter Benjamin, que também encontra na vida social, em suas histórias e culturas, textos a serem lidos, procura, nas imagens dialéticas, uma “descrição tensa” (tension-thick description) – carregada de tensões – capaz de produzir nos

⁸² NORTE ENERGIA S.A. Plano Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, 2010.

leitores um fechar e reabrir dos olhos, uma espécie de assombro diante de um espantoso cotidiano – um despertar. (DAWSEY, 2013, pg. 291)

Walter Benjamin alerta para a necessidade de se “escovar a história a contrapelo”, uma vez que a história oficial geralmente é contada a partir da visão dos vencedores de turno e não dos vencidos. (BENJAMIN, 1985b, pg. 225)

Partindo dessas duas provocações, a de Benjamin e a de Dawsey, é possível estranhar e reinterpretar o contexto, o que consta na legislação e documentos de licenciamento, em contraste com outros documentos desconsiderados até então – inclusive outros oficiais – e, principalmente, com o que surge das entrevistas de história de vida dos atingidos gravadas durante a construção da usina.

4.2.1. ...têm que fazer as condicionantes, nem que ninguém use.

CG- E vai ficar uma comunidade⁸³ ali? Vão deixar aquela área construída?

AM- Vão deixar... porque a tendência é daqui quatro, cinco anos, se não tiver mais ninguém, acabar em nada, ficar lá.

CG- Mas os vizinhos daqui vão sair.

AM- O que tá escrito é isso. Que vai sair tudo.

CG- Então para que vai servir aquela comunidade mais para frente?

AM- Hoje... é o que acabei de falar naquela hora para vocês (antes do começo da gravação, enquanto mostrava o local para a equipe de pesquisa). É o fulano falar de elefante branco. Tem uma bem aqui na... onde vocês vão passar, tem umas casas brancas de alvenaria, lá na frente. É a comunidade Vila Rica. Era assim de gente, cacau, saiu tudo. Tem um colégio do tamanho desse aí sem ter um aluno lá, que eles terminaram de fazer. E esse nosso aí vai ficar do mesmo jeito.

EC- E o senhor falou que esse colégio foi construído por quê?

⁸³ No contexto desta parte da entrevista, “comunidade” é utilizada como lugar comunal. O termo nativo é utilizado tanto para tratar do agrupamento de pessoas, como do espaço comunal que elas usufruem, composto de igreja, barracão, quadra, etc. Por mais distante que esteja o morador, ele pode se identificar com aquela comunidade (agrupamento) e, por isso, utilizar aquela comunidade (espaços comunais).

AM- Por causa das condicionantes. Porque eles batem o pé de que têm que fazer as condicionantes, nem que ninguém use. Aí vão construindo.

A sequência acima carrega uma crítica de Abimael Palhano Muniz, Seu Maranhão, ao que foi recentemente construído no espaço comunal de São Francisco das Chagas pela Norte Energia, mas que é pouco usufruído naquele presente – outubro de 2012 – e não terá uso em um futuro “que está escrito” também pela Norte Energia, em que a comunidade de vizinhos não existirá mais, salvo talvez pela manutenção de alguns poucos moradores, que ainda têm como incerta sua permanência. Uma medida compensatória – a construção daquela escola – que condicionaria a licença ambiental, não carrega aqui efetividade de uso, exceto cumprir uma quantidade abstrata de escolas a serem construídas, descolada da realidade.

Não distante dali, um vizinho que diz ter sido favorável à chegada da usina de Belo Monte, Isaías Pereira Alves, apresenta desacordo com o modo como as compensações estão ocorrendo.

IA- ... essa estrada nova aí, vocês passaram e viram essa estrada nova que tem bem aí. Essa estrada cortou três lotes meus.

(...)

Quando eles fizeram o levantamento dos lotes, ficando um lote para lá e três para cá, eu pensei que era um projeto da Norte Energia. Aí eu não fiz questão, entrei com eles em acordo. (Isaías relata uma conversa e a primeira frase, aqui entre aspas, é dele) “Se vocês querem fazer a estrada, beleza”. (Na sequência, também aqui entre aspas, Isaías traz o que seria a resposta de algum funcionário da NES) “Não, nós vamos indenizar um lote, Sr. Isaías. Vamos indenizar um lote de fora a fora. Aí, você fica com um para lá e os outros para cá e um a empresa vai comprar, vai pagar”. Mas, passado um ano depois que eles fizeram o levantamento, eles resolveram não tirar mais o lote, não indenizar mais o lote. Resolveram cortar três lotes assim, no meio, lá em cima da minha benfeitoria. Eu fui e falei ‘não, eu não aceito’.

(...)

‘Eu aceito o seguinte, ou vocês indenizam os três lotes, ou a gente joga a estrada na divisa, que tem um lugar muito bom na divisa. A gente joga a estrada na divisa e vocês ficam com a estrada e eu fico com as minhas terras todas livres para cá. Inclusive, vocês vão ter que fazer só 500 metros de cerca’. Aí fui lá e combinei com o Dr. Camilo e com o Dr.

Arlindo, que era o advogado. Vieram, cortaram o pique, mas como que lá...

Isaías explica que, depois do acordo, a empresa calculou o preço da indenização dos lotes, superior a R\$1 milhão. De forma unilateral, refez os cálculos e a localização da obra, de modo a passar a estrada cortando três lotes em área menos custosa de indenização, R\$47 mil.

Eles fizeram a estrada por ali. Está aí a abertura, estragaram minha pastagem todinha, represa que eu tinha, mataram tudinho, acabaram tudinho, por R\$47 mil. Aí eu não aceitei, me jogaram na justiça. Está na justiça, não me deram nenhum tostão. Está na justiça até hoje.

Conforme citado no capítulo 1 desta dissertação, esta é a mesma estrada que teria acabado com a água do local. Na sequência, o desacordo ganha novas cores. Por que prejudicar, propor uma opção ruim como única para o atingido e processar juridicamente quem estava de acordo e apoiando a usina?

IA- (...) eles processaram nossos três lotes na justiça, sem mais nem menos. Toda a vida nós fomos a favor da empresa, da Norte Energia. Fomos a favor da barragem. Nós nunca fomos contra a barragem

MA- Não sei por que eles fizeram essa proposta...

Minutos depois na mesma entrevista, Maria Alves avalia que, sem o apoio de seu marido, não haveria a estrada e, consequentemente, o problema que enfrentam atualmente.

MA- E aqui, quase ninguém era a favor do pessoal da Norte Energia entrar neste Travessão. Só aqui em casa o Isaías que era a favor e o Seu Sisalto ali que era a favor. As pessoas que eram chegadas a esse povo da Norte Energia só eram eles. Agora, os outros vizinhos, quase todos eram contra. Inclusive pela amizade que o Isaías e o seu Sisalto tinham com o pessoal da Norte Energia que os outros foram chegando, foram controlando e foi quando deixaram eles entrarem. Se fosse pelos outros vizinhos, essa estrada não existia e, se não existisse essa estrada, nós estávamos livres desse sufoco aqui, sofrendo, sendo que eles não querem pagar o nosso direito.

Direito que Isaías vê invalidado no discurso e nas ações dos funcionários da NESA.

IA- Toda a vida a gente foi de acordo com eles, mas o que acontece conosco hoje é isso aí. Está na justiça, não paga e está tudo aberto aí, ó. De fora a fora, o gado está todo esparramado e ninguém nem sabe onde está. (...). Já matou a melhor vaca de leite que eu tinha, pertinho dela parir. O carro bateu nela no meio da estrada e a coitada morreu. (...) E

eles não estão nem aí com nada de ninguém não. A gente não está contra a Norte Energia e nem eu quero questionar a Norte Energia, contra a empresa porque, o que eles alegam com a gente é que isso é uma obra do governo: se nós aceitarmos, eles fazem e se nós não aceitarmos, eles fazem do mesmo jeito. Então nós não temos nenhum direito, nenhum direito. E nenhuma justiça, só se for a divina. É esse aí que é o problema...

Considerando esse depoimento na mesma constelação de uma discussão do capítulo anterior, o conhecimento dos moradores da comunidade em relação às melhores opções de intervenção na área foi ignorado ou, de certo modo, definido como “conhecimento tradicional”, em oposição e inferior ao conhecimento dos responsáveis pelas obras da usina, que por sua formação profissional e seu cargo, detêm a palavra final e a tomada de decisão. Ignoram a “experiência direta”, como trata Cunha:

(...) na Amazônia, segundo vários autores, é a experiência direta que prevalece. O conhecimento se fundamenta no peso das experiências visuais, auditivas e perceptivas. A sabedoria atribuída a certos anciões e pajés se deve às muitas coisas que teriam visto, ouvido e percebido (...). (CUNHA p. 361)

4.3. O *continuum* do licenciamento ambiental

Analisando o licenciamento ambiental deste e de outros empreendimentos, nota-se que suas propagandas oficiais apresentam sua aprovação como certa, assim também a instalação e a operação, em fluxo contínuo, composto por fases sucessivas em um percurso de progresso ininterrupto e infinito, como a seta que aponta para uma sequência não visível na folha do panfleto informativo do qual foi recortado o fragmento a seguir.

Figura 30: Fragmento extraído de panfleto informativo de um empreendimento de Aproveitamento Hidrelétrico no rio Tapajós. TAPAJÓS, 2014

Junto com a propaganda da usina, termos relacionados ao “progresso” e ao “desenvolvimento” são inseridos no discurso, atrelados a ideias de sustentabilidade e relação harmônica com o meio ambiente, como aparece nos fragmentos 1 e 2, a seguir, extraídos da página da Norte Energia S.A., empresa responsável pela usina de Belo Monte e pelo cumprimento dos deveres de compensação e mitigação contidos nos documentos de seu licenciamento ambiental.

Fragmento 1

Figura 31: Fonte: NESA. Disponível em <http://norteenergiasa.com.br/site>. Acesso em: 9 dez. 2016.

Fragmento 2

29.02.2012

Por que Belo Monte?

Em mais de trinta e cinco anos de debates, a implantação da Usina Hidrelétrica Belo Monte se tornou vital para atender a demanda energética brasileira projetada para os próximos anos. A escolha por Belo Monte representa a manutenção de uma matriz energética limpa, sustentável e segura que, em complementaridade com outras fontes de energia, coloca o Brasil em posição privilegiada no cenário mundial.

Fonte: NESA. Disponível em <http://norteenergiasa.com.br/site/portugues/por-que-belo-monte/>. Acesso em 9 dez. 2016.

Caberia uma nova analogia, agora não tão simples, do processo de licenciamento ambiental de Belo Monte e de outros megaprojetos tal como é apresentado para a sociedade – como um processo linear, com sequências inevitáveis a serem canceladas de qualquer maneira por licenças ambientais que, cedo ou tarde, serão emitidas – e o *continuum* da

história, hipótese teórica em que a humanidade caminha para o futuro e para o progresso de maneira linear e sempre em avanço, de modo interminável e inevitável, “irresistível”.

Essa hipótese é criticada por Benjamin em suas teses. Para o autor, considerar a história como uma linha contínua para o progresso teria sido o equívoco da socialdemocracia alemã, bem como de todos os que assim orientam seu conceito de progresso, não pela realidade, mas por uma “pretensão dogmática” (BENJAMIN, 1994, pg. 229).

Se há uma pretensão dogmática de progresso, o que deveria realmente acontecer caso a usina de Belo Monte não atendesse sua viabilidade técnica não acontece. Seu processo de licenciamento ganhou notoriedade por adaptar, quando não burlar, as leis vigentes. A aprovação de sua licença de instalação foi condicionada a um PBA composto por 40 grandes itens, em uma lista de condicionantes jamais vistas em licenciamentos anteriores.

Para sua instalação ser liberada antes de se garantir todas as exigências dos órgãos competentes, foi criada pelo governo federal, também sem precedentes e à revelia da legislação da época, uma *Licença Parcial de Instalação*⁸⁴, que autorizou o início da construção do canteiro de obras até que fosse emitida, meses depois, a Licença de Instalação (LI) completa para o restante da usina. Quanto à sua operação, foi autorizada mesmo não cumprindo todas as condicionantes obrigatórias durante a fase de instalação do empreendimento.

Em abril de 2017, foi suspensa por ação do MPF a continuação da instalação de 12 das 18 turbinas previstas no projeto aprovado, devido a inconformidades no reassentamento dos atingidos⁸⁵. A operação chegou a ser suspensa pelo não cumprimento das obras de saneamento básico de Altamira, mas foi retomada e, atualmente, a usina conta com a operação das seis turbinas que já estavam instaladas. Considerada de interesse nacional, Belo Monte sobrepôs-se não só a análises de especialistas, como ao Ministério Público e suas ações contrárias à continuidade das obras.

Só uma outra vez eu havia testemunhado Antonia Melo chorar. Ela narrava o dia, no início do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, em que se encontrou com Dilma Rousseff, então ministra de Minas e Energia... A tenebrosa usina do Xingu, que nem a ditadura civil-militar havia conseguido tirar do papel, por conta da enormidade da resistência dos povos indígenas, ribeirinhos e pequenos agricultores, tinha sido colocada de novo em pauta. Antonia estava no grupo de lideranças que viajou até Brasília para se

⁸⁴ Licença Parcial de Instalação nº 770/2011.

⁸⁵ Fonte: ISA, 2017. Disponível em <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/belo-monte-completa-dois-anos-de-operacao-com-licenca-ambiental-suspensa>. Acessado em 05 ago. 2018.

encontrar com Dilma Rousseff. Quando ela começou a expor suas preocupações, Dilma interrompeu-a com um murro na mesa. E um berro: “Belo Monte vai sair”. A ministra, que depois seria presidente, levantou-se, deu as costas a todos e foi embora, deixando-os ali, atônitos. Era o primeiro sinal de que Belo Monte atropelaria todas as leis...

BRUM. http://brasil.pais.com/brasil/2015/09/14/opinion/1442235958_647873.html. Acesso em 9 dez 2016.

O descumprimento das obrigatoriedades previstas no licenciamento foi publicizado de diferentes maneiras em reportagens de veículos de comunicação diversos, além de questionado por 26 Ações Cíveis Públicas (ACPs) contrárias à continuação da implantação da usina e múltiplos documentos científicos, dentre os quais, ressalta-se o “Painel de Especialistas” (SANTOS e HERNANDEZ, 2009), o “Dossiê Belo Monte” (ISA, 2015) e o relatório da SBPC “Expulsão de ribeirinhos em Belo Monte” (MAGALHÃES e CARNEIRO DA CUNHA, 2017).

O Painel de Especialistas, conforme sua apresentação, trata-se de um

(...) estudo crítico realizado por um Painel de Especialistas (pesquisadores de diversas instituições de ensino e pesquisa), com o objetivo de evidenciar para a sociedade as falhas, omissões e lacunas destes estudos⁸⁶ e subsidiar um processo de decisão, que se espera seja pautado pelo debate público - sério e democrático (SANTOS e HERNANDEZ, 2009, p. 10.).

Multiautoral, o volume publicado antes da aprovação oficial de Belo Monte traz alguns consensos entre os especialistas de diferentes áreas que dele participam:

Sobre os estudos (de impacto ambiental)

- Inconsistência metodológica;
- Ausência de referencial bibliográfico adequado e consistente;
- Ausência e falhas nos dados;
- Coleta e classificação assistemáticas de espécies, com riscos para o conhecimento e a preservação da biodiversidade local;
- Correlações que induzem ao erro e/ou a interpretações duvidosas;
- Utilização de retórica para ocultamento de impactos.

Sobre os impactos

- Subdimensionamento da “área diretamente afetada”;
- Subdimensionamento da “população atingida”;
- Subdimensionamento da perda de biodiversidade;
- Subdimensionamento do deslocamento compulsório da população rural e urbana;
- Negação de impactos à jusante da barragem principal e da casa de força;

⁸⁶ Especificamente o EIA-RIMA de Belo Monte.

- Negligência na avaliação dos riscos à saúde;
- Negligência na avaliação dos riscos à segurança hídrica;
- Superdimensionamento da geração de energia;
- Subdimensionamento do custo social, ambiental e econômico da obra.

(SANTOS e HERNANDEZ, p. 11, 2009)

Uma das autoras, Rosa Carmina de Sena Couto, apresentou em 2016, sete anos depois da publicação desse documento, complemento atualizado da análise por ela feita, incluindo os desdobramentos do período de instalação da usina, onde afirma:

O sistema local de saúde não foi preparado para atender a demanda de cem mil pessoas que migraram para Altamira e outros municípios da área de influência direta de Belo Monte; o empreendedor entregou com atrasos as unidades básicas de saúde e hospitais de pequeno, médio e grande porte, condicionantes para mitigar o efeito do aumento da demanda sobre o sistema local de saúde da AID. Entretanto, o hospital de Altamira com 103 leitos sendo 10 leitos de UTI, ainda não está funcionando (COUTO, 2016).

Outro documento a respeito do licenciamento ambiental aqui discutido é o “Dossiê Belo Monte: Não há condições para a Licença de Operação”⁸⁷, realizado pelo Instituto Socioambiental (ISA), que aborda as condicionantes não cumpridas e as consequências do seu descumprimento. Foi publicado em junho de 2015, antes da emissão da LO.

Neste Dossiê, que corrobora com a constatação de Couto na área da saúde, são trazidos dados e sínteses sobre diferentes áreas impactadas. Em relação à infraestrutura de educação, é apontado que, apesar das obras de reforma, ampliação ou construção de salas de escolas, “378 salas de aulas”, dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) “demonstram que a fase de instalação da usina foi marcada por sobrecarga de demanda por vagas no ensino fundamental ofertado no meio urbano, levando a excesso de alunos em sala de aula” (ISA, p. 10, 2015).

Quanto ao programa de realocação urbana, apesar do cadastro inicial de 5141 ocupações consideradas atingidas, não equivaleu ao mesmo número na contratação de construção de casas, previstas 4100 unidades (ISA, p. 12, 2015). Em relação ao meio rural, o que inclui os moradores de beira de rio, segundo dados de janeiro de 2015, 75% das famílias que haviam aceitado algum tipo de proposta de compensação pela perda de sua moradia,

⁸⁷ Disponível em <https://www.socioambiental.org/pt-br/dossie-belo-monte>. Acessado em 18 de junho de 2018. O ISA se define como uma Oscip - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, fundada em 1994, para propor soluções de forma integrada a questões sociais e ambientais com foco central na defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos.

optaram por indenizações em dinheiro⁸⁸, que não permitiram a compra de terrenos em regiões e condições similares de vida e trabalho, especialmente as próximas ao rio, devido aos altos preços estimulados pela especulação imobiliária, influenciada pela chegada da usina na região⁸⁹.

Publicado em 2017, após a aprovação da LO, o Relatório da SBPC⁹⁰ “Expulsão de ribeirinhos em Belo Monte” – focado nos atingidos que viviam na área inundada para formação do reservatório principal, entre a localidade Costa Júnior e a Ilha Pimental, onde hoje está construída a barragem principal – confirma e atualiza os materiais anteriores, em consonância com as falas dos atingidos pela usina. O relatório vem como resultado de levantamentos feitos na região e em resposta à solicitação de apoio de uma procuradora do Ministério Público Federal em Altamira, para que houvesse “um olhar das ciências, para o que ocorrera aos ribeirinhos do Rio Xingu” (MAGALHÃES e CUNHA, 2017, p. 9).

Ao longo do relatório, os estudos identificam inconformidades de toda a espécie. Sobre a realocação de atingidos, destaca-se que:

(...) na maioria das entrevistas foi relatada uma série de violações dos direitos humanos, que vão desde o não cadastramento de alguns núcleos familiares (filhos e agregados que não foram incluídos no cadastro e correspondente reparação) até situações consideradas arbitrárias e extremamente violentas como atearem fogo em casas com os pertences dos moradores em seu interior, desde móveis, eletrodomésticos a itens pessoais, documentos e fotografias. Este tipo de relato foi recorrente... (idem, p. 106)

Dentre as pesquisas realizadas, houve o estudo de PAJs. Como parte das iniciativas de reparação aos atingidos que não se consideraram devidamente compensados, foram abertos Procedimentos de Assistência Jurídica (PAJ) na Defensoria Pública da União (DPU) em Altamira.

Dos 89 PAJs selecionados e analisados, os pesquisadores que participaram do relatório da SBPC apontaram como resultado cinco pontos principais:

(i) a preferência, por parte da NESA, pela indenização em detrimento da reocupação como medida de compensação para o deslocamento forçado das comunidades moradoras da área que viria a ser o reservatório da Usina de Belo Monte;

⁸⁸ NORTE ENERGIA S.A., 7º Relatório Final Consolidado de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes, Janeiro de 2015, 4.1.2. Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias, p. 9.

⁸⁹ Conclusão similar aparece em (SILVA et al, 2016)

⁹⁰ SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. O relatório aqui referido está disponível em <http://portal.sbpnet.org.br/livro/belomonte.pdf>. Acessado em 18 de junho de 2018

- (ii) a ausência de critérios claros, que prejudicaram o reconhecimento da população afetada como comunidade tradicional e a determinação das medidas de mitigação e compensação adotadas;
- (iii) o pagamento de valores de indenização insuficientes para que os deslocados pudessem manter seu modo de vida tradicional;
- (iv) a recorrência de falhas no processo de cadastramento socioeconômico;
- (v) a ausência de medidas específicas para atender grupos vulneráveis como idosos, crianças e pessoas portadoras de deficiência. (ibidem, p.253)

Complementar a essa informação, no dia 13 de março de 2018, já emitida a licença de operação de Belo Monte, a presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Sueli Araújo, declarou a existência de novas famílias atingidas que não haviam sido consideradas pelo licenciamento ambiental e que deveriam ser realocadas. Morando em casas sobre palafitas na área da lagoa gerada pelo barramento do Rio Xingu, cerca de quatro mil pessoas foram incluídas como atingidas pela usina, necessitando, portanto, serem remanejadas⁹¹.

Joana Roque, moradora da beira do Xingu em território hoje pertencente ao município de Brasil Novo, nascida em seringal da região em 1942 e neta de indígenas Juruna, conta da confusão sobre o nível da água e a dimensão da área alagada pela usina:

Rapaz, eles fizeram, botaram aquele marco bem ali, (...). Que eu disse para ele, a água da enchente grande, da enchente mesmo, normal, ela vem aí, ela lavava aqui onde está esse cachorro deitado (aponta para a porta de sua casa). Isso aqui tudo era água. A gente andava porque fazia umas pontezinhas. Tinham umas madeiras serradas (...) e andava por cima. Esse lado aqui alagou todinho, todinho. Aí, eles (funcionários da Norte Energia) foram e colocaram. “Não, vai ser aqui”. Aí eu perguntei para ele “e se a água chegar?”. Ele disse “não, daí ela não passa não, que aí a gente abre as comporta e a água desce, não vai alagar aí”. Eles me falaram assim.

Outro nascido em seringal, no ano de 1941, filho de cearenses, Sebastião Rodrigues da Silva, conhecido como Sabá, reforça o argumento como conhecedor pela “experiência direta” e estranha os marcos fincados por funcionários da usina em seu lote. Pela sua lógica, se a água chegasse ali, Altamira seria bem mais alagada do que o prometido nos estudos.

⁹¹ Fonte G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/ibama-reconhece-familias-que-vivem-em-altamira-como-atingidas-pelas-obras-de-belo-monte.ghtml>. Último acesso em 21 de março de 2018. As cotas máxima e mínima estabelecidas pelos técnicos da usina não competem à realidade, conforme demonstram as falas dos atingidos e, em estudo posterior, os dados da SBPC (MAGALHÃES e CUNHA, 2017, p. 153 a 156)

O que eu digo aqui... esse rio eu conheço das bocas às cabeceiras e ele não é rio que dá um estirão para ser certo. Ele é toda vida assim (Inclina o antebraço, indicando que o local de sua casa é mais alto que a sede de Altamira) (...). Quando essa água for nos atingir aqui, ela tem que nivelar lá embaixo. Então, da distância que tem de lá para cá, Altamira não tem mais nada.

Os exemplos de inconformidades se multiplicam em outros empreendimentos espalhados pelo Brasil, conforme corroboram depoimentos de atingidos, documentos e pesquisas diversas. O mesmo ocorre em outros países. Não à toa, em guia publicado pela International Association for Impact Assessment (IAIA) a respeito de procedimentos na avaliação de impactos sociais, ao tratar da participação pública, afirma-se que, “na maioria dos procedimentos obrigatórios, (...) o chamado processo participativo raramente faz mais do que tentar legitimar resultados pré-determinados ou em conformidade com requisitos regulamentares de uma maneira superficial e automática” (VANCLAY et al, 2015, p. 20)⁹².

Com esses dados, pode-se colocar em xeque o discurso de progresso presente em empreendimentos como este. “É esse o ponto em que o positivismo fracassa, porque, na evolução da técnica, só foi capaz de reconhecer os progressos da técnica, não os retrocessos da sociedade” (BENJAMIN, 2012, p.135).

4.4. Quadrados em círculos: Retomando a pergunta inicial deste capítulo

Reunindo os elementos acima apresentados e tensionando a descrição com um olhar crítico para além dos dados oficiais, podemos considerar que a analogia entre rito de passagem, tal como considera Turner, e o licenciamento ambiental brasileiro, especialmente o da usina de Belo Monte, aparenta ser um encaixe preciso de peças, mas apenas se considerado o discurso oficial do Estado e a legislação vigente. Em tal discurso, a usina é apontada como necessária para o avanço nacional rumo ao progresso e o licenciamento ambiental como um meio técnico e eficaz para garantir direitos e deveres ao longo desse avanço.

Uma vez aplicada à realidade, tal analogia contém desencaixes. Desvelada a aparência, seria o mesmo que pegar um brinquedo de encaixar e tentar forçar a inserção de um quadrado em um espaço circular, ou até inserir um círculo menor em um espaço quadrado maior, ignorando os ângulos que sobram vazios.

⁹² Tradução nossa.

De aparência central, como os ritos de passagem descritos por Turner, o licenciamento ambiental é na realidade tratado como secundário e marginal, o que fica visível, entre tantos acontecimentos, no murro e na fala da então Ministra de Minas e Energia e posteriormente Presidente da República que levou a cabo a conclusão da usina a despeito de seus problemas.

Apresentado como eficaz, no entanto, esse licenciamento ambiental poderia ser considerado como uma passagem distorcida e às margens, que inclui um processo de transição e mudanças para uma nova fase. Independentemente de ser rito ou não, apresenta-se como um importante momento transitório, liminar e repleto de tensões. Onde deveria prevalecer a preparação para o que viria – a usina hidrelétrica em si, o aumento populacional, as dezenas de milhares de trabalhadores da obra, os impactos diversos, a necessidade de realocação, etc. - e a mediação de conflitos, há uma balança que pesa desfavoravelmente para os atingidos, parte marginal da sociedade que o atravessa.

Se nos afastarmos dos documentos oficiais e os estranharmos, encontramos elementos que mostram que o licenciamento de Belo Monte não é uma exceção à regra geral por não atender ao prescrito legalmente. Ao contrário, e como bem nos reforça Benjamin, a “tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade a regra geral” (BENJAMIN, 1985b, p. 226) e, neste contexto, o interesse dos atingidos por Belo Monte é sobreposto pelo interesse de quem constrói e opera a usina, que diz trabalhar para o progresso, tal como os construtores de outras tantas usinas e demais megaprojetos.

5. Apontando arestas

5.1.

Sobre o *continuum* da história e o conformismo com o progresso, é possível extrair aprendizados da Transxingu atingida por Belo Monte e das teses XIII e XI de Walter Benjamin – na tradução utilizada em Löwi (2005).

“O progresso, tal como ele se desenhava na cabeça dos socialdemocratas, era, primeiro, um progresso da própria humanidade (e não somente das suas habilidades e conhecimentos)” (LÖWI, 2005, p.116). Esse raciocínio conflui ao criticar progressistas por adotarem esse conceito indiscriminadamente, que sob uma ótica positivista, “só quer se aperceber dos progressos da dominação da natureza, mas não dos retrocessos da sociedade” (LÖWI, 2005 p.100).

Belo Monte é um exemplo de dominação da natureza, desvio de curso de águas, construção de barragens suntuosas e belas em sua magnitude, resultando em geração de energia e mudanças drásticas nada belas nas vidas ao seu redor.

Ele era, em segundo lugar, um progresso interminável (correspondente a uma perfectibilidade infinita da humanidade). Em terceiro lugar, ele era tido como um progresso essencialmente irresistível (como percorrendo, por moto próprio, uma trajetória reta ou em espiral). (...) A representação de um progresso do gênero humano na história é inseparável da representação do avanço dessa história percorrendo um tempo homogêneo e vazio. A crítica à representação desse avanço tem de ser a base crítica da representação do progresso em geral (LÖWI, 2005, p.116).

A linha do licenciamento ambiental se parece com essa representação de progresso. Não à toa, pois é oriunda de uma mesma lógica. Aparenta percorrer um solo homogêneo e vazio, ignorando pessoas e impactos ambientais, com o lema do progresso tal como o dos socialdemocratas pendurado no horizonte.

5.2.

O autêntico — o selo da origem nos fenômenos — é objeto de descoberta, uma descoberta que se relaciona, singularmente, com o reconhecimento.

A descoberta pode encontrar o autêntico nos fenômenos mais estranhos e excêntricos, nas tentativas mais frágeis e toscas, assim como nas manifestações mais sofisticadas de um período de decadência. (BENJAMIN, 1984, p. 68)

Na alegoria do canteiro de obras, as crianças, “menos empenhadas em reproduzir as obras dos adultos”, reconhecem algo nos produtos residuais e brincam com diferentes materiais, criando entre eles “uma relação nova e incoerente” (BENJAMIN, 2002, p. 103-104). Em atenção aos detalhes, de maneira densa como nas piscadelas destacadas por Clifford Geertz ou, indo além em um passo mais tenso e dialético como o de Walter Benjamin, surgem elementos de compreensão da regra, a partir da exceção.

De acordo com os documentos oficiais considerados válidos pelo Estado, a usina de Belo Monte cumpriu o necessário para poder operar. Na Transxingu atingida por ela, a vida em comunidade foi desagregada sem que se tomassem medidas adequadas, de modo a evitar ou reduzir impactos dessa ordem. Se a lista de checagem do licenciamento ambiental apresenta conformidade para o Estado aprovar a operação da usina, frases em meio às narrativas dos atingidos, pessoas não ouvidas devidamente nesse processo em que elas deveriam decidir e não só acatar, levantam suspeitas sobre essa conformidade.

Seja com elementos concretos de sua realidade e a partir de sua experiência direta, seja com dizeres mais subjetivos como os seguintes, as falas dos atingidos geralmente são relegadas às margens do licenciamento e passam despercebidas em uma planilha de cálculos.

A minha nação vai desbandalhar. Isaías Caldeira Alves.

Hoje, já está esfarelado. Adão Pereira de Souza.

Era uma coisa linda. Acabou tudo. Abimael Palhano Muniz, Seu Maranhão.

A gente fica meio sentido dos amigos irem embora e a gente aqui, não sabe o que vai acontecer com a gente. José Victorio Moscon.

5.3.

AM⁹³- (...) *eu sempre digo para minha mulher, “nunca mais na vida eu vou ter o sossego que eu tenho aqui, que nós temos hoje”. Eu sinto dentro de mim que não tem. Não tem! Criar dois filhos igual estou aqui com a mulher. Estou aqui sem vizinho, sem nada, mas eu vivo tranquilo.*

EC⁹⁴- *O senhor gosta daqui.*

AM- *Eu gosto daqui. Eles vêm aqui e me procuram: “O senhor gosta daqui? Eu gosto daqui”. Eu morei aqui 14 anos sozinho nunca tive rivalidade com ninguém, trouxe minha família, está junto comigo hoje, mas estou sentindo o peso do tanto de comunidade lá de onde vocês entraram, daquela boca de estrada, até onde está esse desbravamento de máquina, tudo morava gente, era fazenda de cacau de muitas toneladas.*

As imagens do passado em que Seu Maranhão vivia tranquilo na comunidade São Francisco das Chagas se misturam à do presente em que as máquinas e “peões” o perturbam durante a instalação da usina de Belo Monte. Com um futuro que é ao mesmo tempo certo – em documentos oficiais – e incerto – na ação cotidiana e discursos de funcionários da usina – ali é o melhor lugar para se viver, mesmo assim.

“Este é o meu lugar. Se eu tiver que sair daqui, vão me tirar”. A afirmação vem junto com a resposta sobre ser ali onde mais gostou de viver, dentre todos os lugares em que já esteve – da fazenda no Médio Mearim, onde viveu desde criança; os lugares em que garimpou, das Guianas ao centro-oeste do Brasil; além do primeiro lote em que se instalou na Amazônia paraense, até mudar para onde está a comunidade.

AM- *Este é o meu lugar. Se eu tiver que sair daqui, vão me tirar. Vão tirar... como eu falei para os coordenadores da Norte Energia, “eu não vou sair nunca daqui onde eu estou. Vocês vão me tirar”. Vão ficar toda a vida com esse peso na consciência, que me tiraram de onde eu não queria sair e me mandaram para onde eu não queria saber e até hoje não sei. “E nem vocês sabem para onde mandam o povo”. Tiram e pagam e “vão por aí caçar um lote para viver”. E não era isso que eu queria (...).*

⁹³ Abimael Palhano Muniz, o Seu Maranhão.

⁹⁴ Elisângela Cordovil, uma das entrevistadoras.

5.4.

O Estado sanciona uma imagem de ordem – para aqueles que o observa, esta imagem é a do próprio Estado e nele está contida – e ela é que governa a sociedade. (GEERTZ, 2000, p.48)

Não há clareza nos poderes deliberativos e consultivos do processo de licenciamento ambiental brasileiro, não só o de Belo Monte. É o que defendeu Fabiana Severi (informação verbal)⁹⁵ em debate sobre participação social, democracia e judicialização na avaliação de impactos ambientais, em 2016. Segundo ela, nesse cenário de incertezas, ainda assim a sociedade civil aposta que o que for dito e registrado como conteúdo de conselhos e audiências públicas será seguido à risca pelos órgãos do Estado, que na prática não tem essa obrigatoriedade, o que apontaria para uma fragilidade jurídica do licenciamento ambiental.

5.5.

Em Vitória do Xingu, durante a instalação da usina de Belo Monte, reuniões participativas com membros da população propuseram a construção de uma casa regional de memória, prevista no licenciamento da obra, dando um novo uso para uma construção simples, mas de importância histórica para os moradores dali, por ter sido a casa de um famoso seringalista e antiga sede da prefeitura. Pequena para os propósitos da construção exigida, a casinha seria aliada a uma construção nova, ao lado, e garantiria a proximidade com o rio e o acesso a quem por ele viesse, como também a quem chegasse pela estrada originada em Altamira.

Meses de proposições, desenhos arquitetônicos e aprovação dos demais municípios, ceifados por uma ação arbitrária do então prefeito de Vitória do Xingu, que decidiu ignorar todo esse processo – pelo qual participava por meio de seus secretários – demolir a antiga casa e gramar o local. Como proposta alternativa, queria construir a poucos metros dali um grande e circular planetário, cujo primeiro andar poderia ser parcialmente cedido para as funções da casa de memória. Decisões arbitrárias sobrepostas, que mudavam ao sabor do vento, reuniram argumentos e documentos suficientes para que a empresa responsável pela usina conseguisse liberação do órgão fiscalizador federal e que nada fosse construído, uma

⁹⁵ Profa. Dra. Fabiana Severi, em debate no dia 12 de outubro de 2016 do 3º Congresso Brasileiro de Avaliação de Impacto (CBAI).

vez que a prefeitura obstruía prazos e possibilidades concretas. A população interessada, que antes decidia, não voltou a ser consultada. Acabaram “jogando um jogo que não começaram e cujos termos de referência eles não controlam” (HERZFELD, 1991, p. xiv, tradução nossa).

5.6.

Foi com selvagem ironia que Karl Marx ridicularizou a língua do mercado capitalista, no qual o valor e a geração do lucro se encerravam não apenas no santuário do contrato entre a mão-de-obra assalariada com o capital, mas também no discurso do ‘fetichismo das mercadorias’, um discurso que, na medida em que sugava a vida dos seres humanos, envolvia-se com a produção e troca de mercadorias, de tal modo que revestia essas mercadorias de uma força vital espiritual, mistificando-a, quando não dominando seus criadores. Tratava-se de uma língua diabolicamente maliciosa, na qual os significantes se tornavam significados. (TAUSSIG, 1993 p.82)

Michael Taussig recorre à análise de Marx em relação ao fetiche da mercadoria para falar de um “fetiche da dívida” na extração da borracha em Putumayo, Colômbia, por volta de 1910, que permitia seres humanos endividados serem vendidos como escravos para outros seres humanos que, com isso, assumiriam o pagamento do débito, alegando em discurso que não compravam o humano, mas a dívida, o que seria aceitável.

Nesse sentido, seria possível tratar de um “fetiche das condicionantes”, ou “fetiche das medidas de compensação e mitigação” no licenciamento ambiental. Tais medidas são determinadas por um órgão estatal para que uma empresa ou consórcio – seja privado, público ou misto – interessado em construir algo, as execute visando sanar ou amenizar problemas no local de sua futura construção. Uma vez executadas, o empreendedor está livre para construir e operar seu empreendimento.

Em um dos muitos exemplos, as escolas exigidas pelo Estado para autorizarem Belo Monte visavam contribuir para sanar o problema educacional da região, agravado com o aumento populacional gerado pela chegada da obra da usina. Com isso, as escolas não eram um fim em si mesmas, mas um meio para algo. No entanto, nos relatórios ambientais, os “checklists”, ou listas de checagem, levariam mais em conta o número de escolas do que a eficiência na resolução do problema. Duas dessas escolas estavam construídas em comunidades à beira da extinção, como relata Seu Maranhão, morador de São Francisco das Chagas.

AM- (...). *É o fulano falar de elefante branco. (...) É a comunidade Vila Rica. Era assim de gente, cacau, saiu tudo. Tem um colégio do tamanho desse aí sem ter um aluno lá, que eles terminaram de fazer. E esse nosso aí vai ficar do mesmo jeito.*

EC- *E o senhor falou que esse colégio foi construído por quê?*

AM- *Por causa das condicionantes. Porque eles batem o pé de que têm que fazer as condicionantes, nem que ninguém use. Aí vão construindo.*

5.7.

Em referência à exploração violenta de indígenas na extração da borracha em Putumayo, Colômbia, no início do século XX, muitos números eram apresentados pelos exploradores sobre quantidades de indígenas de determinada etnia existentes, quantos deles teriam fugido ou sido mortos. Taussig afirma que:

Esses números não passavam de especulação, porém não eram reconhecidos como tal. Oferecidos ao leitor como sinais implícitos do controle da ordem, gestos de perícia em um terreno escorregadio, esses números vertiam tranquilidade epistemológica enquanto medida do horror e propiciavam uma fria ambientação da realidade, um choque enrijecedor de certeza, (...) (TAUSSIG, 1993 p.135).

Na Transxingu, funcionários da usina hidrelétrica de Belo Monte fincaram estacas na beira do rio, dizendo que dali a água não passaria, diferente do que ocorria nos períodos de cheia antes das barragens serem construídas. Depois da usina ter entrado em operação, o órgão governamental responsável veio a público dizer que mais pessoas do que as estimadas haviam sido atingidas pelo alagamento.

5.8.

O limiar seria como “uma linha (ampla) de passagens múltiplas” e a fronteira “uma linha única de **barragem**” (BARRENTO, 2012, p. 47, grifo nosso). O mesmo autor, ao se remeter a Walter Benjamin, trata do limiar como uma área de segredos, enquanto que a fronteira uma linha que esconde. As barragens da usina hidrelétrica de Belo Monte como fronteiras, se apresentam como grandes obras da engenharia humana, enquanto escondem o segredo que existe espalhado pela Transxingu.

5.9.

CC⁹⁶ - E por que o senhor escolheu vir para Altamira?

APS⁹⁷ - Porque dizem que Altamira..., o Garrastazu Médici, que foi ele que fez a Transamazônica. Abriu e inaugurou aquela praça do presidente, para cá dos guardas rodoviários (...).

O local a que Seu Adão Pereira de Souza se refere ainda mantém um monumento que marca a inauguração das obras da Transamazônica. É conhecido popularmente como “Pau do Presidente”. A placa metálica pregada em um tronco de castanheira cortada continha os dizeres “NESTAS MARGENS DO XINGU, EM PLENA SELVA AMAZÔNICA, O SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA DÁ INÍCIO À CONSTRUÇÃO DA TRANSAMAZÔNICA, NUMA ARRANCADA HISTÓRICA PARA CONQUISTA E COLONIZAÇÃO DESTE GIGANTESCO MUNDO VERDE. ALTAMIRA, 9 - OUTUBRO - 79”.

O monumento é simbólico por muitos motivos. Faz jus ao discurso que o general Médici usou para convencer a população de outras regiões a migrarem para a Amazônia. Materialmente, era uma placa de bronze cravada em uma árvore morta, e é possível relacionar isso com a orientação clara dada aos colonos da época, de que deveriam derrubar a floresta e cultivar o solo, como sinônimo de progresso e desenvolvimento.

Outra placa, 30 anos mais nova, está pregada em outra árvore, como monumento de outro tipo, não de ode à barbárie, mas que a denuncia. Está em uma árvore viva, em área preservada da floresta, por ser parte de um assentamento de reforma agrária, local de destaque em uma região que estimula seu oposto, onde grandes propriedades de terra estão destinadas a pastagem ou monoculturas e não há mais floresta.

Nesta placa, estão os dizeres “IN MEMORIAM AOS MÁRTIRES QUE TOMBARAM NA LUTA PELA PRESERVAÇÃO DA FLORESTA E REFORMA AGRÁRIA NA AMAZÔNIA. ANAPU-PA, 26 DE MAIO DE 2009.

A placa está localizada junto ao local onde a Irmã Dorothy Stang foi assassinada, a mando de fazendeiros, por estar à frente do processo de assentamento de famílias migrantes abandonadas pelo poder público na região. Esta placa, apesar do entorno estar bem

⁹⁶ Carlos Caldarelli, um dos entrevistadores.

⁹⁷ Adão Pereira de Sousa.

preservado, está severamente marcada. A quem diga que as marcas são de tiros de arma de fogo. Uma vez que a morte de Dorothy não significou o fim de seu projeto, parece que tentam matá-lo de outras formas, estas também em vão.

Curiosamente, em 2013, outro grupo de moradores reivindicava a revitalização do Pau do Presidente⁹⁸. Com sua placa de bronze desaparecida há anos, cercado de mato e sem o destaque de antes, dividia os olhares de quem passasse com um poste de alta tensão, ali colocado sem cerimônia para transmissão de energia durante a instalação da usina de Belo Monte. Após as reclamações, a prefeitura de Altamira reformou a seu modo o entorno, mas não retirou o poste. O progresso defendido neste monumento o tratou como este defendia que fizessem com o que estivesse pelo caminho do avanço da colonização dos anos 1970. Provavelmente, para quem instalou o poste, aquilo não passava de uma árvore morta na beira da estrada.

Figura 32. Inauguração do monumento conhecido como “pau do presidente”, em 1979. Na Foto, o general e então presidente Emílio Garrastazu Médici. Fonte: Folha Imagem.

Figura 33. “Pau do presidente” e poste em 2013. Fonte: Jornal Amata.

⁹⁸ A notícia foi publicada por uma associação regional. Disponível em: <http://www.amata.jex.com.br/transamazonica/+pau+do+presidente+esta+abandonado+em+altamira>. Acessado em 08/08/2018.

Figura 34. “Pau do presidente” e poste em 2018, após reforma do entorno. Fonte: Thiago Guerra⁹⁹.

Figura 35: Placa localizada próximo ao local onde assassinaram Irmã Dorothy Stang. 21/07/13. Fonte: Carlos Gimenes.

⁹⁹ Agradecimento especial a Thiago Peralta Guerra, que fotografou em 13 de agosto de 2018, bem como a Felipe Matos pelo envio do material.

5.10.

AM- (...) estou preocupado com o antes e o durante e o depois. Será que daqui há 10 anos (...)

Esta frase foi dita instantes antes de um momento de silêncio. A partir dela, o discurso do entrevistado mistura ainda mais a sequência temporal cronológica. O futuro aparece como certo e incerto ao mesmo tempo. Seu Maranhão havia dito que o que estava escrito era que todos os vizinhos sairiam dali. Descreveu como era a comunidade antes, desde a sua fundação, até seu auge, comparando com o momento atual, de máquinas e descampados no lugar das casas e plantações de cacau. Se por um lado ele assume a beira da extinção em que se encontra São Francisco das Chagas, às margens do canteiro de obras de Belo Monte, por outro relata ações de quem planeja a continuidade desta. O normal, sólito, aparece turvado em um momento insólito.

Além da escola recém-inaugurada e que em breve não teria utilidade, outro espaço foi construído e outros estavam sendo negociados com a prefeitura, com previsão de construção após as eleições municipais de 2012. Vale notar que estes espaços também não teriam uso posterior, pela lógica acima. No entanto, são tratados na fala de maneira distinta.

EC (...) tinha um barracão onde se faziam as festas?

AM- Tinha.

EC- Ele não existe mais?

AM- Não. Ele foi tirado agora para fazer a quadra. Porque nós tínhamos um barracão que era entre a igreja e a quadra. Aí, discutimos o lugar da quadra. Eu estava em Altamira, o secretário de Vitória (do Xingu) veio e ligou para mim. “Nós queríamos construir uma quadra”.

Ele descreve a negociação para a construção da quadra.

AM- (...). Eu digo “o que nós (da comunidade) podemos fazer é, liberamos o chão para vocês (da prefeitura) fazerem, mas com comodato. Diretamente, nós não podemos. (...) depois muda de prefeito, a gente pressiona ele com a comodato. Pode ser com oito anos, pode ser com quatro (...) não vamos perder a terra que, todavia, é nossa”.

Nessa negociação descrita, nota-se que a perspectiva para o futuro incorpora a garantia de posse da terra cedida para a quadra, projetada para negociações dentro de quatro ou oito

anos, duração de um ou dois mandatos de prefeito municipal. Um futuro em que os moradores não mais estarão ali, misturado no presente com um futuro em que estarão ali e garantindo suas terras comunais diante de prefeitos que ainda não foram eleitos. O momento de crise em que estão parece borrar fronteiras temporais e uma *cronos* lógica.

Referências bibliográficas

ABA: Associação Brasileira de Antropologia. **Protocolo de Brasília: laudos antropológicos: condições para o exercício de um trabalho científico**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2015. 32p.

AGAMBEN, G. **O que resta de Auschwitz**. Boitempo, [1942] 2008. 169p.

BARRENTO, J. **Walter Benjamin: Limiar, fronteira e método**. Olhos d'água. São José do Rio Preto, 4(2): p. 41-51. jul.-dez./2012.

BENJAMIN, W. **Origem do drama barroco alemão**. Ed. Brasiliense. São Paulo. [1928] 1984. 276 p.

_____. **O narrador**. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985a. p. 205 p. – (Obras escolhidas; v.1)

_____. **Sobre o conceito da História**. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985b. p. 222-232. – (Obras escolhidas; v.1)

_____. **Experiência e Pobreza**. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985c. p. 114-119. – (Obras escolhidas; v.1).

_____. **A obra de arte da era de sua reprodutibilidade técnica**. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985d. p. 165-196. – (Obras escolhidas; v.1).

_____. **Rua de Mão Única**. In: *Obras Escolhidas v.2*. São Paulo: Brasiliense, 1987. 16 p.

_____. **Selected Writings**. v. 2, 1927-1934. The Belknap Press of Harvard University Press, Cambridge and London, 1999. p. 480.

_____. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002. 176 p.

_____. **Passagens**. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG. 2009. 505 p.

_____. **Eduard Fuchs, colecionador e historiador**. In: *O anjo da história*. Organização e tradução João Barrento. Belo Horizonte, Autêntica Editora, [1937] 2012. 264 p.

_____. **O anjo da história**. Tradução e organização de João Barreto. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. 264 p.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 nov. 1966.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Serviço de Estatística da Produção**. Tabela de Medidas Agrárias não Decimais. 1946. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/TABELA_MEDIDA_AGRARIA_NAO_DECIMAL.pdf>.

BRASIL. **Lei nº 3.924**, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Brasília, DF, jul. 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm>.

BRASIL. **Lei nº 6.938**, de 31 de Agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF, 31 ago. 1981. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/676511.pdf>>.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>

BRASIL. **Decreto nº 99.274**, de 6 de junho de 1990. Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 jun. 1990. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=328>>

BRASIL. **Decreto nº 3.551**, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 4 ago. 2000.

BRASIL. **Lei nº 11.483**, de 31 de maio de 2007. Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências. Brasília, DF, 31 mai. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11483.htm>.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Licença de Instalação 770/2011**, de 26 de janeiro de 2011. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/biblioteca/textos/Licenca%20Instalacao%20No.%20770%2C%2026.01.2011.pdf>>.

BRASIL. **Portaria Interministerial Nº 419**, de 26 de outubro de 2011. Regulamenta a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos no licenciamento ambiental, de que trata o art. 14 da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007. Disponível em <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/portaria-419-11.pdf>>.

BRASIL. **Lei Complementar 140/2011**, de 08 de dezembro de 2011. Dispõe sobre: normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas

ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 09 dez. 2011. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp140.htm>

BRASIL. **Portaria Interministerial Nº 60**, de 24 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_Interministerial_60_de_24_de_marco_de_2015.pdf>.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Licenciamento Ambiental Federal**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/governanca-ambiental/licenciamento-e-avalia%C3%A7%C3%A3o-ambiental/item/8225>> Acesso em 13 ago. 2018.

BRUM, E. **O dia em que a casa foi expulsa de casa**. El Pais, São Paulo, 14 set. 2015. Disponível em <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/14/opinion/1442235958_647873.html>. Acesso em: 15 dez. 2016.

BRUNER, E. **Experience and Its Expressions**. In: TURNER, V; BRUNER, E. M. (org). The anthropology of experience. Urbana, Chicago: University of Illinois Press. 1986. p. 3-32.

CALDARELLI, C. E. **A avaliação de impactos ambientais e o licenciamento ambiental no Brasil**: reflexões a partir do caso do Complexo Terrestre Cyclone 4. 149f. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais). FVG, Rio de Janeiro, 2011.

CALDARELLI, C. E.; GIMENES, C. E. R.; BASTOS, E.; MATOS, F.; GUERRA, G; SOUSA, J. T. C.; GUERRA, T; OLIVEIRA, T. P. **INRC Baixo Xingu**. Belém/São Paulo, 2015.

CALDARELLI, C. E.; GIMENES, C. E. R.; MOSQUERA, T. **Emprego das metodologias do Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC e do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG em estudos de impacto ambiental**. Pôster. In: 2ª Conferência da REDE de Língua Portuguesa de Avaliação de Impactos e 1º Congresso Brasileiro de Avaliação de Impacto, 2012, São Paulo. Disponível em <<http://avaliacaodeimpacto.org.br/wp-content/uploads/2015/04/AnaisCBAI12.pdf>>.

CAMARGO, J. G. C. **Urbanismo rural**. Brasília, DF: Gráfica Gutemberg, 1973. 55 p.

CELPA - **Centrais Elétricas do Pará** <www.celpe.com.br/conheca-a-celpe>. Último acesso em 16/02/18.

CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução Nº 001/1986** de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Diário Oficial da União, de 17/02/1986, págs. 2548-2549. Status: Alterada pelas Resoluções nº 11, de 1986, nº 05, de 1987, e nº 237, de 1997. Brasília: Conama, 2008.

_____. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução Nº 006/1987** de 16 de setembro de 1987. Dispõe sobre o licenciamento ambiental de obras do setor de geração de energia elétrica. Diário Oficial da União. Brasília. DF. 22 out. 1987, pág. 17500. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=57>>.

_____. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução Nº 237/1997** de 22 de dezembro de 1997. Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente. Diário Oficial da União nº 247. Brasília. DF. 22 dez. 1997, págs. 30.841-30.843. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=237>>.

COUTO R. C. S. **Hidrelétrica Belo Monte: Impactos na Saúde**. In: IV Encontro Internacional Ciências Sociais e Barragens, n.5, 2016, Chapecó. Anais... Chapecó. SC: UFFS, 2016. Disponível em: <<http://www.ecsb.com.br/#anais>> Acesso em 13/08/18.

CUNHA, M. C. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Ubu Editora, [2009] 2017. 428 p.

DAS, V. **O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade**. Cad. Pagu, Campinas, n. 37, p. 9-41, Dez. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 Dez. 2016.

DAWSEY, J. C. **Victor Turner e a antropologia da experiência**. Cadernos de campo, n.13, 2005, p. 163-176.

_____. **Por uma antropologia benjaminiana: repensando paradigmas do teatro dramático**. Mana, v.15, n.2, 2009, p.349-376.

_____. **De que riem os boias-frias?: diários de antropologia e teatro**. São Paulo: Terceiro Nome, 2013a. 304p.

_____. Descrição tensa (*Tension-Thick Description*): Geertz, Benjamin e Performance. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, 2013b, v. 56, nº 2. p. 291-320.

FABIAN, J. **A prática etnográfica como compartilhamento do tempo e como objetivação**. Mana, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 503-520, Out. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000200010>. Acesso em: 12 Ago. 2018.

_____. **O Tempo e o Outro: como a antropologia estabelece seu objeto**. Petrópolis, RJ: Vozes, [1983] 2013. 214 p.

G1. Disponível em <http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2016/07/usina-de-belo-monte-causa-impactos-ambientais-e-sociais-em-altamira-pa.html>. Acesso em 21 de março de 2018.

_____. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/ibama-reconhece-familias-que-vivem-em-altamira-como-atingidas-pelas-obras-de-belo-monte.ghtml>. Acesso em 21 de março de 2018.

GAGNEBIN, J. M. **História e Narração em Walter Benjamin**. São Paulo, Ed. Perspectiva. 1994. 128 p.

_____. **Limiar, Aura e Rememoração: Ensaio Sobre Walter Benjamin**. São Paulo Editora 34. 2014. 272 p.

_____. **Lembrar, Escrever, Esquecer**. São Paulo. Editora 34. 2ª ed. 2009. 224 p.

GEERTZ, C. **“Making experience, authoring selves”**. In: Turner, V; Bruner, E. M. (org). *The anthropology of experience*. Urbana, Chicago: University of Illinois Press. 1986, p. 373-380.

_____. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, [1983] 2000. 366 p.

_____. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura**. In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, p. 3-24, 13. reimpr. [1978] 2008.

GENNEP, A. V. **Os ritos de passagem**: estudo sistemático dos ritos de porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, coroação, noivado, casamento, funerais, estações, etc. Tradução de Mariano Ferreira. 4. ed. Petrópolis: Vozes, [1960] 2013. 184 p.

GIMENES, C. E. R. **A importância do patrimônio cultural imaterial na avaliação de impacto ambiental**. 84 f. Monografia (Especialização - MBA). EPUSP, São Paulo, 2011.

GLASS V. **Boate em que 14 mulheres foram submetidas a escravidão sexual fica em um dos poucos terrenos ainda não desapropriados pela Norte Energia na Vila São Francisco**. Repórter Brasil, 2013. <<http://reporterbrasil.org.br/2013/02/prostibulo-estava-em-area-declarada-de-interesse-publico-para-belo-monte/>>. Acesso em 16/02/2018.

GONÇALVES, P. C. M. **Projeto participativo como garantia de apropriação e regionalização de casas de memória de compensação socioambiental de usinas hidrelétricas?** 2015. 285 f. Tese (Doutorado em arquitetura e urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

GONZAGA, L. **Estrada de Canindé**. 1950.

HAMOY, I.; GIMENES, C. E. R. **Casa de Memória em Altamira: Patrimônio Cultural Transxingu**. In: XXIV Encontro do ICOFOM LAM, 2016. Anais... Ouro Preto MG, 2018.

HERZFELD, M. **A Place in History**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1991. p. 330

_____. **Antropologia: Prática Teórica na Cultura e na Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 80-120.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Licença Prévia Nº 342/2010** de 01 de fevereiro de 2010. Diário Oficial da União. Brasília. DF. Disponível em <<http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2011/arquivos/LP342-2010-Belo-Monte.pdf>>. Última consulta em 10/08/2018.

_____. **Licença de Instalação Nº 770/2011** de 26 de janeiro de 2011. Diário Oficial da União. Brasília. DF. Disponível em <<http://www.inesc.org.br/biblioteca/textos/Licenca%20Instalacao%20No.%20770%2C%2026.01.2011.pdf>>. Última consulta em 10/08/2018.

_____. **Licença de Instalação Nº 795/2011**, de 01 de junho de 2011. Diário Oficial da União. Brasília. DF. Disponível em <<http://www2.defensoria.pa.gov.br/portal/anexos/File/BeloMonte/Licen%C3%A7as/Licen%C3%A7a%20de%20Instala%C3%A7%C3%A3o/2%20LO%20795-2011.pdf>>. Última consulta em 10/08/2018.

_____. **Licença de Operação Nº 1317/2015** de 24 de novembro de 2015.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – **Diretrizes básicas para a ação do Ministério da Agricultura, através do INCRA, na Transamazônica**. INCRA. Brasília, DF. 1971. 135 p.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação**. Brasília, 2000. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf>. Último acesso em 8 ago. 2016.

_____. **Plano de Valorização do Patrimônio**. Ofício 093/11 CNA/DEPAM/IPHAN. Brasília, DF. IPHAN. 2011.

ISA – Instituto Socioambiental. **Dossiê “Belo Monte – Não há condições para a Licença de Operação”**. ISA, 2015. Disponível em <https://www.socioambiental.org/pt-br/dossie-belo-monte>. Último acesso em 14 ago. 2018.

_____. **Belo Monte completa dois anos de operação com licença ambiental suspensa**, 2017. Disponível em <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/belo-monte-completa-dois-anos-de-operacao-com-licenca-ambiental-suspensa>>. Último acesso em 05 ago. 2018.

JORNAL AMATA – **Transamazônica** 25 de julho de 2013. Disponível em: <<http://www.amata.jex.com.br/transamazonica/+pau+do+presidente+esta+abandonado+em+a+ltamira>>. Último acesso em 08 ago. 2018.

LIMA FILHO, M. F.; BELTRÃO, J. F.; ECKERT, C. (Org.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e Desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007. 368 p.

LÖWI, M. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**. São Paulo: Boitempo, 2005. 160 p.

MAGALHÃES, S. B.; CUNHA, M. C. (Coord.) **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte**. Relatório da SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. São Paulo: SBPC, 2017. 449 p. Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/livro/belomonte.pdf>. Último acesso em 18 jun. 2018.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Editora Martin Claret, São Paulo. [1848] 2003. 144 p.

NORTE ENERGIA SA. **“Por que Belo Monte? O Brasil precisa de energia para continuar a crescer. Entenda porque Belo Monte vai contribuir para o desenvolvimento do país”**. Disponível em <<http://norteennergiasa.com.br/site>>. Último acesso em: 9 dez. 2016.

_____. **7º Relatório Final Consolidado de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes**, Janeiro de 2015, 4.1.2. Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias, p. 9.

OLIVEIRA, A. C. (Coord.). **Trabalhadores e Trabalhadoras de Belo Monte: percepções sobre exploração sexual e prostituição**. Comissão Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes de Altamira. Altamira, 2016. 41 p. Disponível em <https://docs.wixstatic.com/ugd/4bcd76_4aa13e90cba546babe9a7de367b8ffd1.pdf>

PELEGRINI, S. C. A.; FUNARI, P. P. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008. 116 p.

REGO, R. **Utopia e Urbanismo Funcionalista na Transamazônica**. IN: XIV SHCU – Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 10, 2016, São Carlos, SP. Anais... Instituto de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Carlos, 2016.

ROCHA C.G.S.; LIMA J. A. B.; SILVA L.C. **Impactos da Hidrelétrica Belo Monte na Atividade dos Carroceiros e Oleiros de Altamira, Pará**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), Belém, v. 03, n. 02, p. 76-98, jul./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.ihgp.net.br/revista/index.php/revista/article/view/69>>.

ROCHA, C. G. S. **Entrevista** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <crgimenes@gmail.com> em 25 mai. 2018.

SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 495 p.

SANTOS, S. M. S. B. M.; HERNANDEZ, F. D. M.(org.). **Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte**. Belém: Painel de Especialistas, 2009. 230 p.

SCIENTIA, Plano de Trabalho Detalhado – PTD: **Projeto Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico**. Projeto de Valorização do Patrimônio Multicultural, Agosto de 2012.

SILVA, G. L. et al. **Processos de negociações: contradições entre o PBA e as narrativas dos atingidos (urbanos) pela barragem de Belo Monte Altamira/PA**. In: IV Encontro

Internacional Ciências Sociais e Barragens, n.5, 2016, Chapecó. Anais... Chapecó. SC: UFFS, 2016. Disponível em: < <http://www.ecsb.com.br/#anais> > Último acesso em 13/08/18.

TAMASO, I. M.; LIMA FILHO, M. F. (org.). **Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos**. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012. 532 p.

TAPAJÓS, Grupo de Estudos. **Aproveitamento Hidrelétrico São Luiz do Tapajós**: Estudos de Viabilidade. Informativo, 2014.

TAUSSIG, M. **Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura**. Editora Paz e Terra. São Paulo. [1987]. 1993. 481 p.

TURNER, V. W. **O processo ritual**: estrutura e antiestrutura. Tradução de Nancy Campi de Castro e Ricardo A. Rosenbusch. 2. ed. São Paulo: Vozes, [1969] 2013. 200 p.

_____. **Dewey, Dilthey e Drama: an essay in the anthropology of experience**. In: TURNER, V. W.; BRUNER, E. M. *The Anthropology of Experience*. Urbana And Chicago: University Of Illinois Press, 1986. p. 33-44. Traduzido por RODRIGUES, H. *Dewey, Dilthey e Drama: um ensaio em Antropologia da Experiência* (primeira parte). Cadernos de campo, n.13, p. 177-185, 2005.

VANCLAY, F.; ESTEVES, A.M.; AUCAMP, I. & FRANKS, D. **Social Impact Assesment**: Guidance for assessing and managing the social impacts of projects. Fargo ND: International Association for Impact Assessment, 2015. 107 p. Disponível em: <https://www.iaia.org/uploads/pdf/SIA_Guidance_Document_IAIA.pdf>. Último acesso em 08 ago. 2018

WOLIN, R. **Walter Benjamin, an Aesthetic of Redemption Weimar and Now**. California: University of California Press, 1994. 316 p.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. **Conflitos entre Desenvolvimento e Meio Ambiente no Brasil**: Desafios para a antropologia e os antropólogos. IN: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Desafios da Antropologia Brasileira*; Brasília: ABA, 2013. p.75 a 105.